

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**O PROJETO EDUCATIVO DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO NO
CONTEXTO DAS REFORMAS MODERNIZADORAS DO ENSINO EM PORTUGAL
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**

CÁSSIA REGINA DIAS PEREIRA

**MARINGÁ
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**O PROJETO EDUCATIVO DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO NO
CONTEXTO DAS REFORMAS MODERNIZADORAS DO ENSINO EM PORTUGAL
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**

Tese apresentada por CÁSSIA REGINA DIAS PEREIRA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:
Prof. Dr. CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO
Co-orientadora:
Prof^a. Dr^a. VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER

MARINGÁ
2015

CÁSSIA REGINA DIAS PEREIRA

**O PROJETO EDUCATIVO DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO NO
CONTEXTO DAS REFORMAS MODERNIZADORAS DO ENSINO EM PORTUGAL
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo (Orientador) –
UEM- Maringá

Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes – UNIFAL- Alfenas - MG

Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior – UEPG - Ponta Grossa

Prof. Dr. José Carlos Gimenez – UEM - Maringá

Prof.^a Dr.^a Marcília Rosa Periotto – UEM - Maringá

Maringá, 30 de Março de 2015

Dedico todo o esforço que envolveu a realização deste trabalho
ao dom da perseverança, da disposição e da compreensão,
dávivas que Deus nos concede dia a dia.

AGRADECIMENTO

Todo o caminho percorrido para atingir nossos objetivos de vida, é cumprido com o apoio e o incentivo de várias pessoas. Cumpre-me ao alcançar a conclusão de mais uma etapa de meu aprimoramento profissional agradecer.

Ao professor doutor César de Alencar Arnaut de Toledo, que aceitou assumir a orientação científica deste projeto. O seu acompanhamento, as sugestões e correções feitas, foram fundamentais para o desenvolvimento da tese.

À professora doutora Vanessa Campos Mariano Ruckstadter, que colaborou com apontamentos e reflexões como co-orientadora do trabalho.

Ao professor doutor Francisco Lourenço Vaz da Universidade de Évora-Portugal pela atenção e disponibilidade com que me atendeu e deu sugestões para a estruturação da pesquisa.

À professora doutora Márcia Carolina Ferreira de Oliveira da Universidade do Minho-Braga-Portugal, pela generosa colaboração e disposição em viabilizar o envio das fontes indispensáveis para a pesquisa.

Ao Padre Henrique Pinto Rema OFM, historiador da Ordem Franciscana em Lisboa, pelo carinho e solicitude com que me atendeu e discorreu sobre meu objeto de pesquisa e sobre a Ordem Franciscana em Portugal.

Aos professores Doutores José Carlos Gimenez, Marcília Rosa Periotto, Paulo Romualdo Hernandes, Oriomar Skalinski, que gentilmente aceitaram fazer parte da banca e que contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

Às bibliotecas que frequentei e acessei e aos técnicos dessas, que muito ajudaram na localização e acesso ao material que subsidiou o trabalho. Aos prestativos secretários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Hugo e Márcia.

Aos colegas de curso e de trabalho, obrigada pelas palavras de apoio. Aos familiares que torceram por mim.

Agradeço especialmente aqueles que foram e são meu sustentáculo. Minha mãe Wanderli, grande incentivadora e conselheira. Meu filho Ederson, que com poucas palavras apontou possibilidades. Meu querido companheiro Roberto, pela ajuda constante e retaguarda tecnológica. Devo a vocês a presença e o incentivo permanentes.

PEREIRA, Cássia Regina Dias Pereira. **O PROJETO EDUCATIVO DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO NO CONTEXTO DAS REFORMAS MODERNIZADORAS DO ENSINO EM PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII.** 176 folhas. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2015.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a articulação do projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas (1724-1814), com o contexto das reformas modernizadoras do ensino em Portugal, na segunda metade do século XVIII. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica que seguiu os procedimentos da análise de conteúdos numa abordagem qualitativa para selecionar, organizar, classificar, analisar e interpretar os dados. A análise se dá na relação com o contexto de mudanças políticas e econômicas do reino português, na segunda metade do século XVIII, com destaque para as reformas da instrução pública do período pombalino, no qual se evidenciou a atuação política e pedagógica de Dom Frei Manuel do Cenáculo. Naquela conjuntura, sua proposta educacional, de caráter renovador, e elaborada em consonância com as reformas pombalinas do ensino, apresentava uma possibilidade de renovação educacional e também de modernização do reino português. Eis aqui a importância de se investigar seu pensamento pedagógico reformador, de orientação iluminista, e de cunho católico, no qual as questões relativas à harmonia entre Razão e Fé, Natureza e Graça se revelaram fundamentais. Ele pertencia à Ordem Franciscana, foi bispo de Beja (1770-1802) e Arcebispo de Évora (1803-1814). Teve atuação de destaque no campo educacional, político e pastoral durante e depois do período das reformas pombalinas dos estudos. Selecionamos para esta pesquisa sua obra **Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça de seu Bispado** impressa em Lisboa em 1791 porque nela o frei sintetizou as bases para a reforma modernizadora do ensino em Portugal. Nessa obra ele fez uma coletânea de seu pensamento pedagógico e deu orientações sobre a organização das relações entre o ensinar e o aprender, com base no uso do que ele chamou de bom método de ensino e que deveria ser ancorado nos princípios da ciência, da técnica e da razão. A formação do professor, a articulação dos níveis e conteúdos de ensino indicados por ele tornariam o ensino útil e prático, em conexão com a ordem social vigente. Nas dez seções que compõem a obra, explicou como deveria ser feita a organização do ensino e sua utilidade, destacando que todas as pessoas possuem um espírito capaz de aprender e que o resultado dessa aprendizagem depende da forma como são preparados os professores e de como são selecionados os critérios para o ensino. É evidenciado seu modo de avaliar o pensamento escolástico e seu método de ensino, destacando a necessidade de se analisar, em qualquer situação, os aspectos positivos em separado dos negativos, de cada doutrina filosófica. Ao difundir as artes, as ciências, a utilidade social da instrução ancorada na boa formação do professor, o prelado realçou sua adaptação aos princípios do iluminismo nos moldes peculiares da reforma modernizadora portuguesa. Essas características demonstram uma consonância de sua atuação com o conjunto de forças transformadoras do período, que resultaram também nas mudanças feitas no ensino elementar e superior do reino e também nas colônias, no sentido da manutenção do poder estabelecido, incluindo o poder da Igreja.

Palavras-Chave: Educação. História da educação. Século XVIII. Dom Frei Manuel do Cenáculo. Iluminismo português.

PEREIRA, Cássia Regina Dias Pereira. **THE EDUCATIONAL PROJECT OF FREI MANUEL DO CENÁCULO WITHIN THE CONTEXT OF THE MODERNIZING TEACHING REFORMS IN LATE 18th CENTURY PORTUGAL**. 176 pages. Doctoral Thesis in Education - Universidade Estadual de Maringá, Maringá PR Brazil. Supervisor: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá PR Brazil, 2015.

ABSTRACT

Current thesis analyzes the articulation of the educational project of Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas (1724-1814) within the context of the modernizing teaching reforms in late 18th century Portugal. It is a documental and bibliographical research on the procedures of content analysis within a qualitative approach to select, organize, classify, analyze and interpret data. Analysis occurs within the context of the political and economic policies of the Portuguese Kingdom in the late 18th century, with special emphasis on reforms on public education during the Pombal period in which the political and pedagogical activities of Frei Manoel occurred. His educational and renovating proposals, complying with Pombal's teaching reforms, made possible educational renovation and modernization of the Portuguese Kingdom. This is the importance of discussing Frei Manuel's reforming pedagogical thought, oriented by Illuminism and based on Catholicism, in which the issues related to Faith and Reason, to Nature and Grace, were basic. Frei Manoel belonged to the Franciscan Order, and became bishop of Beja (1770-1802) and Archbishop of Évora (1803-1814). He was greatly relevant in the educational, political and pastoral fields during and after Pombal's educational reforms. His *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça de seu Bispado Impressa em Lisboa* (1791) was selected for current discussion since Frei Manuel synthesized the bases for the modernizing of the reform of teaching in Portugal. His opus magnum, a collection of his pedagogical thoughts, provides guidelines on the organization of relationships between teaching and learning based on the so-called good teaching method foregrounded on the principles of science, technology and reason. Teacher formation and the articulation of levels and contents of teaching would make teaching useful and practical with regard to the current social order. The ten parts of his work demonstrate how the modernization and the usefulness of teaching should be. He underscores that all people have the capacity to learn, whilst results depend on the way teachers are prepared and the manner teaching criteria are selected. Scholastic thought and its teaching method are evaluated with special reference to the necessity of analyzing, in every situation, the positive aspects of each philosophical doctrine, contrasting them from the negative ones. Through the dissemination of the arts, sciences and the social usefulness of education based on teachers' good formation, the bishop underlined his adaptation to the principles of Illuminism within the specific framework of the Portuguese modernizing reform. The above traits demonstrated an agreement with the set of the transforming forces of the period which resulted in changes in elementary and higher education in the Portuguese kingdom and in its colonies, especially within the context of maintaining the established regime and Church power.

Keywords: Education. History of Education. 18th Century. Dom Frei Manuel do Cenáculo. Portuguese Illuminism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O CONTEXTO MULTIFACETADO NO SÉCULO XVIII: PORTUGAL E O MOVIMENTO MODERNIZADOR.....	19
2.1 Características peculiares da modernidade em Portugal no Século XVIII.....	26
2.2 As mudanças na condução da instrução pública em Portugal no período pombalino.....	34
3 DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO VILLAS BOAS (1724-1814): SUA AÇÃO EDUCATIVA REFORMADORA.....	49
3.1 Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas: a formação do pensamento de um representante da reforma modernizadora em Portugal.....	50
3.2 O Provincial da Ordem Terceira de Portugal: o plano de estudos de 1769.....	55
3.3 O político: a Reforma Geral dos Estudos Menores e da Universidade de Coimbra.....	62
3.4 O bispo e seu projeto educativo e social em Beja.....	80
3.5 Arcebispo em Évora: o devir filosófico.....	92
4 A PEDAGOGIA DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO NA OBRA CUIDADOS LITERÁRIOS (1791)	99
4.1 Os cuidados com o ensinar e o aprender.....	104
4.2 Cuidados recomendados para a seleção dos conteúdos de ensino e o uso do método.....	109
4.2.1 Estudo da Historia Literária.....	109
4.2.2 Lição de métodos e avisos para o progresso das ciências.....	112
4.2.3 Estudo da língua grega, das línguas orientais, das letras humanas.....	116
4.2.4 Lógica.....	125
4.2.5 Geometria e o método geométrico.....	128
4.2.6 Método e o estudo da matemática.....	132
4.2.7 Crítica.....	138

4.3 Razão e religião: os cuidados para a conservação da fé.....	141
5 CONCLUSÃO.....	146
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICE.....	160
ANEXOS.....	165
Anexo A.....	166
Anexo B.....	167
Anexo C.....	168
Anexo D.....	168
Anexo E.....	169
Anexo F.....	170
Anexo G.....	171
Anexo H.....	172
Anexo I.....	173
Anexo J.....	174
Anexo K.....	175
Anexo L.....	176

1 INTRODUÇÃO

O estudo da História da Educação nos mostra que a educação mudou e tem mudado de sentido, porque, ao longo da história, são diversos os fins e meios propostos para sua efetivação na sociedade, condicionados a valores de várias ordens e de necessidades políticas, econômicas e sociais de vários feitios.

Na educação foram e são empregados meios de ação diversos, sempre tendentes a efetivar um conjunto de disciplinas inerentes à ação educativa, que também variam na concepção de ensino de acordo com os motivos e os fatores determinantes do contexto social em que são desenvolvidas.

A complexa situação que se observa no debate sobre os fins e os meios da educação aponta para a questão do método com um importante instrumento norteador do processo educativo. Encontramos na História da Educação diferentes métodos de ensino, alguns impregnados de excessivo didatismo, livrescos, verbalistas e dogmáticos; outros inspirados na espontaneidade do educando, criadores e ativos.

O uso e o resultado de cada um deles no processo de formação humana foram motivos, em alguns momentos, de reformas radicais e, em outros, de alterações superficiais na instrução, constituindo-se em um movimento de permanências e mudanças, no qual subsistem traços de práticas ou crenças de antanho, ora como sobrevivências, ora como inspiradoras fecundas de ação e de pensamento.

Esta pesquisa tem a finalidade de analisar como se deu a articulação do projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), com as reformas modernizadoras do ensino em Portugal, na segunda metade do século XVIII. Defendemos a tese de que a ação e o pensamento pedagógico dele, que foi um dos principais articuladores do processo modernizador português, foram úteis e estavam alinhados com as particularidades do ideário iluminista reformador daquele momento histórico em Portugal.

Dom Frei Manuel do Cenáculo nasceu em Lisboa na freguesia de Santos-o-Velho, a 1º de março de 1724. Era filho de um pequeno industrial que produzia velas

de cera para o culto religioso. Aos 12 anos entrou para o colégio dos oratorianos e aos 13 anos iniciou o curso de teologia. Com 15 anos vestiu o hábito de Franciscano da Ordem Terceira da Penitência.

Além de eclesiástico, ele foi político, pedagogo, reformador, filósofo, historiador. Ocupou cargos de influência política no reinado de D. José I (1714-1777, rei desde 1750). Durante o governo do primeiro ministro do rei, Sebastião José Carvalho e Melo (1699-1782) foi nomeado confessor e depois preceptor (1768) do Príncipe da Beira, D. José (1761-1788) filho de D. Maria I (1734-1816), foi nomeado Provincial da Ordem Franciscana em Portugal (1768 -1777) e Bispo de Beja (1770-1802).

Foi deputado e presidente e da Real Mesa Censória (1770-1777), presidente da Junta da Providência Literária (1772) e da Junta do Subsídio Literário (1771), participou da Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) e foi nomeado Arcebispo de Évora (1803-1814).

A biografia intelectual de Dom Frei Manuel do Cenáculo mostra o perfil de um homem de mentalidade eclética e aberta às transformações de sua época, disposto a difundir os estudos científicos em Portugal. As pesquisas sobre sua atuação apontam que ele delineou projetos que demonstravam sua consonância com as ideias ilustradas e que visavam multiplicar os meios de informação e a aquisição do conhecimento, disponibilizando seu acesso ao maior número possível de pessoas.

Sua atuação na criação de bibliotecas, de museus, de laboratórios, busca por livros, obras de arte, produtos naturais, moedas e antiguidades, é enaltecida pelos estudiosos de sua vida eclesiástica e política. A instrução aparece com o ponto central da ação reformadora de Cenáculo, demonstrando sua preocupação com a formação do homem e da sociedade de seu tempo.

Aliando razão e fé, Dom Frei Manuel do Cenáculo usou sua pedagogia para ensinar os padres da Ordem Franciscana e apresentou uma proposta de ensino que defendia o método científico, baseado na observação e na experimentação. Sua proposta curricular se constituiu em um exemplo de estrutura de ensino que adaptava os princípios da educação iluminista às necessidades de modernização educacional portuguesa.

Nesta tese defendemos a ideia de que o projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo estava articulado com o movimento modernizador e foi além das questões políticas de ajustes do poder político e econômico apoiados na

reforma educacional do período pombalino. Seu maior propósito era oferecer uma formação educacional de cunho científico aos padres e futuros professores e por essa via abrir um canal de superação do atraso cultural em que se encontrava a nação portuguesa. Para isso ele investiu na defesa da reforma educacional, na mudança do método de ensino, na organização e articulação entre os níveis de ensino, na alfabetização do povo e na participação de todos os grupos sociais na colaboração caritativa pelo bem comum.

Para subsidiar a análise do seu projeto educativo selecionamos a obra **Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça de seu Bispo**. Lisboa: na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1791, com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros, que é um manual pedagógico com quinhentas e cinquenta e duas páginas, no qual Dom Frei Manuel do Cenáculo recomenda os cuidados quanto à disciplina para o estudo, o como ensinar (o método), o que ensinar (seleção dos conteúdos), apontando para o movimento dialético da relação entre o ensino e a aprendizagem e procurando por meio de sua concepção de instrução reforçar a fé em Deus.

A obra **Cuidados Literários** é apontada pelos seus principais biógrafos Caiero (1959) e Marcadé (1978) e pelos estudiosos da figura de Dom Frei Manuel do Cenáculo em Portugal, na atualidade, (VAZ, 2002, 2009, 2011; Oliveira, 2012), como uma síntese de seu pensamento pedagógico, resultado de uma reflexão madura do autor sobre as questões que envolveram a reforma educacional modernizadora portuguesa e o contexto político no qual elas foram empreendidas, justificando, desta forma, sua seleção para este estudo.

A obra foi produzida após a efervescência política e educacional do governo pombalino, num período em que, mesmo distanciado do poder monárquico, continuou na defesa da melhoria das condições de vida do povo pobre, investindo para isso na utilidade da instrução.

Nela retomou os principais eixos de sua proposta pedagógica, baseada no uso do método de ensino que já havia formalizado na reforma do Plano de Estudos da Ordem (1769) e na sua atuação junto às instâncias da reforma dos Estudos Gerais e dos Estatutos da Universidade de Coimbra do período pombalino (1750-1777).

A pesquisa e a filtragem dos elementos que constituem sua ação pastoral e educativa resultaram em um trabalho de investigação do cenário no qual ele exerceu sua ação pedagógica.

O exercício analítico da pesquisa consistiu em retirar do contexto das reformas pombalinas da educação, os elementos que evidenciam a presença da ação educativa do erudito franciscano.

Seu projeto educativo está disseminado na sua atuação política no contexto das reformas pombalinas da instrução pública e na sua ação pastoral como Bispo de Beja e Arcebispo de Évora. Notamos na coleta dessas informações, feita nos documentos consultados, que seu projeto educativo é constituído de grande fundamento teórico, articulado e complexo, características que identificam Dom Frei Manuel do Cenáculo como um homem da Igreja, frente a uma sociedade em crise, transição e transformação.

O levantamento bibliográfico evidenciou que a figura de Dom Frei Manuel do Cenáculo é pouco conhecida e pesquisada no Brasil. Seu nome aparece esporádica e sinteticamente citado no âmbito das pesquisas que focam o Período Pombalino (1750-1777) e suas implicações políticas, econômicas e educacionais, mas sem se deterem com profundidade na ação pedagógica desse erudito franciscano.

Ressaltamos que, no referencial consultado de história da educação e história da educação brasileira, entre eles, Saviani (2007), Carvalho (1978), Falcon (1993), Aranha (2000), Gadotti (2002), Hubert (1967), Luzuriaga (1963), foram encontradas somente pequenas referências a Dom Frei Manuel do Cenáculo, na sua maioria de caráter biográfico, agregado ao contexto de estudo de outros personagens, ou, principalmente, na descrição das reformas pombalinas da instrução pública.

No banco de teses e dissertações da CAPES encontramos algumas pesquisas onde ele é citado como intelectual, fundador de bibliotecas, e literato. A pesquisa não localizou estudo sobre sua vida, sua obra e seu projeto educativo realizado por pesquisadores brasileiros.

Verificamos também que suas obras são pouco divulgadas no Brasil, fato que pode explicar o reduzido número de pesquisas que aprofundem o estudo desse personagem no âmbito da história da educação e da história da educação brasileira. Porém, entre todas as possibilidades, o que fica claro é o fato de que existem muitas lacunas a serem preenchidas na pesquisa na área de história da educação.

A leitura atenta do processo modernizador ocorrido em Portugal, na segunda metade do século XVIII, cujo objetivo maior foi implantar uma nova mentalidade na sociedade portuguesa e centralizar o poder real, implicou diretamente nos rumos orquestrados para a educação de sua principal colônia: o Brasil. Os efeitos desse arranjo são sentidos até os dias de hoje, principalmente na organização da educação brasileira.

O propósito da pesquisa é destacar os aspectos norteadores do projeto educativo de um homem religioso disposto a trabalhar para viabilizar a efetivação de seu ideal educativo de formação dos homens de seu tempo, evidenciando o caráter eclético e iluminista do seu posicionamento ao propor um método prático de ensino, efetuando uma leitura própria da escolástica e da maneira como ela era utilizada como método de ensino.

No século XVIII, o problema educativo foi localizado no centro da vida social, devido à necessidade de se formar uma nova mentalidade, voltada para a ciência, para a técnica e para a razão, sendo que as mudanças efetuadas na instrução estiveram diretamente ligadas ao desenvolvimento sócio econômico do reino. A educação foi um dos meios pelos quais os homens daquele tempo deram vida a uma sociedade dotada de comportamentos homogêneos.

As contradições educativas do século XVIII indicaram a passagem da visão de mundo aristocrática para a nova construção identitária da sociedade fundada nos valores burgueses. Essa contradição se refletiu na educação, porque por um lado, existia a aspiração por uma pedagogia voltada para a utilidade prática da instrução e sua função de subsidiar o desenvolvimento científico, econômico e cultural; por outro, a crítica ao ensino do tipo jesuítico, direcionado para o crescimento intelectual, voltado para uma cultura geral e enciclopédica, que ainda era ministrado na maioria das escolas. Esse tipo de ensino já não atendia às necessidades formativas de uma sociedade em processo de modernização sob as luzes da razão e da ciência.

Na análise do período foi observado o esforço de educadores como Rousseau (1712-1778), Pestalozzi (1746-1827), Basedow (1723-1790), Kant (1724-1804), em definir um novo tipo de ensino, que se opunha à fixidez dos princípios da educação jesuítica ante as exigências modernizadoras da época, que visavam o progresso das ideias e das ciências. A mudança na instrução preconizava a importância do método, o emprego racional do tempo de estudo, a noção de programa de ensino, o cuidado com o material didático, a valorização do mestre

como guia do processo de aprendizagem. Esses foram os pressupostos que fundamentaram os ideais iluministas na educação e marcaram o surgimento de uma pedagogia política, centrada no esforço para tornar a escola uma instituição laica, organizada e mantida pelo Estado.

Em Portugal a política de reforma dos estudos promovida no reinado de D. José I (1750-1777) se caracterizou pela adaptação dos princípios iluministas de estatização do ensino em todos os níveis, quebrando o monopólio dos jesuítas na educação do reino e suas colônias, mas manteve sua ligação com as ordens religiosas católicas, que pregavam a valorização do novo método de ensino em reação à escolástica.

Dom Frei Manuel do Cenáculo participou de forma ativa na formalização da nova estrutura educativa que se pretendia instaurar no reino português e em suas colônias. O que é destacado nesta pesquisa é o fato de que ele tinha um projeto educativo próprio, delineado em um tempo de mudanças epistemológicas, sob o signo do iluminismo, que foi articulado com o projeto político pedagógico das reformas pombalinas. Mesmo após o término do consulado pombalino, o prelado continuou a desenvolver sua ação educativa na gestão de sua diocese.

A abrangência do projeto educativo do prelado foi revelada na prática com as reformas pedagógicas empreendidas por ele nos estudos de formação de sua Ordem e que serviram de base para a reforma do ensino no reino português no período pombalino. A sua produção literária e suas ações concretas de promoção do bem-estar da população de sua diocese referendaram seu alinhamento com o ideário iluminista e indicaram o eixo estruturante de seu projeto educativo no qual a educação foi apontada como um fator determinante para a construção de uma sociedade nos moldes do iluminismo.

Dom Frei Manuel do Cenáculo, norteado pela ideia de que a educação seria o melhor caminho para a boa convivência dos homens, com a natureza e com Deus, preocupou-se em elaborar uma proposta de instrução moderna que atendesse às necessidades formativas do clero e também do povo pobre em geral.

As questões relativas à educação, ao método de ensino e utilidade da instrução, foram temas presentes no processo de modernização da sociedade portuguesa da segunda metade do século XVIII e assumiram um papel de destaque no projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo. Naquele contexto surgiu a obra **Cuidados Literários (1791)**.

Dom Frei Manuel do Cenáculo seguiu, em toda sua trajetória acadêmica, política e pastoral, a tradição filosófica criada pela Ordem Franciscana, de estabelecer com a natureza e o universo sensível uma relação dinâmica e afetiva entre o homem, a natureza e Deus, que não se fixava apenas na contemplação. Apesar de ter articulado princípios iluministas como pontos de referência para sua intenção de modernizar a cultura portuguesa, em nenhum momento ele deixou de evidenciar sua convicção nos pilares doutrinários de sua ordem ou de rejeitar as relações que considerava abusivas e erradas na relação razão e fé.

No espírito eclético de Dom Frei Manuel do Cenáculo, a razão e a fé trilhavam o mesmo caminho, porém, a fé sempre estava alguns passos adiantada. Para ele, não existia oposição entre razão e religião, porque elas se relacionavam para oferecer ao homem a possibilidade de interagir com a natureza, usufruir dos seus benefícios e compreender que ela seria divina.

Para o prelado, o mundo se apresentava dividido em dois planos: a ordem natural, na qual realizações parciais válidas são possíveis, mas que é fundamentalmente viciada e, por isso, incapaz de atingir a verdade, e a ordem religiosa que, pela revelação, permitiria ultrapassar a ordem natural para ter acesso a essa ordem superior detentora da verdade.

Ao delinear as relações entre o homem, a natureza e Deus, Cenáculo pôs em destaque a beleza do mundo criado por Deus e, em referência direta à ação do Criador, a complexidade de suas estruturas particulares, a constância dos seus movimentos. Tudo era reflexo da beleza infinita de Deus.

Recomendou ao clero atuante e aos ordenandos o aprofundamento dos estudos teológicos e de suas divisões, da teologia moral e da jurisprudência eclesiástica. Assumiu seu comportamento inovador em alguns domínios do conhecimento, mas com relação à condução das coisas da Igreja e da condução da fé, ele se afastou da perspectiva modernizadora e se manteve mais próximo do pensamento escolástico.

Quando apontamos a maneira particularizada com que Cenáculo interpretava a escolástica, não queremos afirmar que ele era um autêntico escolástico ou que era seu crítico severo. Mas, respeitando a característica eclética de seu pensamento e de sua prática, podemos dizer que ele percebeu as mudanças e conseguiu tecer uma linha de ação que o manteve em equilíbrio com seu desejo de modernizar a

cultura portuguesa sem abandonar os princípios da tradição religiosa em que acreditava.

No exercício de evidenciar o perfil de pedagogo, político e clérigo do intelectual português e estabelecer um diálogo com o contexto em que ocorriam mudanças político-sociais em Portugal, para nelas analisar a articulação de um projeto educativo que sugeria uma organização e uma sistematização da educação por meio de um bom método de ensino como instrumento para a construção de uma sociedade alinhavada com o ideário iluminista. A opção foi por articular o desenvolvimento da pesquisa em cinco seções.

A introdução apresenta a contextualização da temática que entremeou o trabalho. Evidencia a metodologia e o objeto desta investigação. Situa o problema, os objetivos e a justificativa que guiaram o desenvolvimento da pesquisa.

O contexto transitório do século XVIII, as características assumidas por Portugal com relação ao movimento iluminista e o período em que as mudanças reformadoras assumiram caráter de governo no reinado de D. José I e de seu primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, é analisado na segunda seção. Nela foram concentrados os esforços no sentido de retirar do contexto os elementos que permitiram dar consistência ao efetivo trabalho pedagógico realizado por Dom Frei Manuel do Cenáculo.

Na terceira seção foi traçado o perfil da formação e da atuação de Dom Frei Manuel do Cenáculo, contextualizando sua perspectiva reformadora com os princípios ideológicos do plano modernizador político e educacional da sociedade portuguesa, empreendido pelas reformas pombalinas. Ele foi um bispo e um estadista empenhado e vivendo a pastoral com intensidade, atento às necessidades de mudança na condução da sociedade e que procurava soluções para elas, sua obra aponta para os caminhos da ciência sem fugir de sua realidade cristã, dentro dos princípios da Ordem Franciscana, ou seja, acreditar na fé, na bondade, na caridade, na simplicidade e no conhecimento, faria do homem ser um bom, cristão e cidadão.

Com o objetivo de analisar os aspectos teóricos que fundamentam o método de ensino presentes em todo projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo, a quarta seção analisa sua obra **Cuidados Literários** para dar subsídio à discussão

de sua atuação pedagógica. Aliando razão e fé numa ação eclética, o prelado usou sua pedagogia para ensinar os padres da Ordem Franciscana e apresentou uma proposta de ensino que defendia o método científico, baseado na observação e experimentação. Na obra analisada ele realçou o valor do estudo da história, das línguas, o estudo das matérias práticas e úteis para a vida. Retomou a defesa da boa formação do padre professor, do cuidado na seleção dos livros para os estudos, a busca pelo conhecimento das obras originais, reforçou o valor e a necessidade de uma boa instrução para a vida das pessoas e sua contribuição para a riqueza do Estado.

Na quinta seção são apresentados os aportes conclusivos da tese destacando a dimensão didático-metodológica e a defesa da utilidade prática e literária do conhecimento que ratifica a articulação do prelado com o contexto das reformas modernizadoras do ensino em Portugal, na segunda metade do século XVIII. Como pedagogo, criticou o modelo de instrução e seu método, sendo que na sua concepção pedagógica de aprendizagem são considerados todos os aspectos pré-existentes que influenciam a maior ou menor desenvoltura acadêmica do aluno. Como organizador de escolas criou regulamentos e diretrizes que primaram pela uniformidade e continuidade dos níveis de estudo. A metodologia e a didática foram seus instrumentos de trabalho e centro de sua proposta de formação do professor. Na sua atividade política buscou equacionar forças para implantar uma reforma educacional modernizadora mas sem intenção revolucionária, preservando o ideal de fraternidade e solidariedade de sua ordem religiosa. Fiel aos princípios da Ordem franciscana, o clérigo defendeu e pregou a Religião Revelada.

2 O CONTEXTO MULTIFACETADO NO SÉCULO XVIII: PORTUGAL E O MOVIMENTO MODERNIZADOR

O objetivo desta seção é analisar as mudanças educacionais que ocorreram em Portugal na segunda metade do século XVIII sob a influência do movimento iluminista que, em solo lusitano, assumiu uma configuração própria, na qual a perspectiva católica mostrou-se preponderante.

Nesse panorama se inseriu o projeto educativo empreendido por Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas (Anexo A), um dos representantes do modernismo português na segunda metade do século XVIII, e que em sua atuação pastoral e política promoveu a educação como meio essencial de intervenção para a reforma da vida do homem em sociedade, alinhado com os princípios do iluminismo¹.

Entender o sentido e o significado das mudanças ocorridas em cada período histórico exige do pesquisador uma atitude de reflexão dialética na percepção dos aspectos de ruptura e continuidade que imprimem movimento no interior das partes e seus efeitos na composição do todo.

Cada época tem uma ideia matriz que também pode ser denominada motriz, pois ela produz a força necessária para mover as engrenagens e as expressões que se articulam para elaborar a perspectiva histórica de cada etapa do desenvolvimento social. O modo de percepção da realidade se integra na categoria da totalidade, da qual emerge a contradição.

As mudanças políticas, sociais, econômicas e educacionais ocorridas na Europa provocaram um movimento contraditório nas relações entre os defensores de um novo projeto de sociedade ancorada na razão e na ciência.

Em Portugal, na segunda metade do século XVIII, ocorreu com mais intensidade a disputa entre dois projetos de sociedade, um de herança jesuítica e de parte da aristocracia, que primava pela conservação dos privilégios da tradição.

¹ Sobre o sobrenome Villas Boas, esclarecemos que nas fontes consultadas, assim como os seus principais biógrafos não esclarecem sobre seu uso acrescentado ao nome de Cenáculo depois de seu ingresso na vida política (CAEIRO, 1959; MARCADÉ, 1978). Observamos que nos documentos consultados, o personagem não assinava o sobrenome Villas Boas, em seu epistolário, diário e outros documentos em que consta sua assinatura, de acordo com a época ele subscrevia-se: Frei Manuel do Cenáculo, Frei Manuel do Cenáculo Bispo de Beja, Frei Manuel do Cenáculo Arcebispo de Évora. Anexamos cópia de sua assinatura no final desta pesquisa. Optamos por utilizar no texto a denominação Dom Frei Manuel do Cenáculo, por ser a mais utilizada em todo o referencial consultado para a pesquisa e também a forma como ele assinava.

Eram chamados de “antigos” pelos pensadores iluministas. O outro, posto em prática pelo primeiro ministro de D. José I, Marquês de Pombal, visava a modernização da sociedade portuguesa.

Até aquele período a educação escolar portuguesa era gerenciada principalmente pelos jesuítas e representava um ideal religioso. No século XVIII, foi assumida aos poucos pelo Estado, que lhe conferiu novas feições de regulação teórica, metodológica e funcional com o objetivo de viabilizar um novo modelo produtivo baseado na técnica e na ciência. Em Portugal, após a expulsão dos jesuítas em 1759, o primeiro ministro de D. José I, Marquês de Pombal, criou uma direção geral dos estudos e abriu escolas primárias públicas, inserindo o reino português no caminho modernizador, de inspiração iluminista adotado pela maioria dos países europeus².

A característica peculiar da reforma modernizadora portuguesa centra-se no fato de que a religião permaneceu como auxiliar do processo de mudança, somente a ordem jesuíta foi excluída dele. Representantes de outras ordens presentes no reino foram chamados para fazer parte do grupo que articulou, organizou e gerenciou a transição da sociedade lusitana para a iluminação da ciência e da razão.

A circulação e a divulgação das ideias modernizadoras, que propunham a mudança do modo de vida dos homens, foram feitas principalmente por meio de manuais, nos quais seus autores procuravam sistematizar o saber com rigor científico com a intenção de enriquecê-lo e fazê-lo progredir. Por toda a Europa circularam obras que defendiam a liberdade, a igualdade, e o uso da ciência e da razão como ferramentas essenciais para o progresso da sociedade.

Em Portugal, atendendo à peculiaridade da tradição católica do reino, o movimento reformador contou com a colaboração de pensadores católicos, que debatiam a educação inspirados pelas ideias iluministas. O **Verdadeiro Método de Estudar** (1746) de Luís António Verney, **Cartas para a Educação da Mocidade** (1760) de António Ribeiro Sanches, **Testamento Político** (1747) de Luís da Cunha,

² Para o iluminista a educação é uma função social pelos seus fins, pelos seus métodos, pelos seus estabelecimentos [...]. Os homens da ilustração que se ocupavam de desenvolver o princípio da supremacia da função educativa propugnavam uma educação social para ser útil ao Estado e à sociedade, uma educação em comum – é raro que apareça mencionado o sistema precedente, da sociedade senhorial barroca, de utilizar o “aio” ou outra figura de mestre particular e, em consequência, uma educação de centros, em escolas, nos discutidos colégios, em seminários, etc. Contando com os caracteres e tendo em conta a acepção geral que recebe o princípio inspirador do despotismo ilustrado, essa educação assume uma condição homogênea, pelo menos em toda a extensão do Estado (MARAVALL, 1986, p.125).

Plano de Estudos para Reforma da Ordem Franciscana (1769) de Dom Frei Manuel do Cenáculo, foram algumas das obras que subsidiaram as mudanças político pedagógicas principalmente do período pombalino³.

Nesses manuais os autores abordavam principalmente a questão da instrução, sua organização, o método de ensino, a utilidade dos estudos, e a inclusão das matérias científicas nos currículos escolares. A obra **Cuidados Literários** (1791), (Anexo B), escrita por Dom Frei Manuel do Cenáculo, é um exemplo de manual pedagógico que debateu a diversidade de temas que faziam parte do pensamento pedagógico da segunda metade do século XVIII. Esse manual é analisado nesta pesquisa com o objetivo de evidenciar como a educação foi um recurso importante naquele período histórico e tinha como um de seus objetivos viabilizar um novo projeto de sociedade, no qual a instrução escolar era uma ferramenta no processo de modernização social, para isso era necessário a

³ Luís António Verney (1713-1792) foi uma referência teórica do pombalismo. Defensor da filosofia moderna, que se assentava na fundamentação científica newtoniana, postulava a renovação dos estudos do reino português sobre nova base moderna. Seu principal texto **Verdadeiro método de estudar** (1746) era um manual que sugeria formas alternativas de ensinar e reputa como fundamental uma reforma que abrangesse todo gênero de estudos em Portugal. Criticava o ensino memorístico, o excessivo apelo aos castigos físicos, a ignorância existente em matéria de ciência moderna. Também manifestava a preocupação com o ensino da língua, advertia que os estudantes saíam dos colégios sem saber latim e não eram capazes de redigir uma carta em português. Enfatizava a necessidade de observar para aprender, argumentava que tanto a lógica aristotélica quanto a razão escolástica eram absolutamente insuficientes para explicar os fenômenos da natureza.

Dom Luís da Cunha (1662-1749) diplomata português no reinado de Dom João V, trabalhou em Londres, Madrid e Paris. Ao olhar do exterior para seu país verificava a necessidade de se fortalecer o papel do rei. Tinha uma visão mercantilista inovadora para seu tempo, preocupava-se com a dependência econômica portuguesa perante a Inglaterra e com as dificuldades comerciais enfrentadas pelo país. O **Testamento político de D. Luís da Cunha** (1747) ou carta escrita ao senhor rei D. José I antes de seu governo, orientava o monarca sobre a escolha do principal ministro do reino sublinhando o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo. No texto ele fazia uma reflexão crítica sobre os “males de Portugal, seus remédios e a prevenção do que pode estar ameaçado”. Destacou quatro principais razões que, segundo ele, levaram Portugal a se apegar perante os demais países da Europa: grande número de pessoas que se dirigiam para os conventos e renunciavam ao mundo “não trabalhavam para o país e não povoavam o reino”; grande número de homens enviados para as colônias; a intolerância religiosa e a perseguição da Inquisição e o desequilíbrio comercial. Recomendou a reforma do exército, da marinha e da magistratura, a criação da polícia da corte, o fomento da indústria, a abertura de rios e canais, e a tolerância religiosa.

António Ribeiro Sanches (1699-1782) médico, cristão-novo, devido à intolerância religiosa, saiu de Portugal aos 27 anos e nunca mais regressou. Quando soube que Pombal havia publicado o Alvará de 28 de junho de 1759, expulsando a Companhia de Jesus, redigiu um trabalho sobre o tema da educação. Publicado em 1760, a obra **Cartas sobre a educação da mocidade**, um importante opúsculo sobre educação. Destacava que as imunidades das ordens privilegiadas teriam sido a causa da deturpação dos costumes e da má educação portuguesa. A mocidade não era preparada para ser boa nem para ser útil à Pátria. Criticou a desigualdade de tratamento entre as pessoas e a intolerância religiosa. Traçou um retrato do que seria adequado ao ensino português nos estudos menores e maiores, na sua ótica a educação estaria diretamente subordinada aos interesses econômicos, políticos, comerciais e até militares do Estado português (BOTO, 2010, p. 285, 286 e 290).

reorganização dos programas escolares com base no bom método de ensino, no qual a leitura, a escrita, a história, a geografia, e a matemática, articuladas com a teologia encontravam sua substância na própria realidade racional.

Eis aqui as reflexões porque nos estudos é necessária uma desenganada vigilância para que tenham ordem e sigam bem encaminhados. [...] É necessário se buscar fundamentos e bases tais, que delas como de ponto central possa a mente humana resolver sem confusão objetos de variedade prodigiosa. Para afirmar esta ordem produziram os sábios sistemas diversos que facilmente podem ler-se nos bons livros. Enquanto merecimento das matérias desejamos que o espírito delas seja concebido em maneira que os professores formem sujeitos práticos e capazes de interessar-se com dignidade, pelo bem comum (CENÁCULO, 1791, p 548).

No século XVIII, a educação ocupou em primeiro plano a preocupação dos reis, pensadores e políticos. Nesse século denominado “Século das Luzes”, desenvolveu-se a educação pública estatal e iniciou-se a educação nacional. (LUZURIAGA, 1963).

As ideias pedagógicas do iluminismo projetavam fazer das artes, das ciências, da instrução e da cultura, um instrumento a serviço da felicidade e do progresso da sociedade. Seu pragmatismo idealista entrou em choque com o apego aos privilégios da tradição e do formalismo educacional, destituídos de objetivos práticos. Daí os debates sobre os métodos de ensino, os conteúdos escolares, a formação dos professores, os níveis escolares e a quem se destinava o ensino.

O século XVIII apresenta-se, aos olhos da história da educação, como um momento privilegiado para pensar a pedagogia. Se o movimento iluminista destaca-se pela proeminência que oferece ao primado da razão humana, é pelo signo da educação que se dará o engendramento dessa racionalidade matricial, diretora do otimismo expresso em um século que se pretendia veículo e condutor daquilo que se supunha ser a perfectibilidade do homem. Nessa nova distribuição dos lugares sociais, o desenvolvimento da ciência adquire nítida coloração política (BOTO, 1996, p.169).

Na segunda metade desse século ocorreu em toda a Europa uma efervescência pedagógica inspirada nas ideias divulgadas pelos filósofos franceses, entre eles, Diderot, na **Enciclopédia** (1750) e Rousseau, no **Emílio** (1763) e na **Nouvelle Héloïse** (1761). As ideias por eles defendidas agiram juntamente com as aspirações oriundas do progresso das ciências positivas e das ambições políticas dos novos Estados em expansão e das necessidades surgidas da evolução econômica (HUBERT, 1967).

A laicização propunha emancipar a mentalidade da sociedade da divisão religiosa do mundo e da vida humana, ligando o homem à liberdade e ao progresso. A racionalização produziu uma revolução nos saberes, por meio do livre uso da razão. “O iluminismo caracterizou de modo orgânico e explícito um novo modelo de mentalidade com sua oposição à metafísica e seu vínculo com a ciência lógica e experimental” (LUZURIAGA, 1963, p.164).

Em Portugal a segunda metade do século XVIII destacou-se pela produção e circulação de ideias de cunho iluminista. No reino lusitano o movimento das luzes assumiu uma configuração própria, na qual a perspectiva católica mostrou-se predominante. Por razões ligadas à presença de uma tradição intelectual cristã e católica, adversa aos princípios do ateísmo e do materialismo que se vinham firmando tanto na Inglaterra como na França (MATTOSO, 1998).

A inserção de Portugal no contexto moderno europeu do século XVIII foi marcada pela luta que se travou entre o “antigo” e o “novo” que, no reino lusitano, significou a tentativa de manter o poder de uma aristocracia centrada em seus privilégios resistindo ao movimento de fortalecimento das bases absolutistas.

No início os tempos modernos, Portugal encontrava-se na vanguarda das transformações. No século XVI este país constituía-se juntamente com a Espanha, na principal potência marítima do mundo ocidental. Em busca de riquezas, os lusitanos haviam produzido a expansão marítima e contribuído decididamente para a gestação do comércio mundial. Refletindo esse vanguardismo, Lisboa transformou-se numa das capitais do mundo. Voltar a esse patamar sempre foi uma questão de honra para os portugueses. A antiga forma social resistiu à destruição e, neste embate, houve um equilíbrio de forças que deixa a impressão de que os portugueses não conseguiam imprimir uma direção à sua história, mas que também a antiga sociedade não conseguia estancar totalmente as transformações (FRANCO, 2006, p. 4).

Os descobridores portugueses envolvidos no movimento das navegações conheceram outra maneira de ver o mundo. O contato com outros povos, usos, costumes, língua e crenças fizeram nascer uma nova mentalidade baseada na indagação do real partindo da experiência. Diante de uma atitude investigativa e questionadora, Portugal assumiu, naquele momento histórico, a ponta do desenvolvimento do espírito moderno, do humanismo científico, da criação do senso crítico, da quebra do princípio de autoridade na ciência e na filosofia, até então aceito (HESPANHA, 1998).

Os efeitos provocados pelo novo modo de ver o mundo acelerou o surgimento de várias inquietações há muito gestadas no íntimo dos homens no decorrer dos séculos XVI e XVII. E adentraram o século XVIII fomentando a luta entre o crer, o conhecer e o fazer.

Em Portugal o conflito entre a forma de pensar a relação entre o homem e a natureza, e a possibilidade de intervenção e modificação daquela por este, encontrou resistência na aristocracia, principalmente dos representantes da Igreja, que preservavam uma ideologia centrada nos princípios da ortodoxia católica. “[...] a defesa da ortodoxia era entendida como questão política. Ela representava a permanência, o poder político integrava-se nessa mesma permanência, ou seja, atemporal” (CASTRO, 2006, p. 361).

A complexidade dessa questão em Portugal na segunda metade do século XVIII ia além da defesa da salvação da alma, o discurso de apoio e de rejeição ao projeto de modernização configurava uma aliança entre os poderes temporal e espiritual na justificação do poder absoluto do rei como uma designação divina. No contexto desse debate emergiu e tomou corpo em Portugal um discurso e uma ação pontual sobre a necessidade de mudança na política e na produção de uma nova identidade lusitana, que visou superar a defasagem cultural e científica (CASTRO, 2006).

Isso não significa dizer que Portugal era um país totalmente alheio às transformações científicas e culturais da época. A mobilidade de pessoas e a publicação de livros e periódicos favoreciam a circulação de ideias e de informações sobre os acontecimentos da Europa ocidental fomentando os debates nas rodas da elite.

Porém, a forma de interpretar e utilizar as informações recebidas deu a Portugal uma peculiaridade no entendimento do movimento reformador europeu. Existia dentro e fora de Portugal pessoas atentas e interessadas em promover o rompimento das cristalizadas barreiras impostas pela religião, pela dependência econômica e pela debilidade do sistema educativo.

A reação contrária ao estado de forças existente resultou da aglutinação de vários fatores que sofreram alterações em seu interior e que deram a base de sustentação necessária para a emergência do movimento centralizador e unificador ocorrido no reinado de D. José I (1750-1777) e de seu primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal.

O movimento reformador partiu das ideias iluministas, visou a centralização do poder na figura do rei não admitindo a interferência de nenhuma outra instituição no comando político, econômico e educacional. Para referendar sua ação política modernizadora, apontou os jesuítas como culpados pela situação caótica em que o país se encontrava em relação aos demais países europeus.

Os jesuítas temidos por sua ascendência político-religiosa e pela sua capacidade de influir na opinião social tornara-se alvo preferencial do governo que fez deles a causa do mal que era no fundo estrutural [...] mas julgou-se mais fácil concentrá-lo propagandisticamente num só grupo muito poderoso para efeitos de mobilização e exorcização (FRANCO, 2006, p.152-153).

Foram vários os entraves que se interpuseram entre a Companhia de Jesus e o projeto de mudanças reformadoras empreendidas pelo primeiro ministro do rei. Destacamos as questões relativas ao comércio feito pelos jesuítas, diretamente afetado pela criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, causando a manifestação dos inacionos contra a política de Pombal. Também, por ocasião do terremoto de 1755, os jesuítas, sobretudo o padre Gabriel Malagrida (1689-1761), utilizaram a catástrofe para criticar as ações do governo. “Em 1756 foi lançado um panfleto intitulado **A verdadeira causa do terremoto que arrasou Lisboa em 1 de novembro de 1755**, texto que criticava as ações do Marquês de Pombal, cuja autoria foi atribuída ao Padre Malagrida” (ASSUNÇÃO, 2006, p.334).

Além disso, as investigações sobre o atentado contra a vida de D. José I em setembro de 1758, apontaram o envolvimento de alguns jesuítas: “o famoso Padre Malagrida, e os padres João de Matos e João Alexandre” (ASSUNÇÃO, 2006, p.334). O conjunto dos fatos resultou na publicação do alvará real de 1759, que determinava o afastamento e expulsão dos jesuítas de todas as suas atividades no reino e nas suas colônias.

Outro fator que contribuiu para a centralização e fortalecimento do poder real centrou-se na forma como o primeiro ministro administrou a condução das consequências do terremoto de 1755. No quinto ano do reinado de D. José I, Portugal foi assolado por um terremoto de grandes proporções que destruiu várias cidades, principalmente Lisboa. Os prejuízos materiais e o número de vítimas foram grandes, assim como a reação literária e política. “O grande terremoto no dia de Todos os Santos de 1755 reduziu a cinzas uma das cidades mais ricas e opulentas

da época e provocou um extraordinário debate filosófico sobre o otimismo, Deus e fenômenos naturais” (MAXWELL, 1997, p.21).

O primeiro ministro recebeu do rei plenos poderes para gerenciar os trabalhos de recuperação dos estragos provocados pela catástrofe. Ele agiu de maneira prática e enérgica. Convocou uma equipe de engenheiros, militares e topógrafos que foram encarregados de fazer o levantamento dos prejuízos, tomarem medidas práticas para assegurar as operações sanitárias, de segurança, de planejar e executar a reconstrução de Lisboa e outras cidades atingidas pelo abalo como Porto e Vila Real de Santo António. “Foi o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais de vinte e dois anos, até a morte do rei, em 1777” (MAXWELL, 1997, p.24).

A reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755 deu novos ares ao projeto reformador, o sismo provocou um estado de comoção social propício à fixação da ideologia de transformação social, política, econômica, cultural, científica e educacional da nação portuguesa.

O poder constituído na figura do primeiro ministro de D. José I utilizou os recursos disponíveis no sentido de institucionalizar sua política regalista. Formou um grupo de apoiadores oriundos principalmente do clero esclarecido e contrário à filosofia de ação da Companhia de Jesus, ordem religiosa dominante na constituição do pensamento português.

Nesse contexto emergiu a figura do franciscano Dom Frei Manuel do Cenáculo, um homem erudito, profundamente voltado à sua fé e disposto a pôr o conhecimento à disposição da construção do novo projeto de sociedade em Portugal na segunda metade do século XVIII.

2.1 Características peculiares da modernidade em Portugal no Século XVIII

Portugal participou do movimento reformador europeu com características e particularidades próprias, resultantes de sua formação social, política, econômica, educacional e religiosa.

A transição para as luzes em solo português disseminou seus matizes durante o governo de três monarcas. O movimento apresentou suas primeiras manifestações no reinado de D. João V (1689-1750, rei de 1706 a 1750), afluíram

com mais veemência no governo de D. José I (1714-1777, que reinou entre 1750 a 1777) e continuou no reinado de D. Maria I (1734-1816, rainha de 1777 até 1792). Devido à sua doença mental, seu filho, o futuro D. João VI (1816-1826), assumiu a regência em 1792 (SÉRGIO, 1978, p.103).

No reinado do D. João V, Portugal reafirmou a aliança política com a Inglaterra e assegurou as boas relações com Roma. O ouro descoberto no Brasil atingiu seu apogeu, porém, esse tesouro não significou tranquilidade financeira para a metrópole.

O governo do fervoroso rei católico enfrentou dificuldades econômicas devido às várias ingerências administrativas e aos exagerados gastos públicos. Boa parte da riqueza vinda da colônia foi gasta na construção de estabelecimentos eclesiásticos, em prodigalidades com o patriarcado e na construção do palácio-convento de Maфра (1717-1735). Paralelos a essas “extravagâncias”, outros empreendimentos foram feitos, como o Aqueduto das Águas Livres, e a distribuição de moedas de ouro aos pobres nas audiências públicas do rei (FALCON, 1993).

No âmbito cultural e pedagógico, o monarca se mostrou sensível às ideias do progresso científico ouvindo e acatando algumas sugestões dos diplomatas que trabalhavam nas cortes estrangeiras (SÉRGIO, 1978).

Dom João V, em seu reinado, implantou algumas ações de cunho ilustrado: fundou em 1719 a Academia Real de História, uma Biblioteca na Universidade de Coimbra, patrocinou peças literárias barrocas, concedeu uma escola aos oratorianos, para o ensino de humanidades, promoveu a reforma dos estudos médicos, e permitiu a circulação do jornal Gazeta de Lisboa. Em 1776, a obra **Verdadeiro Método de Estudar** de Luís Antônio Verney movimentou as estruturas pedagógicas vigentes no reino. Nela o autor defendeu uma reforma na maneira de ensinar, no conteúdo e no método de ensino, baseado na ciência experimental. Teceu uma crítica direta ao ensino escolástico jesuítico que predominava nas universidades e demais escolas do reino e de suas colônias. O conteúdo dessa obra desencadeou o debate sobre os rumos do ensino em Portugal, que ultrapassou em muito o reinado de D. João V.

No século XVIII, acreditava-se que seria necessária uma nova ordem cultural, que reformasse a sociedade para a nova ordem econômica e política. Para tanto, seria necessária a elaboração de uma política educacional permeada por essa nova perspectiva, que consistia na defesa de um ensino útil, em contraposição à formação humanista clássica ministrada, sobretudo, pelos jesuítas em seus colégios.

Tratava-se de uma elaboração sistemática e intencional de reformas. Não significa que nos colégios dirigidos pelos padres jesuítas não houvesse abertura aos novos conhecimentos. A crítica de Verney aos estudos em Portugal era centralmente em relação ao método, mais que em relação aos conteúdos propriamente ditos [...] (RUCKSTADTER, 2012, p. 43-44).

As mudanças empreendidas pelo monarca deram nuances modernas ao reino endividado e nos últimos oito anos de seu governo, o rei com a saúde debilitada física e mentalmente não manteve a disposição reformadora iniciada e morreu em 1750.

D. José I, que reinou de 1750 até 1777, recebeu de seu antecessor um reino com dificuldades administrativas, econômicas, jurídicas e políticas. Na composição do quadro de auxiliares, ele buscou selecionar pessoas que pudessem colaborar na reestruturação do sistema administrativo e no fortalecimento do poder real. Entre essas pessoas figurava Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal, que se tornou primeiro ministro do rei.

Sebastião José de Carvalho e Melo foi representante diplomático português na Áustria e na Inglaterra (1738-1749), período em que esteve em contato com modelos de organização imperial e técnicas mercantilistas inspirados nos ideais iluministas, condição que lhe permitiu aprender a avaliar Portugal em comparação com a Europa culta (MAXWELL, 1997).

Ao assumir o trono, D. José I chamou-o para ser o ministro responsável pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, após seis meses no cargo foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Reino, cargo da mais alta relevância junto ao rei. Em 1750 assumiu o cargo de Primeiro Ministro (FALCON, 1993).

O Primeiro Ministro era defensor do poder absoluto do rei e do Estado pelos ideais do progresso e da modernização, seu foco de atuação abrangeu a economia e a educação. Era um católico fiel e fervoroso.

Durante o governo do Sebastião José de Carvalho e Melo instalou-se uma política reformadora, que firmou no ensino um dos seus principais pilares de transformação da mentalidade científica portuguesa na segunda metade do século XVIII (CARVALHO, 2001).

No plano das reformas pedagógicas vale lembrar os problemas que precisavam ser resolvidos: a necessidade de mão de obra qualificada para as

profissões ligadas ao comércio e à administração, a adaptação da instrução às novas condições sociais e econômicas, dotar a aristocracia de preparo eficaz para a diplomacia e o oficialato, substituir o latim pela língua vernácula nas aulas e difundir a ciência experimental (FALCON, 1993).

A proposta educacional direcionada para atender às necessidades práticas do Estado substituiu ao grande número de escolas jesuíticas e fixou um novo método de ensino fundamentado na utilidade da escola. Com o objetivo de padronizar e selecionar o conteúdo dos estudos e garantir a divulgação de uma literatura adequada ao seu projeto de modernização da instrução pública, que era oposto ao projeto educacional jesuítico, Pombal criou a Real Mesa Censória (1768), a Imprensa Régia, deu início e concretizou a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra.

Após o terremoto de 1755, o governo do primeiro ministro firmou sua política centralizadora e modernizadora, reconstruiu Lisboa, fixou medidas reformadoras especialmente no campo econômico e educacional, promovendo a adaptação de Portugal às transformações do novo modo de vida da segunda metade do século XVIII. Reformou o ensino elementar e superior, criou o ensino secundário, criou instituições de fiscalização e controle literário, reorganizou o exército. Combateu e eliminou o monopólio da Companhia de Jesus no controle do ensino, da religião e das questões econômicas (FRANCO, 2006).

A administração pombalina resultou da combinação particular de seus métodos no âmbito da economia, da codificação de leis, da imposição de deveres e encargos aos súditos. “Na verdade, sua ação é sua obra permanente, para melhor ou para pior, dependendo muito de quem se era” (MAXWELL, 1997 p.170).

A política econômica modernizadora de Pombal contava com fomento à industrialização, a substituição de importações e o estabelecimento das Companhias de Comércio Estatais. O estabelecimento das companhias de comércio monopolistas, que atuavam na metrópole e nas colônias, objetivava conceder privilégios especiais e proteção aos grandes comerciantes portugueses para que pudessem acumular capital e competir efetivamente com os ingleses.

Uma das ações de intervenção estatal dentro do reino, e que gerou reações ambíguas por parte dos grandes e dos pequenos produtores de vinho na região do Alto Douro, foi a criação em 1776 da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Para os grandes proprietários e produtores de vinho, a ação

protecionista era lucrativa e por isso deram todo o apoio necessário a Pombal. Porém, para os pequenos produtores significou a ruína, pois eles, que vendiam sua produção diretamente aos comerciantes ingleses, foram proibidos de produzir e comercializar o vinho.

A intervenção de Pombal na região produtora de vinho do Norte não foi diferente de sua intervenção na relação empresarial, utilizando o Estado, com efeito, para proteger grandes produtores e portadores. Toda oposição foi implacavelmente reprimida, dia após dia, pelo severo cumprimento do monopólio da companhia do Douro e, de um modo mais genérico, pelo exercício vigoroso da autoridade militar e judicial. [...] O objetivo da companhia de vinhedos do Alto Douro não era retirar o comércio de vinho do Porto dos exportadores ingleses. A posição privilegiada que o vinho do Porto desfrutava nos mercados britânicos era, afinal, resultado da manipulação das tarifas (em favor do vinho português) e constituía exatamente o tipo de negociação benéfica recíproca que Pombal aprovava. Ele não tinha a intenção de perder esse acesso aos mercados britânicos. O Estado intervinha para proteger produtores agrícolas, procurando controlar a produção e, desse modo, assegurar mercados e preços estáveis (MAXWELL, 1997, p.64).

À política econômica protecionista somou-se o tratamento rigoroso e punitivo que o Marquês impunha aos descontentes, independente do grupo social a que pertencessem. A execução dos membros da Família Távora, do duque de Aveiro e de padres jesuítas acusados de participação no atentado contra o rei, julgados e condenados à morte, exemplifica a política do Marquês.

Os crimes pelos quais foram acusados foram definidos como de lesa-majestade, traição e rebelião contra o rei e o Estado. [...] Pombal usou a tentativa de assassinato de Dom José I como meio para esmagar tanto a oposição aristocrática como os jesuítas em Portugal. Também utilizou a ocasião para atingir os pequenos comerciantes que ele acusava de conspirar com os jesuítas contra os planos, abolindo suas associações e por conseguinte sua representação (MAXWELL, 1997, p.88 e 92).

As ações governamentais do primeiro ministro foram consolidadas e ampliadas na década de 1760. À reforma econômica foi somada a estruturação de um novo sistema de instrução pública para substituir o modelo jesuítico de ensino, para estatizar a educação, padronizar as matérias de ensino, formar indivíduos qualificados para atuar na nova estrutura administrativa e comercial do país e reformar os estatutos da Universidade de Coimbra. Seu esforço em criar uma geração de ilustrados pelos princípios da ciência e da razão, beneficiou a médio e longo prazo a modernização de Portugal.

Os homens que nasceram no consulado de Pombal e foram educados nas escolas por ele reformadas haviam de ser os constituintes de 1821, haviam de se bater contra o absolutismo miguelista e um seu neto, o Marechal Saldanha, impor a proclamação da Carta, em 1826, comandaria no cerco do Porto, Almostr, e seria em 1850 o chefe da regeneração (SANTOS, 1984, p.16).

Com a morte de D. José I, o Marquês de Pombal foi deposto do cargo e junto com ele, a maior parte de seus colaboradores, entre eles o bispo de Beja Dom Frei Manuel do Cenáculo.

Ao assumir o trono, D. Maria I deu início ao chamado período da viradeira, isto é, a virada do regime que trouxe ao poder inimigos pessoais de Pombal e contrários à sua política. A aristocracia portuguesa ainda demonstrava certa animosidade relativa aos privilégios perdidos e procurava meios para reverter os rumos políticos implantados por Pombal, porém, o conjunto de medidas implantadas havia tomado um rumo irreversível.

Dois fatos do governo de Pombal podem exemplificar a atitude de revanche empreendida pelos apoiadores da rainha. Primeiro, a criação das Companhias Estatais de Comércio, e segundo, o tratamento dado pelo primeiro ministro aos nobres envolvidos no atentado contra D. José I, conhecido com o Processo dos Távoras.

A sociedade portuguesa do século XVIII passava por um processo de transição, no qual cada grupo social procurava manter e justificar sua posição. As dificuldades econômicas de um reino dependente da exploração de suas colônias, numa política mercantilista que não favorecia o desenvolvimento industrial, a necessidade de equilíbrio diplomático, a falta de organização administrativa da coroa, o monopólio jesuítico no campo educacional, a busca pela ascensão social, o crescimento da burguesia comercial, sedenta pelos seus direitos, a decadência da aristocracia, a presença eclesiástica na política e na economia, consubstanciaram um terreno favorável para que o projeto reformador de Pombal dinamizasse uma série de medidas que impulsionaram o desenvolvimento de reino português (MAXWELL, 1997).

Todas essas inquietações já existiam desde meados dos séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII e elas não se alinharam na direção de uma ação revolucionária. Na concretização dos objetivos modernizadores não existiu a intenção de estabelecer uma mudança profunda nas relações sociais portuguesas,

mas sim, fixar um novo arranjo de conformação social atendendo aos interesses da política absolutista.

Por essa razão, não se pode atribuir exclusivamente a D. José I e a Pombal a introdução do iluminismo em território português, porém, é possível afirmar que naquele período histórico ocorreu uma ação mais incisiva, planejada, articulada e preponderante na implantação de uma nova face do absolutismo, que Falcon (1989), Fortes (1982), Rudé (1988) denominam Despotismo Esclarecido⁴.

No cenário político do século XVIII a burguesia se firmou e se apropriou dos princípios organizacionais do comércio, da indústria e das operações financeiras. Apesar das divergências internas, o grupo passou a divulgar as suas ideias pressionando a ordem vigente para inserir mudanças favoráveis à sua ascensão econômica, educacional, social e política. A burguesia se consolidou como detentora das forças materiais e produtivas suplantando definitivamente os resquícios feudais e disseminando a nova ordem capitalista (FALCON, 1993).

A ascensão do elemento burguês ocorreu também pela via do estudo. A acumulação de bens e dinheiro possibilitou aos filhos dos mercadores estudarem nas universidades, instruírem-se, passando a pertencer também ao restrito grupo de letrados que prestavam serviço e auxiliavam a Coroa numa época de ampliação do poder absolutista.

A recompensa oferecida pelo trabalho devotado ao rei era a concessão de títulos de nobreza e de privilégios aristocráticos para a burguesia. Essa atitude do poder real originou uma reação da aristocracia tradicional, que se ressentia da convivência com os novos nobres. Mas, por outro lado, muito agradava à burguesia circular nos meios aristocráticos ostentando seus títulos.

A burguesia promoveu um novo processo econômico, delineando uma nova concepção do mundo laica e racionalista. Dinamizou novas relações de poder com o Estado. Esse posicionamento se devia ao fato de que apesar de participar ativamente do desenvolvimento econômico do período, ela ainda não havia conquistado poder político e nem igualdade jurídica.

É justamente o Iluminismo que permite superar esse contraste. Ex: um cabeleireiro ser legislador. É ele que dá novo sentido à ideia de natureza humana, que combate contra a superstição, que abre o

⁴ Despotismo esclarecido: à segunda metade do século XVIII pertencem uma série de governantes que intentaram modernizar a administração e fortalecer a monarquia à custa de rivais, como a Igreja, a aristocracia ou os estados provinciais, ao mesmo tempo em que manifestaram uma maior ou menor preocupação pelo bem-estar de seus súditos (RUDÉ, 1988, p.151).

espírito à aceitação de uma sociedade na qual também os cabeleireiros assim, como todos os que trabalham e produzem possam ser livres e politicamente ativos (VENTURI, 2003, p.168).

Essas mudanças políticas, sociais e econômicas foram acompanhadas e subsidiadas por mudanças na educação. Um novo currículo foi elaborado com vistas a dar maior utilidade e praticidade ao ensino, o bom método para ensinar deveria partir do simples para o complexo e agilizar a formação do indivíduo para ser útil ao Estado.

Dom Frei Manuel do Cenáculo demonstrou, na elaboração do Plano de Estudos da Ordem, uma preocupação com a organização e o aproveitamento do tempo de estudos. Em sua obra pedagógica, e ações educativas das quais participou, encontramos o sentido da utilidade do ensino e da construção do processo de aprendizagem por meio da experiência, da observação e da ação. Esses procedimentos metodológicos deveriam se constituir em uma relação educacional sem punição e com diálogo, centrada na importância de uma sólida formação do professor e na responsabilidade deste no direcionamento dos estudos.

Na obra **Cuidados Literários (1791)** retomou a crítica ao método de ensino escolástico e apontou os cuidados necessários para empreender nos estudos o uso de um método preciso, que permitisse ao aluno observar, experimentar e analisar os fatos que compõem a natureza. Ele apresentou as razões para a reforma dos princípios da educação escolástica, mas não se tratou de uma mudança completa, o que caracterizou o ecletismo do autor articulado com o caráter religioso do iluminismo português.

Uma característica peculiar do iluminismo português consistiu na sua dimensão religiosa, fato que o diferiu do iluminismo francês e do inglês. Em Portugal a tradição religiosa seguia “convivendo com a ideia de um Estado condutor dos assuntos temporais. A religião passa a ser um recurso auxiliar” (BOTO, 2010, p.282). Devido a essa convivência, não se consumou em solo lusitano a principal reforma do movimento iluminista, que era a separação total entre a Igreja e o Estado.

Coexistiram ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII formas educativas ainda típicas do período feudal e outras propriamente capitalistas, acrescidas da dominação ideológica da Igreja Católica no espaço público e privado. O resultado dessa convivência se expressou no movimento contraditório das relações de produção e trabalho que entremearam a sociedade portuguesa, se constituindo na

representação defasada com relação ao movimento ilustrado e seus princípios de liberdade, igualdade e propriedade, fundamentados no poder da ciência como produtora de conhecimento (FALCON, 1993).

Destacamos a ação administrativa reformadora desenvolvida na segunda metade do século XVIII em Portugal, sob o comando de Pombal. Sua política resultou na aceleração da cisão entre o velho e o novo, dando origem a uma nova maneira de pensar, agir e sentir na sociedade lusitana. Vale lembrar que não se tratou de uma revolução, mas de uma reforma, que deu nova roupagem às instituições já existentes, e as revestiu de caráter prático, científico, filosófico, literário e pedagógico.

Dom Frei Manuel do Cenáculo, ao ascender ao meio político, ocupando vários cargos nas instituições estatais criadas para gerenciar as questões educativas no contexto da política reformadora do período pombalino, encontrou uma oportunidade para difundir seu projeto educativo. Essa ação ele já havia executado nos estudos de formação dos padres da Ordem Terceira de São Francisco, em 1769.

2.2 As mudanças na condução da instrução pública em Portugal no período pombalino

No início de seu governo Pombal dedicou atenção para os assuntos comerciais, para a reforma e a criação de organismos do Estado e à fundação de companhias comerciais para combater o livre comércio. Complementou seu plano reformador com medidas voltadas para as questões ligadas ao ensino (FALCON, 1993).

Naquele momento a intervenção direta e sistematizada nos meios produtivos foi o caminho escolhido por Pombal para sua sustentação política, pois era preciso estabelecer uma base de apoio para o projeto de transformação política, social e econômica que, no seu entendimento, iria tirar Portugal da dependência comercial e do atraso cultural que ele observou durante o período de diplomacia na Inglaterra e na Áustria.

Seu ideal era compartilhado com uma elite de intelectuais que morava fora de Portugal e que vivenciava as transformações culturais, políticas, econômicas e educacionais que afloravam na sociedade europeia do século XVIII, diretamente

envolvidos pelo movimento iluminista. Esse distanciamento possibilitava aos intelectuais portugueses fazer uma análise da situação do reino sem se envolver diretamente com as forças internas do país.

Isso não significa dizer que eles desenvolveram uma visão da totalidade dos aspectos que envolviam a conformação social portuguesa naquele momento histórico, “[...] pois a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela [...]” (KONDER, 1991, p.37). Mas eles puderam, numa ótica objetiva, analisar vários aspectos da sociedade portuguesa, questionando a conformação de Portugal em viver sob os dogmas da religião católica e sem deixar influenciar-se pelas comparações entre o reino e as demais regiões da Europa. Eles receberam dos representantes da aristocracia portuguesa a denominação de estrangeirados. Vale lembrar que essa denominação era atribuída também aos representantes da elite intelectual interna portuguesa, que compactuava com ideias modernizadoras divulgadas no seu meio cultural.

Ao interferir diretamente nos pilares da tradição e dos privilégios, restaurando o poder real e tirando da Igreja a prerrogativa política e econômica, Pombal desencadeou uma série de ações e reações entre os grupos detentores do poder hegemônico português da segunda metade do século XVIII. Não podemos afirmar que Pombal tivesse uma visão totalizadora da situação que se apresentou quanto à realização de seu projeto reformador, pois se observam atitudes contraditórias na condução de sua política. Mas é possível observar que ele percebeu e soube se aproveitar dos enfrentamentos existentes entre os grupos sociais representantes da ideologia vigente no Portugal setecentista (FALCON, 1993).

O Marquês com o objetivo de dar suporte técnico e científico às relações de comércio endereçadas ao resgate das atividades aos comerciantes locais, foram implantadas as Aulas de Comércio em 1759. Uma necessidade requerida pela classe mercantil e pela junta de comércio. Seu objetivo era oferecer práticas contabilistas e mercantis e ensino de caligrafia, demonstrando um caráter prático do ensino.

Com o intuito de estabelecer seu projeto de mudanças na mentalidade e no perfil administrativo de Portugal, Pombal voltou sua atenção para o grupo do qual ele se considerava integrante, o dos intelectuais lusitanos ligados ao núcleo político, eclesiástico, literário e comercial. No interior dessa elite, que atuava dentro e fora do país, o primeiro ministro selecionou colaboradores para assumir a direção das

instituições criadas para administrar, fiscalizar e difundir as medidas reformadoras de seu projeto político, econômico e educacional.

Esse grupo era formado por intelectuais portugueses pertencentes à nobreza, ao clero, além de alguns ricos comerciantes, detentores de uma nova concepção de independência econômica e educativa. Eles defendiam a necessidade de mudanças em Portugal e ocupavam uma posição social que “[...] lhes permite aberta e fundamentalmente criticar o poder e apresentar à opinião pública propostas alternativas” (SANTOS, 1984, p.127).

O debate sobre a necessidade de reformas na economia e nos estudos teve suas raízes em período anterior ao governo pombalino. O discurso reformador dos intelectuais já era propagado desde os séculos XVI, XVII, e tomou corpo no século XVIII com um número representativo de formadores de opinião divulgando suas posições contrárias à manutenção da tradição, do conservadorismo e do obscurantismo das letras, atribuído em grande parte ao aspecto religioso dominante em Portugal. Entre eles podemos citar: D. Luís da Cunha (1695-1749), Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782), Luís Antônio Verney (1713-1792), D. Francisco de Lemos (1735-1822), João Pereira Ramos (1722-1799), D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), entre outros.

Como divulgadores de uma nova maneira de pensar, era necessário para esse grupo, aproximar-se do poder, tentar em consonância com este, formalizar e instituir as mudanças defendidas. Esses intelectuais precisavam do poder para pôr em prática sua teoria, o poder precisava dos intelectuais para subsidiar sua prática. Esse era o sentido que aproximava essa elite esclarecida da política do Primeiro Ministro (SANTOS, 1984).

Há que se destacar, também, outro aspecto: Pombal foi um reformador católico, e boa parte dos intelectuais que passaram a constituir sua base de apoio cultural e científica eram clérigos, com destaque para os oratorianos e franciscanos.

A proximidade e o apoio clerical se constituíram em uma espécie de paradoxo, visto que, grande parte da luta do Marquês foi contra a intervenção da Igreja no poder temporal. No contexto da política pombalina, a cooperação entre a cruz e a coroa já não atendia à realidade de uma nova forma de governar (MAXWELL, 1997).

O Estado absolutista precisava controlar a Igreja e, ao mesmo tempo, dependia de sua legitimação para a justificação das novas ideias. Ou seja, para a

consolidação de sua nova proposta social era preciso existir uma relação de colaboração. Assim, se apresentou mais uma característica peculiar das reformas de Pombal. A luta para retirar o poder interventor da Igreja materializou-se na perseguição sistemática aos jesuítas.

Os intelectuais da época pombalina não contestaram o poder porque ele servia objetivamente os seus interesses e permitia-lhes travar uma certa luta contra o preconceito, a ignorância e a intolerância religiosa e os elevava a uma categoria de apoiantes jurídicos do poder. Eles podiam ser a teoria da prática pombalina (SANTOS, 1984, p.128).

A teia de conexões que constituía as relações comerciais e políticas portuguesas incluía a participação de uma instituição preponderante no contexto histórico lusitano, a Igreja, materializada na ação monopolizadora da Companhia de Jesus. Essa congregação religiosa católica fundada em 1534 por Inácio de Loyola (1491-1556) chegou a Portugal no reinado de D. João III (1502-1557), rei desde 1521 até 1557, e gradativamente se constituiu na maior, mais eficaz e poderosa instituição portuguesa.

Diante de uma atuação planejada, organizada, persistente e pontual, aliada ao caráter religioso católico romano português, os padres jesuítas alcançaram em Portugal e em suas colônias um papel preponderante junto ao poder real, conquistaram o apoio dos “grandes” da corte e dominaram as crenças, as opiniões, os medos e as escolhas do povo. Em suas escolas e universidades eram formadas as mentalidades mais cultas do reino português, pertencentes à nobreza e ao clero (que se confundia com a nobreza).

A Companhia de Jesus é a ordem da Igreja Católica mais conhecida pelo seu investimento na formação intelectual longa e exigente e na sua promoção de investimento em várias áreas do conhecimento. À luz de um ideário pedagógico e científico marcado pela modernidade renascentista do humanismo do século XVI, colocado ao serviço de um ideal mais alto de evangelização universal, especialmente de povos mais resistentes à aceitação da mensagem cristã, a Ordem de Santo Inácio formou e integrou nas suas fileiras homens de grande craveira intelectual. No trabalho de pesquisa e divulgação científica ganharam grande visibilidade no seu tempo e garantiram reconhecimento notável na memória histórica por mérito de sua obra realizada e das redes de interesse criadas que possibilitaram a sua fama na posteridade (LEITÃO; FRANCO, 2012, p. 9).

Confessores, mentores espirituais, preceptores, teólogos, párocos, professores, proprietários de terras no reino e nas colônias, os jesuítas tinham imunidade à jurisdição civil e eram, principalmente, os gestores do currículo e do

método de ensino em Portugal desde 1552. Os jesuítas dominavam o ensino no reino e nas suas colônias, formavam e catequizavam com método próprio, o escolástico, e com um plano de estudos organizado pela *Ratio Studiorum*.

O documento é um conjunto de regras destinadas à organização da vida de estudos, relacionadas à espiritualidade, evidentemente, nos colégios da Ordem. É destinada, também, a dar parâmetros para a educação, a avaliar as responsabilidades e atribuições e, ainda, a reger as formas de avaliação e promoção nas escolas estabelecendo metas, objetivos e procedimentos universais. [...] O ministério educacional é afirmado com insistência e numa sólida hierarquia, base de todo o fazer pedagógico. Essa afirmação não é apenas apego conservador à tradição. É também, uma consciência de que estavam sendo constituídas as bases para a construção de novas relações políticas (ARNAUT de TOLEDO, 2000, p.183).

Encontramos disseminado na historiografia do século XVIII, principalmente aquela que discorre sobre o período pombalino, o discurso antijesuítico, atribuindo unicamente aos inicianos a decadência intelectual ocorrida em Portugal (LEITÃO; FRANCO, 2012). Porém, o que se chamou de retrocesso e decadência do reino português foi o resultado da soma de um conjunto de fatores político e econômico, nos quais a companhia também exercia influência.

Entre esses fatores figuravam as questões ligadas à gestão dos benefícios da expansão colonial portuguesa que eram, parcialmente, absorvidos pelos comerciantes e bancos ingleses, a ociosidade tornada ideal de vida mesmo entre aqueles que trabalhavam. A transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial na Europa, o mecanismo de dependência externa e a redução de acumulação de capital de origem colonial. “Em Portugal temos uma crise de crescimento que se transformou em crise de retração e conduz à reificação nostálgica do mito de decadência, acompanhado da sensação de tempo perdido” (ARRUDA, 2000, p.78).

Aos fatores político e econômico somou-se o processo pedagógico jesuítico “pleno de ligações com o passado da tradição católica”, porém isto não significa dizer que eles eram alheios ao novo método de observação e experimentação. “A diversidade só seria aceita nos pequenos detalhes e nunca nos aspectos doutrinários” (ARNAUT de TOLEDO, 2000, p.184).

A manutenção dessa perspectiva de formação gerou as críticas contra a pedagogia jesuítica que se constituía em um “forte poder ideológico nas mãos do catolicismo” (ARNAUT de TOLEDO 2000, p.186). A disputa no campo educacional

em Portugal se deu principalmente com os Oratorianos, que defendiam o ensino com base na ciência experimental, valorizavam a matemática e elaboraram um método próprio de ensino formalizado no *Ratio Docendi (1694)*, ministravam o ensino na língua nacional e com a história estreitamente ligada à geografia (MAXWELL,1997).

A perspectiva didático-metodológica alinhava os oratorianos com o espírito moderno da pedagogia iluminista. No caso de Portugal, outro fato que favorecia a proposta de ensino dos oratorianos era a política de centralização do poder presente no reinado de D. João V, que procurava reduzir a influência da Igreja nas questões temporais, tema defendido pela congregação criada por Filipe Néri.

Os oratorianos passaram a desempenhar papel relevante na educação [...] ministravam um ensino de características mais modernas, com demonstrações e experiências laboratoriais [...] defendiam a morigeração dos costumes e o afervoramento religioso e estavam entre os primeiros que lutaram contra o monopólio jesuítico na educação. Aos padres da Congregação do Oratório foram concedidos privilégios especiais, como não terem que se submeter a exame para poderem ensinar e o de lhes ser reconhecida competência para examinar outros candidatos (CARNEIRO, 2002, p.140).

Em Portugal os franciscanos também se destacaram no campo educacional. Apesar de não se dedicarem exclusivamente ao exercício da docência, como os jesuítas e os oratorianos, sua ação educativa diferia daqueles no sentido de que dedicavam atenção ao ensino das primeiras letras, voltado à alfabetização do povo humilde das cidades (CARNEIRO, 2002).

Em 1759, Pombal, servindo-se de estratégias políticas, expulsou os jesuítas do reino e de suas colônias, mandou fechar todas as suas escolas e os proibiu de ministrar aulas em qualquer nível de ensino.

Na visão dos ilustrados portugueses da segunda metade do século XVIII era necessário, naquele momento, produzir uma nova concepção de sociedade e de homem, adequado, “reformado”, de acordo com os princípios do liberalismo, da razão e da ciência, quebrando os pilares da tradição, da superstição e da ignorância presentes no universo social e cultural português (SANTOS, 1984).

Encontramos no pensamento pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo um modelo programático e metodológico que se articulou com a nova base da instrução que passou a ser oferecida pelas escolas reformadas no reino de Portugal.

No mesmo ano de 1759, D. José I, em sintonia com as diretrizes políticas de seu primeiro ministro, ordenou o fechamento da Universidade de Évora. Fez publicar em 28 de junho um alvará determinando uma “Reforma Geral dos Estudos” destinada a ser aplicada “no ensino das classes de latim e das Humanidades e nos estudos das Letras Humanas”, as chamadas aulas régias gratuitas das disciplinas de latim, retórica, grego e hebraico, aboliram a escola dos jesuítas, impedindo qualquer função educativa deles no país (CARVALHO, 2001).

Essa reforma não demonstrou uma vertente iluminista no que concerne ao método de ensino e dos conteúdos escolares. “Embora o próprio termo reforma seja empregado no Alvará, efetuou-se uma substituição de um método, mas não por um método novo, mas pelo método já usado e com atualizações consideradas necessárias” (CARVALHO, 2001, p. 430).

Ao ocupante do cargo de Diretor Geral dos Estudos, ligado diretamente ao rei, foi atribuída a tarefa de selecionar e contratar professores, acompanhar o desempenho e aproveitamento das aulas, resolver contendas, e apresentar relatório dos resultados ao rei. Porém, apesar da grande responsabilidade atribuída, o diretor não gozava de autonomia executiva e financeira.

A reforma propriamente dita da instrução pública, dos estudos e das escolas, passou a ter lugar de destaque na administração de Pombal, integrada ao processo de “desjesuitização” e legitimação da política reformadora, justificando a necessidade da intervenção do Estado no sentido de “salvar” o país do “estrage” pedagógico feito pelos jesuítas. A reforma iniciada em 1759 centralizou a atividade educativa e a subordinou ao poder régio (FRANCO, 2006).

Pombal retirou a escola das mãos dos jesuítas, mas a Igreja continuou a dominar o ensino. Representantes de várias ordens religiosas como oratorianos e franciscanos colaboraram na elaboração do novo sistema educativo. As autoridades pedagógicas eram em grande parte eclesiásticas, por exemplo: o Diretor Geral dos Estudos D. Tomás de Almeida (1670-1754), o presidente da Real Mesa Censória D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), o diretor da Universidade de Coimbra, D. Francisco de Lemos (1735-1822), e membros da Junta da Providência Literária.

A manutenção do envolvimento entre o Estado e a Igreja dentro do movimento reformador português é explicado por Boto (2010) pela existência do Padroado Régio, que tornava o rei patrono da Igreja e, conseqüentemente, havia produzido em Portugal uma simbiose entre Estado e Igreja, sobretudo na educação.

É sob o signo da reforma intelectual e moral da sociedade, eixo de bem-estar, progresso e felicidade, que o Marquês de Pombal, à semelhança de outros déspotas esclarecidos europeus, intenta secularizar as instituições de ensino, submetendo-as à tutela do Estado. A “necessidade pública” e a prática das “nações civilizadas”, expressões constantes dos diplomas régios, reforçavam a ideia de que o Estado podia objetivamente se beneficiar do influxo racional e crítico das ciências e das artes, colocando-as ao serviço da sociedade (ARAÚJO, 2000, p. 32).

Da política reformadora pombalina emergiu uma dimensão pedagógica. A educação configurava o pilar essencial da transformação social, e sua organização pretendia convencer a todos de que se estava construindo um novo projeto social fundamentado nas luzes harmonizadoras da razão.

Porém, apenas essa afirmação positiva não era suficiente para consolidar os princípios ideológicos da política reformadora, era preciso eleger um inimigo comum, sobre o qual recaíram todas as mazelas sofridas e identificadas no país, fornecendo ao povo os elementos comparativos necessários para que pudessem ser exaltados os valores, a grandeza e a utilidade dos ideais dos reformadores.

Com o intuito de substituir a ideologia existente, a propaganda contra os jesuítas, adversários selecionados para simbolizar a necessidade de mudanças, foi explorada intensa e generalizadamente para potencializar a eficácia política das reformas e ampliar as suas virtualidades pedagógicas.

Estes religiosos tinham apostado na educação como instrumento de reforma da Igreja, de requalificação católica da sociedade e da vida cristã, sendo entendido com um meio poderoso de evangelização e de conversão. O governo pombalino apostou no valor instrumental da educação, mas redireciona-a no sentido de esta funcionar como mais um instrumento importante de reforma geral do Estado à luz da ideologia política do despotismo iluminado (VAZ, 1997, p. 375).

A reforma pedagógico-educativa operada no governo pombalino assumiu um perfil político-ideológico. Ela resultou da conciliação política entre o poder real e a burguesia emergente, na sua instrumentalização foram dinamizados os ideais educacionais burgueses com a intenção fundamental de consolidar o poder absoluto do Estado. É possível considerar que o perfil da reforma teve um caráter eclético, demonstrado também na constituição do ideário filosófico das reformas pombalinas.

Por meio da reforma dos estudos foram superados o *trivium* e o *quadrivium* medievais, que formavam o currículo da educação liberal. Era composto de um conjunto de disciplinas cujo método de trabalho resultava na formação de habilidades intelectuais nos estudantes. Com a mudança na maneira de agir sobre a

natureza divulgada pelo movimento iluminista, a ciência e a técnica foram adicionadas aos conteúdos escolares no sentido de tornar o ensino útil para o fortalecimento do Estado (MONGELLI, 1999).

A padronização dos conteúdos e a bibliografia para a fundamentação das aulas permitiu uma rígida fiscalização do trabalho dos professores. A substituição do latim pela língua portuguesa nas aulas foi uma medida adotada para facilitar os estudos (FERNANDES, 1978).

Em substituição às aulas de filosofia ministradas pelos jesuítas, obrigatórias para o acesso à universidade, foram instituídas as aulas régias de retórica, do curso retirou-se a filosofia aristotélico-escolástica, adotou-se manuais de cunho iluminista de filiação lockiana (FERNANDES, 1978).

Paradoxalmente ao espírito iluminista, fundamentado na defesa da liberdade como direito de todos os indivíduos e na proposta de ser vivida sem qualquer forma de constrangimento nas relações sociais, Pombal estabeleceu durante seu governo uma censura de modelo inquisitorial sobre Portugal e suas colônias. “É nesse ambiente de repressão brutal que o Marquês de Pombal procede a uma reforma do ensino que pretende preparar homens esclarecidos, capazes de construir um Portugal novo” (CARVALHO, 2001, p. 469).

No período entre 1760 e 1769, a reforma foi realizada com dificuldades nas principais cidades do reino e de forma mais lenta e quase inexistente nas colônias. O Diretor Geral dos Estudos, D. Tomás de Almeida enfrentava uma diversidade de situações, às quais não tinha como administrar com eficácia devido à centralização das decisões na figura do rei e a pouca autonomia de ação que lhe havia sido outorgada.

Outro fator que dificultava a implantação da reforma era a falta generalizada de professores em todas as matérias de ensino. A baixa remuneração oferecida não atraía profissionais bem formados, assim como a concessão do privilégio de nobreza, oferecido àqueles que se tornassem professores, não surtiu o efeito esperado.

A reforma pombalina da instrução pública tinha a finalidade de formar um indivíduo capaz de trabalhar para o desenvolvimento do Estado. Isso demonstra o caráter utilitário que a educação assumiu como instrumento de manutenção da hegemonia, mas também evidencia a consciência do papel socializador da educação justificando a centralização da questão educacional nas mãos do Estado.

A reforma da educação levou em conta as estratégias pedagógicas contidas nas análises e sugestões de Ribeiro Sanches (1699-1782), expresso em suas **Cartas Sobre a Educação da Mocidade**, de 1760. Nesse documento o intelectual apontou os possíveis caminhos para adequar os estudos, justificando a necessidade de instruir os súditos para suprir os ofícios de homem e cristão, reconhecendo, como legítimos as leis e os costumes do Estado (BOTO, 1996).

Na concretização de sua perspectiva pedagógica Ribeiro Sanches concordava com o pensamento de Voltaire (1694-1778), La Chalotais (1701-1785) e outros iluministas, na defesa de uma escola restrita a algumas camadas da sociedade. Ribeiro Sanches apontava para o preparo das elites, que se constituiriam no escol de homens competentes para o serviço burocrático, militar, de saúde e da hierarquia da Igreja. Oferecer um ensino estatal e gratuito, mas não para todos e nem da mesma forma, se constituiu em mais uma característica do racionalismo liberal da reforma. “A via intermediária era a única que podia suscitar o consenso das forças-pensantes: educá-los, mas não demasiadamente” (ENGUIITA, 1989, p.112).

O Colégio dos Nobres fundado em março de 1761, foi um exemplo concreto do exposto acima. “Pombal e seus ideólogos projetaram qualificar as elites dirigentes para que pudessem dar resposta aos desafios da modernização e centralização do estado e das instituições do reino” (MACEDO, 1982, p. 31).

Ao proporcionar um ensino e uma escola especialmente dedicada aos meninos nobres, o governo pombalino demonstrou sintonia com o debate pedagógico dos governantes absolutistas europeus do século XVIII. Era preciso que os egressos da nobreza fossem educados para exercer uma profissão, porém nada parecido com o labor mecânico, mas uma atuação digna de honra e patriotismo.

Ratificando o poder concreto e simbólico da educação, o reinado de D. José I e o governo de seu primeiro ministro, ao centralizar a questão do ensino sob sua tutela, usou novamente a escola para impedir a manutenção do tradicionalismo nobiliárquico, prevenir resistências e oposições ao seu poder. As reformas refletiram as preocupações em reajustar a escola às novas condições da vida política e social.

A reforma pombalina dos estudos menores foi, sem dúvida, um esforço no sentido de secularização das instituições educacionais. [...] Seu objetivo superior foi criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de

Pombal, organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da coroa (CARVALHO, 1978, p. 139).

Tendo em vista o fortalecimento do poder real e a organização da gestão do Estado, foram articulados mecanismos e instituições especializadas, à frente das quais estavam pessoas de confiança de Pombal e que comungavam dos mesmos ideais de reforma e modernização da nação. A prática ilustrada, no que se refere ao terreno educacional esteve constantemente articulada ao controle e a supervisão das diversas formas de produção intelectual e de expressão artística e literária (CARVALHO, 1978).

Para garantir o controle das manifestações ideológicas e impedir a divulgação de ideias contrárias à sua política centralizadora, Pombal instituiu e manteve sob o domínio do Estado um mecanismo de fiscalização, ideológico, intelectual e, conseqüentemente, educacional.

No sentido de implantar a nova ideologia, em 5 de abril de 1768, instituiu-se a Real Mesa Censória. Esta tinha a incumbência de fazer o controle da circulação de livros em Portugal. Todo material literário que chegava ao porto era inspecionado e analisado pelos seus membros e, de acordo com o parecer emitido, eram liberados ou não. Também os livros das bibliotecas particulares passavam por essa verificação, a intenção era garantir que as ideias contrárias ao projeto modernizador não suscitasse questionamentos ao projeto pombalino (FALCON, 1993).

Esse órgão governamental composto por intelectuais oriundos de ordens religiosas discordavam dos fundamentos epistemológicos dos jesuítas. Entre os membros destacava-se a presença de Dom Frei Manuel do Cenáculo, nomeado deputado da mesa em 1768 e depois presidente em 1770, cargo que ocupou até 1777.

Pertencente à Ordem Terceira de São Francisco, Dom Frei Manuel do Cenáculo era detentor de grande prestígio junto ao rei e ao primeiro ministro. Intelectual dotado de profundo conhecimento literário e filosófico, de inclinação iluminista, tinha experiência em administração como Superior Provincial da Ordem Terceira Regular de São Francisco. Nessa função promoveu uma total reforma dos estudos para a formação dos padres da congregação. Hábil articulador e negociador, conquistou a confiança do governo reformador, durante o qual demonstrou flexibilidade política, dinamismo, interesse pelos rumos da educação, e patriotismo.

Sob seu comando, a Real Mesa Censória teve uma ampla atuação no âmbito intelectual:

[...] diversificou-se em direções como: a instrução pública, a condenação do sigilismo, a fiscalização sobre o Colégio dos Nobres, o exame de Breves e Bulas apostólicas e, obviamente o exame dos livros nacionais e estrangeiros que se pretendesse fazer publicar ou simplesmente circular no país, fiscalização dos livreiros (FALCON, 1993, p. 443).

A Real Mesa Censória assumiu o papel de órgão fiscalizador e repressor. Seguindo a orientação eclética da política pombalina, suas determinações e pareceres foram permeados por vários fatores e mediações que demonstravam a busca pela conciliação entre o “moderno” e o “antigo”, de acordo com os interesses e necessidades do poder real.

A adaptação de cada situação conforme a necessidade manifestava o movimento de permanência e mudança que alimentou o projeto pombalino. A proposta de mudança possibilitou a restauração do poder real, ativou o setor econômico e deu um sentido útil para a educação em relação às necessidades do estado, para isso se valeu da querela entre a tradição e o moderno. “A posição do tradicional e do moderno, naquele período, sugere atitudes distintas com relação à mudança. Um resistia e o outro aceitava. Porém, no âmbito da tradição também existia um movimento de mudança” (CONCEIÇÃO, 2009, p.72).

No conjunto de circunstâncias que acompanharam a fixação do projeto pombalino de reforma política, social, econômica e educativa, encontramos os traços da contradição no próprio modelo de estatização da educação. A Reforma dos Estudos Menores de 1760 centralizou o ensino mas não empreendeu uma dinâmica organizacional que permitisse a execução com agilidade das propostas de elaborar um ensino público voltado para ser útil ao Estado.

Apesar das dificuldades apresentadas na reforma dos Estudos Menores, a etapa seguinte do plano de reforma alcançou o ensino superior, seus princípios básicos foram cuidadosamente analisados e arquitetados pelo próprio Pombal e por um grupo por ele escolhido. O trabalho a ser realizado e sua implantação na Universidade de Coimbra certamente iria causar divergências com os interesses tradicionalmente estabelecidos, por isso a necessidade de sigilo com relação ao seu planejamento e do preparo para que fosse executada com firmeza (FALCON, 1993).

Em 1770, foi criada a Junta da Providência Literária, destinada a examinar “as causas da decadência” da Universidade de Coimbra e apontar as possíveis e necessárias reformas para estabelecer uma nova organização dos cursos científicos, dos métodos, dos currículos e dos meios didáticos a serem utilizados nos cursos oferecidos pela universidade. Do trabalho da Junta resultaram dois amplos textos, o primeiro **Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra** (1771) no qual foram retratados os “estragos provocados” pelo método escolástico jesuítico e o segundo, os **Estatutos da Universidade** (1772) com os ditames modernizadores da instituição (CARVALHO, 2001).

A Junta da Providência Literária era composta por representantes do mais alto escalão intelectual português. O pré-requisito para a escolha era ter alinhamento com a política de D. José I e do primeiro ministro. Entre os sete componentes da Junta, estava Dom Frei Manuel do Cenáculo. Sua atuação configurou na aproximação da Junta com a Real Mesa Censória, fato que de acordo com Carvalho (1978), deu suporte imprescindível ao trabalho da Junta, visto que as obras com as novas diretrizes do pensamento filosófico, jurídico e teológico passavam pela sua verificação.

Em 4 de junho de 1771, D. José I entregou à Real Mesa Censória a direção da instrução pública, a direção das Escolas Menores do reino e de suas colônias. Áurea Adão, ao analisar os textos sobre a reforma geral do ensino elementar destaca que o uso da terminologia Estudos Menores nesse documento engloba dois níveis de estudos: as escolas de ler escrever e contar e o ensino preparatório para os estudos universitários. A administração estatal incluía o Colégio dos Nobres, todos e quaisquer outros colégios para estudos das primeiras letras (ADÃO, 1997).

Com essa determinação a administração dos estudos passou da responsabilidade única do Diretor Geral de Estudos para ser organizada e dinamizada por um grupo de pessoas habilitadas, no entendimento do Marquês, para avaliar e traçar diretrizes para reabilitar a educação em Portugal.

Os deputados, após fazerem o levantamento da situação, novamente atribuíram o caos instalado aos efeitos prejudiciais da ação educativa dos jesuítas “[...] sendo fatal o estrago causado nas escolas Menores deste Reino pela negligência e educação positivamente má dos jesuítas a que elas foram confiadas, e não se havendo reparo até o presente [...]” (CARVALHO, 2001, p. 453).

Após a avaliação e a publicação do relatório da Real Mesa Censória, em 1772 elaborou-se um plano de criação de uma rede de escolas na metrópole e nas colônias, dispondo sobre o número de professores e os lugares de funcionamento. A principal providência tomada pela Mesa Censória definiu uma sistematização da rede de ensino necessária para o funcionamento de um órgão estatal como a escola, transformada pela reforma.

O plano previa também a instituição de um imposto para dar suporte financeiro ao sistema de ensino. Esse novo imposto chamado Subsídio Literário incidia sobre produtos de exportação, como vinho e aguardente. A arrecadação desse fundo pecuniário deveria, de acordo com a Mesa Censória, prover ordenados aos mestres e professores “sua suficiência sendo proporcionada pelo Estado, [...] conferia aos professores a decente honestidade de habitação e de independência” (CARVALHO, 1978, p.128).

A Real Mesa Censória planejou também outras aplicações para o dinheiro arrecado com o Subsídio Literário. Nas demais aplicações previstas evidenciava uma proposta pedagógica modernizadora, de caráter prático e científico dos responsáveis pela nova administração do ensino, conforme listado a seguir:

1. Compra de livros para constituição de uma biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória;
2. Organização de um museu de variedades;
3. Construção de um gabinete de física experimental;
4. Amparo a professoras de ler e escrever para meninas órfãs e pobres;
5. Criação de um jardim botânico;
6. Criação de uma cadeira para leitura de “caracteres antigos”;
7. Auxílio para a publicação de obras compostas pelos membros da Real Mesa Censória e pelos professores a ela subordinados;
8. Criação do curso de matemática em Lisboa, com os professores necessários;
9. A instituição de duas academias, uma para as ciências físicas e outra para as belas letras (CARVALHO, 1978).

Tais providências eram alinhadas a aspectos da pedagogia de Dom Frei Manuel do Cenáculo, presidente da Real Mesa Censória, na elaboração das diretrizes organizacionais dos estudos naquele momento. Na vasta obra de Dom Frei Manuel do Cenáculo, encontramos descrita sua ação na compra de livros, na

construção e abertura de bibliotecas ao público, o cuidado em dotar as bibliotecas e locais de estudo de laboratórios experimentais, sala de mapas e outros equipamentos necessários para uma boa aprendizagem.

Além do cuidado com a organização do espaço físico das escolas, Vaz (2009) classifica o frei franciscano como incentivador dos trabalhos arqueológicos em Portugal, colecionador de peças de arte e de museologia, pioneiro no intercâmbio literário, historiador, pedagogo, geógrafo, numismólogo.

Na data de 28 de agosto de 1772, implantou-se a reforma da Universidade de Coimbra, os princípios reformadores direcionaram o ensino para “ter condições de responder às solicitações de uma nova época, em que a investigação científica conhecia grandes avanços e surgiam técnicas novas com repercussão no contexto social” (ADÃO, 1997, p. 48).

Os Estatutos traduziram o esforço intelectual dos seus idealizadores em se afastar dos esquemas programáticos e metodológicos tradicionais para integrar a ideologia iluminista na formação intelectual portuguesa.

A obra realizada pelo ministro, defensor da centralização do poder na figura do rei pôs em confronto duas realidades: a reforma dos estatutos da universidade, que pretendia provocar uma reforma de mentalidade nacional, e, ao mesmo tempo, obstruir tudo que pudesse representar perigo para concretizar esses objetivos.

O Marquês de Pombal utilizou a reforma do ensino em todos os níveis, para estabelecer uma transformação social com base em uma nova organização escolar e com o aumento do número de escolas de ofício. Na sua ótica, essa era uma atitude moderna e a única possível de elevar Portugal novamente à glória vivida no passado.

A política pombalina originou uma modernização conservadora que não visava revolucionar a organização dos grupos sociais. Objetivou centralizar o comando político e econômico com vistas a fortalecer o comércio português e tirar o país da tutela estrangeira.

3 DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO VILLAS BOAS (1724- 1814): SUA AÇÃO EDUCATIVA E REFORMADORA

O objetivo desta seção é discutir a relevância da atuação pastoral, social, política e educativa de Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas (1724-1814). Frei franciscano da Ordem Terceira da Penitência, Bispo de Beja (1770-1802) e Arcebispo de Évora (1803-1814). Ele viveu em Portugal no século XVIII e colaborou com as reformas pombalinas da instrução pública.

Consideramos necessário apresentar o contexto histórico em que ocorreu sua formação acadêmica e sua trajetória política ao participar no contexto das reformas de Portugal, na segunda metade do século XVIII, durante o reinado de D. José I (1750-1777) e do governo de seu primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1750-1777), como pré-requisito para analisar as implicações sociais e formativas que as mudanças no método e no conteúdo de ensino produziram no cotidiano dos homens do período em questão.

No século XVIII, a educação ocupou o primeiro plano dos debates teóricos sobre o tipo de ensino e de instrução que seria adequado para formar o homem moderno. Este deveria aprender a pensar e a agir racionalmente, de acordo com os princípios liberais da transformação social exigida pela modernidade.

Observamos que, na trajetória de formação acadêmica e espiritual, Dom Frei Manuel do Cenáculo conheceu o método de ensino escolástico e o método de ensino científico experimental. Os estudos desenvolvidos numa abordagem diferenciada dos conteúdos proporcionaram ao franciscano a possibilidade de analisar os resultados de cada um deles e optar por uma linha de pensamento que melhor se apresentava ao seu desenvolvimento pessoal e profissional sem provocar constrangimento à sua fé.

A proposta de estudar o projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo e destacar seu pensamento pedagógico presume e exige que seja investigada a diversidade de temas sobre os quais ele emitiu parecer e que passam a ter maior significado quando integrados em um complexo de ideias que constituía seu universo político e cultural: o iluminismo de predominância católica em Portugal.

O movimento iluminista encarou a educação como via importante para a divulgação dos princípios que dariam ao homem a possibilidade de conhecer e intervir na natureza, livre de superstições e crenças místicas. Encontramos no

projeto educativo desenvolvido na sua atividade pastoral e nas concepções educativas do frei franciscano, o mesmo entendimento.

Na vasta obra de Dom Frei Manuel do Cenáculo, identificamos temas como economia, educação, saúde, propriedade, trabalho, Igreja, utilidade e felicidade públicas. Sua preocupação em oferecer possíveis caminhos para a realização humana referendaram a importância de seu projeto educativo ao longo de sua atividade política e pastoral, configurando a sua inserção no âmbito do pensamento ilustrado.

A pesquisa e a filtragem dos elementos que constituíram sua ação pastoral e educativa resultaram em um trabalho de investigação do contexto no qual ele exerceu sua ação pedagógica: o iluminismo. A especificidade desse movimento em Portugal durante o governo de D. João V, de D. José I e do Marquês de Pombal ou no reinado de D. Maria I, compõem o pano de fundo do qual se destacou o projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo.

No exercício investigativo do período em que se situou a pesquisa priorizou-se a abordagem do projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo, fato que evitou uma particularização de temas paralelos que poderiam fragmentar os apontamentos sobre o objeto de estudo que se apresentava disseminado na sua atuação política no contexto das reformas pombalinas da instrução pública e na sua atuação pastoral como Bispo de Beja e Arcebispo de Évora.

3.1 Dom Frei Manuel do Cenáculo: a formação do pensamento de um representante da reforma modernizadora em Portugal

O jovem Manuel Martins, apesar de sua origem humilde, foi encaminhado para a escola. O acesso aos estudos provocou muito debate no meio intelectual do século XVIII em toda a Europa, pois, ser instruído em uma escola não era uma coisa fácil e nem comum. Aos 12 anos entrou para o colégio dos oratorianos, tornou-se aluno do Padre João Baptista (1705-1761), que regia a Congregação do Oratório. A esse professor se atribuiu a inovação da orientação filosófica em Portugal, de acordo com seus biógrafos, ele era detentor de uma atitude filosófica eclética nos moldes do modernismo da época (CAEIRO, 1959, p.6).

Iniciou seus estudos no contexto das disputas entre métodos de ensino diferentes, que consubstanciavam um cenário de luta muito mais amplo e complexo do que assistir a uma aula ministrada na língua vernácula ou em latim. Era todo um conjunto de práticas organizadas que se articularam na formação dos novos representantes da cultura portuguesa.

Em 1739 ingressou na Ordem Terceira da Penitência⁵. Depois de ordenado passou a se designar Frei Manuel do Cenáculo. Convém destacar que o ingresso em uma ordem religiosa poderia naquele tempo assegurar a formação intelectual e também a melhoria do status social. “[...] vemos que a Igreja na maioria das vezes abria caminho ao status e prestígio” (ELIAS, 1987, p. 95). No ano de 1740, ingressou na Universidade de Coimbra para estudar Teologia. Começou paralelamente a ensinar Filosofia no Colégio de São Pedro, na mesma cidade.

Estudou em Coimbra no Colégio de São Pedro e simultaneamente frequentou a faculdade de teologia na Universidade. Em 1749, com 25 anos, recebeu o grau de doutor e já como professor do Colégio de Artes de Coimbra, ministrou seu segundo Curso de Filosofia, composto pelas matérias de lógica, metafísica, física e ética.

As escolas onde Cenáculo estudou não estavam indiferentes ao movimento de cunho modernizador que ocorria no país e fora dele, assim como a Ordem Franciscana, que também passou por mudanças em suas convicções filosóficas. Sobre as mudanças efetivas na Ordem assim se expressou Cenáculo: “As revoluções literárias, e políticas internas, e externas fizeram alterar depois as situações, e conseguinte as imaginativas, e deram origem a outros tempos, outros costumes, como se verá tratando desde o século XVI” (CENÁCULO, 1794, p. 8).

A presença da Ordem Franciscana em Portugal data de meados do século XIII, os vários ramos da ordem se expandiram por todo o reino e conquistaram com sua austeridade e singeleza, a confiança do povo e o apoio do poder real. Sua atuação no atendimento espiritual da população da cidade gradativamente assumiu o caráter de instrução escolar e a dedicação aos estudos passou a fazer parte do cotidiano dos frades (REMA, 2005).

No embate ocorrido no interior das ordens religiosas em Portugal, destaca-se na Ordem Franciscana a necessidade de investir na formação dos padres para

⁵ Dom Frei Manuel do Cenáculo faz uma detalhada explicação sobre os vários ramos da Ordem Franciscana no capítulo I de sua obra **Memórias históricas e Appendix, 1794**.

melhorar a qualidade do seu discurso, ou, sermão, junto à população, pois no espaço territorial lusitano a cultura era predominante oral e o sermão assumia um papel de relevo na difusão das ideias.

[...] em parte pela revolução intelectual provocada pelo iluminismo, em parte pelas imposições dos poderes civis e finalmente pela própria exigência interna da Ordem e as orientações da Santa Sé, houve sérios esforços por uma ampla reorganização dos estudos e por uma canalização mais positiva dos mesmos (IRIARTE, 1985, p. 409).

Durante seus estudos Frei Manuel do Cenáculo conviveu com mestres renomados como Frei Joaquim de São José (1707-1755), provincial da Ordem Franciscana, de quem ele foi secretário durante sua viagem a Roma em 1750 para assistir ao Capítulo Geral da Ordem Franciscana⁶.

A viagem a Roma em ano de cinquenta, em que acompanhei o sábio mestre Fr. Joaquim, me fará sempre apregoar em quaisquer ramos de literatura, que foi uma disposição efficacíssima para o bem das letras na Província. As famosas bibliotecas, que se presentearam à nossa curiosidade, nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantaram milhares de ideias, que se começaram a produzir [...] (CENÁCULO, 1794, p. 200).

Essa viagem propiciou ao jovem Frei Manuel do Cenáculo o contato com os gostos literários da Europa, detalhe que parece ter acentuado sua orientação iluminista, de aspecto marcadamente católico.

Apenas uma análise atenta do desenrolar de sua obra, a posição mental implícita numa ou noutra noção que desenvolveu as diretrizes dominantes do seu pensamento filosófico, o significado profundo das suas iniciativas culturais, nos permitirão conhecer, verdadeiramente, o seu iluminismo, de feição especial: a do tipo católico italiana, dos meados do século XVIII, revelado, sobretudo após esta viagem a Roma em 1750 (CAEIRO, 1959, p. 38).

No regresso retomou sua atividade docente. Em 1751 elaborou a obra ***Coclusiones de lógica*** na qual se encontram as novas diretrizes de seu pensamento, a tendência crítica de reação à filosofia e a teologia escolástica. Nela atribuía o valor introdutório do estudo da História da Filosofia para a compreensão das demais disciplinas. A partir daquele momento suas aulas sofreram uma mudança expressiva, pois o professor mudou sua prática investindo no método de

⁶ Capítulo Geral da Ordem: origina-se das reuniões que nos primeiros anos da fraternidade, todos os frades costumavam realizar em torno de São Francisco, de início duas vezes ao ano, depois apenas uma vez, na Festa de Pentecostes. Todos assistiam mesmo os noviços, porque a finalidade primordial era manter a coesão interna da fraternidade itinerante (IRIARTE, 1985, p.123).

investigação e exposição. Tornou-se um afeiçoado das novas correntes filosóficas e científicas, de filiação cartesiana e newtoniana (CALAFATE, 2001).

Frei Manuel do Cenáculo soube observar e entender as mudanças de seu tempo. Aproveitou as oportunidades que se apresentaram, e buscou meios de pôr em ação os conhecimentos obtidos. Sua dedicação aos estudos, aliada ao contato com mestres de pensamento pedagógico abertos às possibilidades de mudança no método de ensino e na organização dos conteúdos, oportunizou a ele assumir um perfil iluminista, no pensamento e na ação. Em conformidade com esse espírito reformador, ele colaborou para a mudança dos rumos do ensino em Portugal.

A formação é, com efeito, iluminista e após, o contato que em Roma teve com o iluminismo, envereda decididamente pela via da rejeição da Escolástica e do aristotelismo da época, estando aberto, no campo científico, à experiência, sobretudo à ciência da física, sendo Newton o seu mentor científico. Esta abertura e este acreditar no valor da ciência experimental estão intimamente ligados à sua educação muito determinada pelo ensino dos Oratorianos e à influência que sobre ele exerceram os Terciários (GANHO, 1984, p. 419).

O erudito franciscano foi um homem de mentalidade aberta às transformações de sua época. Disposto a difundir os estudos científicos em Portugal, ele delineou projetos que demonstravam sua consonância com as ideias ilustradas, que visavam multiplicar os meios de informação e a aquisição do conhecimento, para disponibilizá-los ao público. Ele era um intelectual ativo, preocupado com os problemas existentes no seu país, por meio de sua ação educativa, buscou oferecer possíveis caminhos para qualificar a situação de atraso científico e cultural vivida em seu país.

Encontramos no discurso e na ação de Dom Frei Manuel do Cenáculo os elementos que o identificam como um agente que buscou, por meio de uma ação prática junto ao poder político, meios para viabilizar mudanças que combatessem as especulações desordenadas, mas, que se pautassem pela utilidade e praticidade.

Na investigação das fontes sobre o autor e na verificação do levantamento feito pelos seus biógrafos, Marcadé (1978), Caeiro (1959), ficou identificado que Dom Frei Manuel do Cenáculo não contestou em nenhum momento a Igreja ou sua fé católica, apesar de fazer parte do grupo que Costa (1990) denominou de clero iluminista. A historiadora assevera que esses padres, frades e bispos realizaram uma verdadeira leitura e interpretação cristã das teorias iluministas.

Dom Frei Manuel do Cenáculo viveu e atuou num tempo de mudanças sob o signo ideológico do iluminismo, porém, demonstrou conhecimento da liberdade implícita no movimento, soube utilizar seu conhecimento na busca do equilíbrio entre a fé e a razão, dando uma conformação cristã e católica ao seu pensamento pedagógico, com a criação de novos métodos e programas de estudo em sua província, que se constituíram em um projeto educativo de longo alcance.

Outra característica que se destaca no pensamento de Cenáculo é o ecletismo como uma posição filosófica, resultado de uma atitude crítica, que procurava em todas as correntes e filosofias a verdade. “Essa atitude eclética é o sinal de um interesse pelos problemas práticos, que exigem um acordo entre os homens, apontando assim para um espírito de tolerância e de abertura, de reconhecimento da diferença” (GANHO, 1984, p. 434).

Dom Frei Manuel do Cenáculo era solidário com o poder real, apoiou a tendência centralizadora do governo pombalino, que visava o afastamento da Igreja do poder do Estado, ou seja, era defensor da definição das esferas de poder: “Dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (HESPANHA, 1998). Adversário dos setores retrógrados e dos intelectuais tradicionais, dotado de profundo conhecimento teórico desempenhou sua prática na perspectiva franciscana de estabelecer um bom relacionamento com a coroa, buscar o equilíbrio nas questões religiosas e políticas, primar pela boa formação e valorizar as virtudes, modernizar a Igreja e levar instrução aos pobres por meio da boa pregação (CABRAL, 2010).

Permaneceu em Coimbra até 1755, ano em que um terremoto de grandes proporções arrasou Lisboa. Além de cuidar de sua formação religiosa e doutrinária, Dom Frei Manuel do Cenáculo acumulou leituras, conhecimentos e encontrou novos argumentos para questionar os critérios pedagógicos estabelecidos pela escolástica, que em Portugal era representada pelo ensino jesuítico.

Dedicou-se ao estudo das línguas antigas latim e grego e também as orientais: hebraico, siríaco, “Desperta seu interesse pelas línguas orientais o contato com alguns religiosos Eremitas de San Agustín do Colégio da Graça” (PEREZ, 1985, p. 20).

O estilo de pensamento do jovem professor franciscano o sintonizava com as novas perspectivas filosóficas em alta naquele momento na Europa, o movimento das Luzes. Sua conduta dinâmica na busca pelo conhecimento, o interesse em trocar informações e o empenho na leitura proporcionaram ao frei franciscano as

condições necessárias para analisar com liberdade e autonomia os rumos políticos, sociais, econômicos educacionais de Portugal na segunda metade do século XVIII.

3.2 O Provincial da Ordem Terceira de Portugal: o plano de estudos de 1769

Em 1755, com 31 anos, deixou o ensino no Colégio de Coimbra e fixou residência no Convento de Jesus em Lisboa. A partir desse ano ocorreu uma completa transformação na vida do franciscano. Na busca constante pelo conhecimento, estudou as línguas orientais e história literária, sua cultura intelectual refinada o tornou uma referência no círculo político e intelectual português.

Ele se aproximou do campo político da corte e ocupou vários cargos na Ordem e junto ao poder real: Cronista da Província; Examinador da Igreja e Benefícios das Ordens Militares; Ministro Consultor da Santa Cruzada; Qualificador do Santo Ofício; Capelão-Mor das Armas Reais. Caeiro (1959) destaca que nesse período ocorreu a aproximação de Dom Frei Manuel do Cenáculo com o Marquês de Pombal, o biógrafo explica que a afirmação é amparada nos dados encontrados no diário de Cenáculo.

O erudito franciscano desenvolveu a habilidade de tornar útil o conhecimento adquirido. Em um período que pouca atenção era dada aos estudos de história, ele se preparou para uma possível projeção futura, investiu no aprofundamento do estudo da história literária, também chamada história da cultura. Procurou entender como outros países promoveram reformas de ensino, selecionaram métodos de estudo e organizaram instituições. Portugal não possuía uma história literária elaborada, e Cenáculo se pôs à disposição da coroa para elaborar tal sistematização.

No mesmo dia (7 de fevereiro de 1766) levei ao Conde de presente o 2º tomo da História Literária de Espanha dos nossos terceiros; e lhe resignei a proposição, de que este exemplo era hum estímulo para que os Terceiros de Portugal fizessem a História Literária portuguesa: e que assim eu queria trabalhar (CENÁCULO, COD.CXXIX1-17, FL.5).

Uma característica do pensamento ilustrado era a praticidade das ações. Marca da personalidade de Dom Frei Manuel do Cenáculo identificada na sua formação e como indica a citação acima, aflorou na atuação política.

[...] cômico do alto fim a que se propunha, mostra-se prudentíssimo na escolha dos meios políticos e diplomáticos de que espera obter a sua realização [...] daí a aproximação da Corte, a proeminência política que lhe torna possível executar a missão de iluminador (CAEIRO, 1959, p. 59).

Dom Frei Manuel do Cenáculo era um intelectual ativo, do tipo urbano. Urbana também foi sua Ordem religiosa, que se pôs, desde sua chegada em solo português ao lado do poder real, trabalhava junto ao povo em atitude sempre conciliatória.

Cenáculo elegeu a pedagogia e a atividade política como formas de intervenção reformadora. Como erudito de seu tempo exerceu variadas atividades “[...] como historiador, político, eclesiástico, reformador, pedagogo e filósofo, distinguindo-se como humanista arqueólogo e bibliófilo, cultivando a numismática, a exegese, a hermenêutica e a liturgia” (CAEIRO, 1959, p.11).

O frei franciscano desenvolveu um trabalho voltado para as questões sociais e culturais da sua época, o aprofundamento teórico que ele buscou nos estudos integrou sua prática, o que significou uma mediação entre ele e o seu momento histórico (GADOTTI, 2012).

Em março de 1768, aos 44 anos, nomeado Provincial da Ordem Terceira de Portugal (1768-1777), cargo que lhe possibilitou maior acesso ao meio político⁷. Sobre a importância desse cargo é válido observar o contexto político e as relações entre a corte e a Ordem Franciscana. Pombal já havia expulsado os jesuítas e era pública sua simpatia pelos franciscanos, expressa na forma de benesses reais como a doação aos franciscanos do Colégio do Espírito Santo de Évora e de várias bibliotecas jesuítas.

Atravessava-se um período de tendências regalistas, em que o Soberano influía mais ou menos diretamente, na nomeação dos altos cargos das dignidades eclesiásticas, seculares ou religiosas. Por outro lado o convento franciscano de Nossa Senhora de Jesus ligava-se, por íntimas relações, com a Corte de Lisboa (CAEIRO, 1959, p. 55).

Como Provincial e deputado da Real Mesa Censória, Dom Frei Manuel do Cenáculo deslocou-se até a Espanha para assistir, em Valença, o Capítulo Geral dos Franciscanos da Península Ibérica. A relevância de sua participação ficou evidente com o convite para fazer o discurso de abertura e com sua eleição para o

⁷ Provincial da Ordem Terceira de Portugal: superior regional de vários clãs religiosos da mesma ordem.

cargo de Definidor Geral da Ordem, somado ao fato de ter obtido do Ministro Geral Frei Pedro de Molina a autorização para proceder a uma reforma nos estudos da sua Província⁸.

Cenáculo tomou de coração sua tarefa de Provincial; ele se esforçou para dar mais coesão à Província reforçando as ligações entre a direção dos diferentes estabelecimentos [...] ele queria uma gestão diferente das dos seus anteriores, queria que adotassem a mesma gestão escrupulosa de Coimbra, com dois registros de receitas e despesas (MARCADÉ, 1978, p. 37).

O elevado ideal monástico de Cenáculo traduziu-se na política administrativa que adotou com relação à sua Congregação, demonstrando uma perspectiva pedagógica de ação que investiu na formação dos futuros padres que iriam atuar por toda a Província. Era preciso preparar os religiosos para uma vida dura e austera, evitar que após a pronúncia dos votos, descuidassem de suas obrigações clericais e da responsabilidade de atender os fiéis de sua localidade.

Iniciou seu projeto de reforma dando prioridade aos estudos de formação cujos objetivos a alcançar e as diretrizes para consegui-los foram tomando corpo em sucessivos Planos de Estudos, nos quais constam as disciplinas que deveriam compor o curso de formação: Retórica, Grego, Hebraico, Filosofia, Moral, Cânones, História Eclesiástica, Teologia Moral, Teologia, Religião Revelada, Escritura Sagrada (CENÁCULO, 1769).

O projeto previa detalhadamente a organização e o emprego do tempo de escolaridade, pressupunha uma organização do trabalho pedagógico que tinha como princípio o acompanhamento das atividades dos alunos com vistas a garantir uma unidade no processo formativo dos noviços, para isso instituiu um conselho formado por ele e mais três padres selecionados entre os mais doutos para fazer a supervisão do trabalho dos estudantes verificando também de forma indireta a dinâmica dos professores (MARCADÉ, 1978).

Observamos na proposta pedagógica de Cenáculo uma visão de totalidade a partir da articulação das partes baseada em uma gestão colegiada do processo, na necessidade de organizar o ensino de maneira sistematizada e na composição de um currículo didaticamente estruturado.

Envolvendo os exercícios literários, muitas dependências, e costumando afrouxar-se neles, faltando quem os vivifique, e lhes dê o tom de consistência, e de melhoramento; faz-se indispensável

⁸ Definidor Geral: conselheiro, assessor de autoridade religiosa.

instituir um Conselho de Religiosos proporcionados àqueles fins [...] A este Conselho pertence regular, consultar e promover quanto respeite o Estado Literário da Província [...] (CENÁCULO, 1769, p. 19).

O emprego do tempo de duração dos estudos estritamente regulamentado garantia que os objetivos do ensino fossem alcançados, o programa fixava a repartição das cátedras. A formação inicial e a formação moral eram confiadas a mestres e religiosos qualificados.

A prática pedagógica do professor era um ponto de relevância na concretização dos objetivos da Reforma de 1769. Essa prerrogativa justificava o cuidado na seleção e no acompanhamento do resultado obtido pelos alunos. Cenáculo atribuía ao professor um papel preponderante na formação intelectual e social dos alunos, sobre isso afirmava:

Um dos princípios da ruína dos homens, ou da perfeição, de que eles são capazes, consiste no magistério, a que se confia a educação da mocidade. Por esses motivos haverá especial cuidado em promover para professores os religiosos de probidade decidida, de sã doutrina, segura e constante: serão sujeitos de reputação nos costumes, cuja ciência seja acompanhada de prudência sem orgulho, nem obstinação, [...] que seja notório seu amor aos livros, e o caráter que lhe deve resultar das aplicações. [...] deve gozar da reputação de homem iluminado, sábio, prudente, de zelo constante e se interessa cordialmente no progresso do discípulo sem predileção de pessoas (CENÁCULO, 1769, p. 41-42).

O plano previa também que no mesmo seminário em que eram dadas as aulas, deveriam ser prestados os exames finais, todo esse processo era acompanhado de perto pelo conselho dirigido pelo Provincial. “[...] é isso que determina a orientação para os ciclos de estudos seguintes: os mais dotados são inscritos em cursos de filosofia, alguns de moral e a maior parte fazem um ou dois anos de retórica” (MARCADÉ, 1978, p. 39).

Existe uma discordância entre seus biógrafos Caeiro (1959) e Marcadé (1978) sobre a constituição do conselho de acompanhamento dos estudos. O primeiro o interpreta como um órgão de censura destinado a controlar a vida intelectual da Congregação, o segundo vê sua atuação como um recurso de grande utilidade para coordenar a formação dos noviços distribuídos em vários locais de formação.

O senso organizacional e disciplinar que faziam parte da reforma dos estudos da Ordem aproximavam o Provincial do contexto modernizador ao determinar um programa único de ensino para todos os seminários e uma norma de

acompanhamento. Entendia que não importava a localização da escola. Era preciso que fosse respeitado o programa de ensino e que fossem ensinadas as mesmas disciplinas com graduais e progressivos níveis de aprofundamento e de reelaboração.

A visão de formação que Dom Frei Manuel do Cenáculo imprimiu ao plano de estudos da Ordem, demonstrou que além da perspectiva de gestão, ele, como um estudioso da educação, aliava ao seu conhecimento teórico sobre os métodos de ensino, a sua experiência prática como professor. A forma como sistematizou o plano de reforma evidenciava sua qualidade de pedagogo (GANHO, 1984).

O Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Terceira Ordem de São Francisco do Reino de Portugal, está incluído na Disposição Segunda do Superior Provincial da Ordem Terceira de São Francisco no Reino de Portugal, tomo primeiro, coletânea editada entre 1769 e 1770. É dividido em três partes:

- Parte 1- Dos professores em particular, e outras ocupações pertencentes à consistência, e perfeição dos estudos. Composto de treze artigos;
- Parte 2- Da economia dos estudos, e outras providências. Composto de oito artigos;
- Parte 3- Dos livros, por que se há de estudar. Artigo único.

O Plano faz uma exposição detalhada do método de estudos e organiza sistematicamente a formação para os Terceiros de Portugal e algum tempo depois outras Congregações Religiosas também o adotaram.

A formação intelectual dos futuros padres era composta de dois ciclos, o inicial tinha duração de nove meses, o décimo mês era reservado para os exames indispensáveis para o acesso ao segundo ciclo, com duração trienal. O plano das atividades de estudo dava ao curso uma dinâmica de exercícios teóricos e práticos, os quais direcionavam para aprofundamento intelectual dos alunos e dos professores. A proximidade do professor no acompanhamento individual e coletivo era um requisito básico da metodologia de formação.

Diariamente os professores de moral faziam um debate sobre um caso de consciência na presença dos estudantes [...] os pregadores de consciência eram altamente qualificados, Cenáculo se mostrava extremamente severo com o recrutamento dos pregadores da ordem [...] no domingo o sermão tratava sobre um ponto de catecismo, a cada quinze dias, os estudantes participavam das Conferências Eclesiásticas, nelas um dos assistentes expunha o tema, um outro

fazia a contradição, e toda a assistência participava da discussão [...] Cenáculo focalizava dois objetivos: formar clérigos com sólida base intelectual e bons religiosos (MARCADÉ, 1978, p. 41-44).

A metodologia de ensino das diversas áreas do conhecimento que compunham o currículo do curso foi também alvo de atenção da proposta pedagógica do prelado. No planejamento das aulas o professor deveria levar em conta o nível dos seus alunos e lembrar que eram jovens e inexperientes e por isso a abordagem dos conteúdos deveria ser feita com a adoção de uma didática simples e clara, sem a obrigação da cópia e com uso de textos elaborados pelo professor, a participação ativa dos alunos deveria ser estimulada no diálogo com o professor. A aula deveria ser um momento de interação entre o professor, o conteúdo e o aluno de forma contextualizada sem a imposição de verdades, mas sim na demonstração delas. “Havendo método, e ordem nos estudos, não há projeto, que seja impraticável” (CENÁCULO, 1769, p. 79).

Na segunda parte do Plano de Estudos o provincial explicou e justificou o sistema avaliativo do curso de formação. Orientou os professores sobre a elaboração dos instrumentos avaliativos, adequados ao nível de aprendizagem de seus alunos, assim como a valorização do esforço destes durante as aulas e na realização dos exames. Note-se que apesar da rigidez no cumprimento das atividades atribuídas a cada disciplina, existe o entendimento sobre a individualidade da aprendizagem. “É, porém digno de recomendar-se aos examinadores que tenham presente a proporção dos talentos, para não pretenderem desempenho maior do que as capacidades” (CENÁCULO, 1769, p.23).

No artigo segundo da parte II, foram dadas as orientações para o desenvolvimento das aulas de cada disciplina, a duração e a distribuição das mesmas no horário diário e semanal, com destaque para a obrigatoriedade do professor em viabilizar a frequência do aluno na biblioteca, o cuidado em garantir que os livros a serem lidos e utilizados pelos alunos e professores eram aqueles aprovados pelo Conselho. Durante as aulas deveria ser reservado espaço para que o aluno pudesse ler em voz alta, argumentar sobre o assunto em debate para que o professor pudesse verificar sua oralidade e a entonação para falar em público.

A formação intelectual do professor tinha grande importância, o plano previa a ampliação dos estudos depois do padre ser ordenado e assumir uma paróquia,

incentivo ao aprofundamento teórico e a produção acadêmica, licenças para estudos e aposentadoria, no plano de Jubilações.

[...] dois fins deve ter o grau de jubilação: um deles é o prêmio, que se confere aos professores pelo trabalho de ensinar, e ilustrar a Ordem com suas aplicações; outro consiste em feriados do laboroso exercício das aulas para se empregarem em escrever, e outros desempenhos dignos do homem religioso e de letras [...] devem jubilar em tempo hábil para poderem continuar outros estudos [...] cada lente para jubilar deverá ler pelo espaço de nove anos, compor duas dissertações e fazer a defesa pública (CENÁCULO, 1769 p. 46).

Ao se referir aos livros a serem utilizados e lidos no curso de formação, Cenáculo evidenciou seu ecletismo e o sentido de utilidade do conhecimento adquirido nas leituras. Recomendou que nem tudo deve ser lido, pois o acúmulo de informações não colabora para o domínio profundo das várias áreas do conhecimento, mas que seja desenvolvida a habilidade de se “extrair deles o que for útil” (CENÁCULO, 1769, p. 49).

Ao analisar o Plano de 1769, podemos verificar que o provincial pôs em prática seu conhecimento erudito em favor de uma nova organização para a formação escolar, na qual o predomínio da razão e do conhecimento prático da natureza reduziria a ignorância contribuindo para a formação de um novo tipo de homem.

Sua atuação na Reforma dos Estatutos da Ordem, com a implantação de uma nova maneira de ensinar, favoreceu sua ascensão política durante o período em que Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, era Primeiro Ministro de Portugal. Cenáculo tornou-se um dos mais próximos colaboradores de Pombal. O plano de estudos, elaborado com o objetivo de estabelecer uma formação teórica com bases sólidas de sustentação para os noviços de sua ordem, atingiu seus objetivos. Gradativamente, ocorreu uma migração de estudantes das várias partes do reino interessados em receber no seu seminário uma formação religiosa iluminada pelos princípios da razão e da ciência. Outras ordens religiosas também adotaram sua proposta pedagógica de formação clerical.

O **Plano de Estudos para a Ordem Terceira (1769)**, figurou ao lado de outras obras importantes como **O Verdadeiro Método de Estudar (1746)**, **Cartas sobre a educação da mocidade (1760)** que debateram sobre a necessidade de reforma dos estudos em Portugal, e foi um dos recursos que subsidiou a elaboração da Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772.

3.3 O político: a Reforma Geral dos Estudos Menores e a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra

A ascensão inicial de Dom Frei Manuel do Cenáculo ao cenário político reformador é situada por seus biógrafos Caeiro (1959) e Marcadé (1978) na sua nomeação ao cargo de Bispo de Beja, em 1770, feita pelo monarca Dom José I. Antes disso, em 1768, ele foi indicado para confessor do Príncipe da Beira e do Brasil, D. José (1761-1788), filho primogênito de D. Maria I, filha de D. José I. Sobre a indicação, assim registrou em seu diário pessoal:

No dia 7 de Dezembro de 1768, pela manhã, a tempo que se cantava a calenda da Conceição, e era uma quarta-feira depois das seis horas, me chegou o aviso do Sr. Conde de Oeiras para lhe falar logo. Fui e coincidiu para me notificar que estava feito confessor do Príncipe. E nessa tarde beijei a mão do Rei, rainha e senhores (CENÁCULO, COD. CXXXIX/1-7, 1766-1768, FL.10).

Dois anos depois, em 1770, tornou-se por via de nomeação, preceptor do príncipe. Ministrou aulas ao jovem herdeiro real dos nove aos quinze anos de idade. A instrução do Príncipe no período que analisamos, era uma prerrogativa importante para a consolidação do absolutismo monárquico português e também uma tentativa de garantir a continuidade do movimento reformador no plano político, social e econômico.

A instrução era para os ilustrados católicos indispensável para alcançar a prosperidade da nação e como, na sua grande maioria, consideravam que o principal impulsionador dessa instrução era o soberano o grande obreiro do reformismo em todos os domínios, das ciências e artes ao comércio e agricultura. Por isso a instrução do futuro governante era encarada como um dos assuntos políticos de maior importância (VAZ, 2002, p. 242).

A atividade como preceptor proporcionou a Cenáculo a oportunidade de estreitar os laços de ação junto ao poder real. Nesse ofício “organizou a educação do príncipe no intuito de prepará-lo para governar” (MAXWELL, 1997, p.108). O Príncipe não chegou a governar, morreu aos 27 anos de varíola.

O plano de estudos elaborado por Dom Frei Manuel do Cenáculo para a instrução do príncipe herdeiro, contava com um programa de boas maneiras e de conhecimento da etiqueta da corte como parte complementar dos estudos literários

e religiosos. O preceptor cuidou para que os estudos do jovem príncipe fossem pautados pelas bases do pensamento racionalista e científico moderno. “[...] o neto de D. José I estudava geometria, geografia e direito, além de línguas orientais e história” (MARCADÉ, 1978, p. 63).

A disciplina com o horário dos estudos do príncipe assemelhava-se ao que o franciscano tinha determinado no Plano de Estudos de sua Ordem. Ele ministrava pessoalmente as aulas de geometria e história de Portugal. Para as demais matérias de estudo ele selecionou professores e coordenou o trabalho deles. Observamos aqui uma característica do projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo, o senso organizacional, a sistematização e articulação das matérias a serem estudadas, sempre partindo do mais simples para o mais complexo, em que a relação do professor com o aluno deveria ser muito próxima para que ele acompanhasse sua evolução e fizesse a adequação necessária ao prosseguimento dos estudos.

[...] a importância desse objeto, sendo bem considerada, não tanto arrancará as almas do ócio, como lhes dará movimento ajustado a seus desígnios [...] Neste preparo consiste o uso das aulas, nelas se há de promover o bom estudo para desempenharem virtuosamente os seus grandes ofícios [...] e vigorar no cumprimento das obrigações. Das aulas não de sair cheios de antídotos para os envenenados encontros de toda a vida. Pelas acertadas lições não de sair instruídos a salvar-se das tempestades das paixões [...] daquela fonte não de levar água saudável, que banhado gente manchada com desagradáveis nódoas, possa tornar-se mais clara que a neve [...] (CENÁCULO, 1791, p. 2-3).

Nomeado para o cargo de presidente da Real Mesa Censória no mês de março de 1770, atuou até 1777. A Real Mesa Censória era uma das instituições estatais criadas para dar suporte às mudanças culturais e educacionais necessárias para a consolidação do ideário reformador do reinado de D. José I e do governo de seu primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo.

No contexto da reforma administrativa empreendida no reinado de D. José I que Dom Frei Manuel do Cenáculo integrou a Junta de Providência Literária (1772), participando da reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra; atuou como presidente da Junta do Subsídio Literário (1771), comissão criada para fazer a gestão dos fundos arrecadados com esse imposto exclusivo para subsidiar a reforma dos estudos em Portugal e nas suas colônias.

O monarca e seu primeiro ministro tinham o objetivo de fortalecer a política centralizadora de governo, e para isso precisavam eliminar todas as barreiras que pudessem impedir ou dificultar a fixação de sua ideologia. A cultura e a educação despontaram, depois da economia, como os campos que necessitavam de uma ação mais pontual dentro do projeto de transformação social (FALCON, 1993).

A divulgação cultural e a educação portuguesa estavam sob a guarda da Igreja Católica, que em solo lusitano se confundia com a Companhia de Jesus. Por meio do Tribunal da Inquisição e do ensino jesuítico, era feito o controle da literatura e das demais manifestações culturais que, aliadas ao método de ensino jesuítico, orquestravam a constituição da mentalidade tradicionalista da sociedade portuguesa desde a chegada dos jesuítas em Portugal.

As disputas ideológicas entre os grupos dominantes permearam a religiosidade católica portuguesa no século XVIII, seus efeitos foram sentidos nos rumos políticos da sociedade, na cultura e na educação. Nesse campo o embate entre os defensores da escolástica aristotélica na formação do homem em conformação com a natureza, entrou em conflito com difusão das novas perspectivas de formação humana de base empirista e utilitarista, defendidas pelo movimento iluminista. O embate entre dois projetos de sociedade em solo lusitano, um que tentava preservar os privilégios da tradição e o outro que visava modernizar as relações sociais com base na razão e na ciência, foi travado especialmente no campo da educação “que precisava ser libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino se mantinha, conforme entendiam presos a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de fazer ciência” (SAVIANI, 2007, p. 80).

A pedagogia moderna atribuiu à escola um papel primordial na construção de uma nova maneira de pensar o mundo, uma escola para instruir e que formasse para uma intervenção racional nos meios produtivos, que se articula em torno da didática, da racionalização da aprendizagem dos diversos saberes e em torno da disciplina (MONROE, 1985).

A educação se tornou uma política estatal, foram mudados os objetivos formativos, além de formar o bom cristão, era necessário também instruir o indivíduo para ser útil ao Estado. Para constituir o novo homem, a escola passou a ser uma instituição central na sociedade e sobre os meios e os fins educativos foram tecidos amplos debates entre os intelectuais que se dividiam entre os que defendiam uma escola para todos e aqueles que alertavam para o “perigo” dessa prerrogativa,

porém todos concordavam que o Estado deveria fazer a gestão do processo educativo em todos os seus aspectos quantitativo e qualitativo (MONROE, 1985).

Nesse clima de contrastes entre permanências e mudanças, evidenciamos a atuação política e pedagógica de Dom Frei Manuel do Cenáculo para além da reforma dos estudos de sua Ordem. Como membro do grupo gestor da reforma modernizadora, ele participou do processo de centralização política na figura do rei, assim como lançou mão das prerrogativas administrativas dos cargos que ocupou para pôr em prática e de maneira ampla seu modo de pensar a formação educacional. Sua atividade na Reforma dos Estudos Menores e na Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra trouxe à tona os aspectos de sua formação iluminista e do ecletismo filosófico característico do movimento reformador português (CAEIRO, 1959).

Observamos que o movimento de disputa pelo domínio político e econômico adotou a escola, os métodos de ensino, os currículos escolares, a seleção dos manuais educativos e dos professores, como o campo prioritário de investimento estatal para promover a mudança ideológica necessária ao projeto de racionalização da sociedade e consolidação da monarquia absolutista. Para isso em muito contribuiu em Portugal o Plano de Estudos do frei franciscano, no qual foi sistematicamente organizada uma política de ensino com o propósito claro de uma formação útil para o bem comum (MARCADÉ, 1978).

Ao analisar as implicações e os objetivos do projeto político pombalino, é possível verificar que para dirigir as instituições administrativas governamentais foram selecionados, pelo primeiro ministro, representantes da elite intelectual, cujo pensamento e ação estivessem alinhados com seu caráter reformador. Essa estratégia parece ter dado um sentido de unidade e acenava com uma aparente possibilidade de participação social ao processo centralizador do Marquês, fato que não representou necessariamente a realidade que se apresentou.

[...] As relações de força são invertidas; é a Igreja que deve se inclinar diante do poder leigo. É isso que pode explicar a atitude de Cenáculo. Se ele aceita cargos oficiais, ele não luta por eles. É por convicção profunda e não por aventurismo ou baixo interesse que ele se colocou ao serviço do Estado (MARCADÉ, 1978, p. 47).

A narrativa biográfica sobre a personalidade de Dom Frei Manuel do Cenáculo destaca os traços de sua habilidade e identificação com o espaço de atuação política, porém, deixa pairar a dúvida sobre o acúmulo de cargos e a

eficácia de sua atuação simultânea em várias frentes de inserção político social. Os biógrafos consultados não foram conclusivos em seus pareceres (CAEIRO, 1959), (MARCADÉ, 1978), (VAZ, 2009).

O frei franciscano expressava as mesmas preocupações dos intelectuais de seu tempo, que discutiam as mudanças do pensamento científico, a importância do método e do planejamento do ensino, observando a importância dos fatos e da ação como meio de aprendizagem.

Como todo movimento de mudança é amparado por um fundamento teórico, a reforma de D. Jose I e do Marquês também tinha seu aparato doutrinário. Pombal patrocinou a produção de obras que fundamentavam e justificavam a amplitude de sua política reformadora (SILVA, 2013).

Para garantir o controle das manifestações ideológicas e impedir a divulgação de ideias contrárias a sua política centralizadora Pombal manteve sob seu domínio um mecanismo de fiscalização intelectual e conseqüentemente educacional (FALCON, 1993).

A Real Mesa Censória foi a uma comissão de censura fixada por Pombal para substituir o sistema inquisitor gerenciado pela Igreja. Ao criar uma instituição estatal censória, ele forjou um instrumento político que pôs ao serviço de seu poder um meio eficaz de observar e controlar as correntes de pensamento político, religioso e moral que circulavam ou que poderiam vir a circular em terras lusitanas (CARVALHO, 1978).

Ao analisar a forma de atuação e organização da Mesa Censória verifica-se que sua atuação ia além de controlar a difusão dos escritos para atender aos princípios do projeto reformador de Pombal. Seus regimentos, o primeiro de 1768, e o segundo, de 1795, apresentam as condições políticas, religiosas e morais pelas quais seria feita a fiscalização.

O primeiro regimento da Real Mesa Censória estabelecia dezessete condições pelas quais se proibiam escritos: contra a religião (sete condições), contra a política real (seis condições), contra a moral (duas condições), contra a dissociação entre religião e governo (uma condição). A regulamentação de 1795 passou de dezessete para vinte e cinco as condições elencadas para a proibição de um livro: dezesseis condições diziam respeito à religião; quatro, à política; duas, à moral; uma à religião e à política; uma à política e à moral e finalmente uma recobria ao mesmo tempo, a religião, a política e a moral (ABREU, 2007, p. 2-3).

Os regimentos descritos pela autora evidenciam os interesses em jogo em cada período de disputa pela hegemonia política em Portugal. Porém, nos dois momentos, em que tinha vigência, 1768, a política pombalina, 1795, a política de D. Maria I, apresentaram-se elementos de permanência, que deram à política reformadora e restauradora, a dinâmica de ação e reação dentro do mesmo grupo detentor do poder.

Ser censor do órgão governamental era uma posição de prestígio na sociedade portuguesa da segunda metade do século XVIII. O trabalho consistia em reuniões semanais, para que seus membros apresentassem os pareceres sobre as obras nacionais ou internacionais designadas para verificação. Os textos de autores nacionais passavam pela fiscalização antes de ser compostos na impressão, seus autores recebiam orientações para fazer os ajustes considerados necessários pela mesa e, em alguns casos, a própria mesa fazia a correção ou a supressão de partes da obra, o mesmo acontecia com obras que já haviam sido publicadas (OLIVEIRA, 2012).

Sobre os livros que vinham de fora, o poder era exercido da mesma forma, “os critérios básicos que as obras deveriam apresentar para serem publicadas, adquiridas e lidas, eram a utilidade e a honestidade com que se articulava com o objetivo do governo reformador” (OLIVEIRA, 2012, p.222). Entre os autores estrangeiros que foram interditados figuravam Voltaire, Rousseau, Hobbes, Bayle, Spinoza (MARCADÉ, 1978).

O trabalho dos censores exprimia uma relação de negação, mas, também de preservação de suas próprias convicções intelectuais, sociais e políticas, dado que eles trabalhavam em nome do rei, mas o resultado de sua decisão influenciava sua imagem pública dentro e fora de Portugal. A opinião pública sobre um parecer positivo ou negativo centrava sua crítica na pessoa do censor e não no sistema político que envolvia seu trabalho. Além disso, eles dependiam de sua capacidade de interpretação e articulação entre o pensamento defendido nas obras com as necessidades da política reformadora vigente.

Eram ao mesmo tempo oprimidos e opressores, tornando o tribunal censório em um espaço de controvérsia e disputa [...] apesar dos pontos divergentes, os censores deveriam ter em mente que eram funcionários do Estado e estavam ali para trabalhar em prol da monarquia (ABREU, 2007, p. 4).

Em sua atuação, na presidência da Real Mesa Censória, Dom Frei Manuel do Cenáculo manteve o posicionamento eclético característico do pensamento iluminista que caracterizou a política de reformas de Pombal. O Marquês forjou com os pareceres emitidos pelos censores da Mesa um aparato político a serviço do poder real e um meio de controlar as correntes do pensamento nacional e aquelas vindas do estrangeiro.

Francisco Vaz, pesquisador da Universidade de Évora e referência nos estudos sobre Dom Frei Manuel do Cenáculo, em sua obra *Os livros e as Bibliotecas no Espólio Bibliográfico de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)*, apresenta vários trechos da correspondência trocada entre o Marquês e o presidente da Real Mesa Censória, que nos permitem observar a atenção que Pombal dispensava aos trabalhos da mesa. Como exemplo citamos:

- Salvaterra dos Magos, 11-02-1776;

Carta de Cenáculo dirigida ao Marquês de Pombal, informando à sua consideração a participação sobre uns fatos ocorridos entre colegiais, referindo que não continham males importantes “porque culpas daquelas idades são transcendentales em lugares e tempos”. Pede ao Marquês que deliberasse o que achasse correto e que a mesa procederia de acordo com a sua decisão (BPE, COD.XXVIII 2-9, FL.218).

- Salvaterra dos Magos, 23-02-1776;

Carta de Cenáculo ao Marquês de Pombal em que refere que a combinação entre matérias de Negócios e de Comércio havia embaraçado na Real Mesa Censória as produções literárias daquele gênero. Chama a atenção do seu interlocutor para a obra *Cálculo Numérico*, em dois tomos de 4^o, para a qual a Mesa Censória aguardava por uma resolução. Cenáculo lembra que a obra era muito necessária nas Províncias do reino quer para as Escolas Menores, quer para pessoas que se dedicassem ao comércio (BPE, COD.CXXVIII 2-9, FL. 223).

- Lisboa, 14-07-1776;

Carta de Cenáculo dirigida ao Marquês de Pombal. Refere-se aos prudentes arbítrios por meio dos quais o seu correspondente resolvera uma controvérsia entre os dois deputados da mesa censória. Fala da necessidade de fazer observar duas Bulas do Papa Bento XIV, expondo-as para que o seu interlocutor as conduzisse à presença do Rei, pedindo-lhe o “beneplácito régio” (BPE, COD. XXVIII 2-9, FL.231).

O conteúdo das cartas sintetizadas por Vaz (2009, p. 247-248), indica uma política de centralização dos rumos da cultura e conseqüentemente a intervenção da

coroa na organização do pensamento modernizador da sociedade portuguesa. Essa organização estava centrada nos pareceres dos membros da Real Mesa Censória e, como atestam as cartas, também na opinião do Marquês.

Trabalhando com as questões culturais e formativas, a Mesa Censória recebeu também a tarefa de organizar e dirigir os Estudos das Escolas Menores do reino e de seus domínios. Em 1771 a Mesa Censória deixou de ser somente um órgão de censura e passou a representar o que hoje poderíamos denominar de um ministério, ou, ao menos, “uma comissão da educação nacional” (MARCADÉ, 1978, p. 67).

O Decreto Real de 2 de junho de 1771 pôs sob a responsabilidade dos membros da Mesa o Colégio dos Nobres, e na sequência, as Escolas Menores (ler, escrever e contar). Dom Frei Manuel do Cenáculo ocupava o cargo de presidente da mesa, com a atribuição feita pelo decreto, é possível dizer que o cargo por ele ocupado adquiriu a nuance de um diretor de ensino ou ainda, de ministro da educação (MARCADÉ, 1978).

Para cumprir a tarefa de reestruturar os estudos em Portugal, Cenáculo lançou mão da experiência pedagógica e organizacional obtida com a reforma feita nos estudos da Ordem Terceira. Sua intenção era fazer do ensino um verdadeiro instrumento para vencer a ignorância, voltado para o progresso, para a sua utilidade social e nacional, que só seria alcançado com a formação e o ensinamento de bons professores.

Tentou-se um outro meio de examinar o homem, de o instruir, de o corrigir. Animados alguns sábios do espírito filosófico, desentranharam da profundidade da razão humana as lições, que ela é capaz de subministrar, para que o homem conferido com o homem, aborreça o vício e exercite a virtude (CENÁCULO, 1769, p. 25).

O método de ensino centrado no diálogo: expor, ouvir e depois discutir com a demonstração prática do conteúdo, que ele havia proposto para a formação dos noviços de sua ordem, permitia educar segundo os princípios metodologicamente explicitados e fundamentados na razão, refutando o método escolástico. “Deve praticar-se o seguinte método: preferir a maior aplicação às questões principais, explicar o sentido, o tempo, a ocasião e a consistência” (CENÁCULO, 1769, p. 9). Dessa forma estava adequado ao requisito básico do processo modernizador pombalino, um método de ensino com bases científicas para combater o método da repetição dos jesuítas que era uma regra determinada pelo *Ratio Studiorum*.

[...] depois de haver contemplado o texto o aluno esforça-se para assimilá-lo e reproduzi-lo. No silêncio de sua bancada de estudos repetirá depois os processos vitais percorridos pelo autor e analisados na preleção [...] O Ratio preconiza o exercício cotidiano da memória [...] Os educadores do Ratio miravam ainda o enriquecimento do vocabulário e a formação estética do ouvido literário, que assim se habituava à harmonia dos períodos bem torneados. A recitação de cor dos grandes clássicos servia admiravelmente a este duplo objetivo. [...] todos os dias, exceto sábado e dias festivos, designe uma hora de repetição aos nossos escolásticos, para que assim exercitem a inteligência e esclareçam as dificuldades ocorrentes. [...] no final do ano deverá organizar-se a repetição de todas as lições passadas [...] (FRANCA, 1952, p.58-59).

Sobre o método escolástico preconizado pelo *Ratio* e utilizado pelos jesuítas Dom Frei Manuel do Cenáculo expressou sua opinião:

Eu devo explicar o sentido em que falo dos escolásticos, porque não pareça confundir o útil, e o vício. A escolástica reprovável é aquela, a que muitos chamaram Aristotelomania: não por haver sido invertida a paixão dos escolásticos nos bons escritos deste filósofo, mas sim no exame do que ele deixou perpetuamente enigmático, e que, os árabes mais confundiram nas versões e comentários. Aristotelomania também se pode entender dos que trataram com um impertinente apuramento de expressões silogísticas, as matérias a que aplicavam, pronunciadas aridamente sem ornamento, pretendendo fazer-lhes original o método de Aristóteles. Mas este filósofo, emulo da glória de Isocrates, ainda que algumas vezes fosse escuro; outras vezes prolixo; outras malicioso, e ímpio; com tudo em diversas obras ostentou a sua agudeza eloquente; e ensinou coisas úteis (CENÁCULO, 1769, p. 6-7).

A visão de que o processo educativo precisava reagir ao dogmatismo do ensino escolástico, fechado em si e ministrado pelos jesuítas sem abandonar os princípios úteis encontrados nos estudos de seu autor original, Aristóteles, convergia para que os pontos de vista de Dom Frei Manuel do Cenáculo e do Marquês se complementassem porque ambos partiam do pressuposto de que a tomada de consciência exigia método, disciplina e acompanhamento sistematizado de todas as ações.

Dom Frei Manuel do Cenáculo, à frente da Real Mesa Censória tomou para si a missão de orquestrar pessoalmente o trabalho de organizar e sistematizar os Estudos Menores em Portugal, para isso providenciou que fosse feito um levantamento das reais condições desse nível de ensino. Sua atitude nos permite observar que ele entendia o ensino como um processo integrado à evolução social, “A educação é um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de forças internas e externas” (GADOTTI, 2012, p. 72).

Sua atitude, em fazer uma análise com base em dados concretos da realidade, demonstrou seu posicionamento científico, ou seja, sua prática estava vinculada à teoria que fundamentava seu discurso. Esse modo de proceder deu consistência ao seu projeto educativo.

Além disso, ele participava da esfera do poder e tinha também a missão de garantir o consentimento, a adesão e o apoio da população ao projeto de Pombal.

A classe dominante deve convencer o conjunto da sociedade de que ela é mais apta, a mais preparada para exercer o poder, que ela representa os interesses de toda a sociedade. Essa hegemonia será exercida pela cultura e pela ideologia. Para se manter no poder não poderá recorrer apenas à força, mas à moral (GADOTTI, 2012, p. 78).

Foram agregados aos fatos levantados pela pesquisa encomendada pela Real Mesa Censória, a útil justificativa já instituída pela propaganda pombalina, de que o “caos encontrado nos Estudos Menores” também era culpa do grupo selecionado politicamente para justificar as mazelas organizacionais portuguesas, os jesuítas (CARVALHO, 2001).

Reservadas as questões político ideológicas, a Real Mesa Censória fez um Plano de Organização para as Escolas Menores que deveria ser dinamizado no reino e estendido para suas colônias. O Plano indicou detalhadamente a instalação e os procedimentos para o funcionamento das escolas de ler e escrever e de retórica e filosofia, e quem seriam os alunos de cada um dos níveis oferecidos.

A diretriz educativa da política pombalina era atender os anseios da burguesia emergente visando oferecer uma formação que permitisse sua integração ao novo tipo de sociedade, de base econômica mercantil, para isso criou as Aulas de Comércio.

De forma alguma, Pombal pretendia “levar o saber até às grandes massas, ao povo”, porque sua situação “quer material, que intelectual, nunca entrou nas preocupações do grande estadista”. O povo era “uma massa inerte, sem vontade, a quem só cumpria obedecer a quem não se concedia uma única regalia”. Com a criação das escolas régias de ler, escrever e contar, o Marquês de Pombal não tinha em vista alfabetizar as classes populares mas tão-só beneficiar a nobreza de toga, os proprietários fundiários e a burguesia em geral (ADÃO, 1997, p. 60).

A política modernizadora tinha como meta prática transformar os membros da nobreza em funcionários públicos de alto escalão. Sua instrução deveria contribuir para a formação do indivíduo culto e útil para o Estado, alinhado com os

fundamentos teóricos e práticos da ciência e das novas condições sociais, políticas e econômicas do país.

O objetivo principal da reforma pombalina da instrução pública se deu pelo fato do Estado se pôr no lugar da Igreja, e principalmente dos jesuítas. Seus colégios e seu método de ensino foram substituídos pelas Aulas de Comércio e pelo Colégio dos Nobres, que passaram a formar respectivamente técnicos para o trabalho contábil nas Companhias de Comércio e altos funcionários para o Estado.

A sinergia entre os ideais pedagógicos de Cenáculo com os ideais formativos do Marquês não significou a constituição de um bloco único do pensamento e da ação de cada um deles com relação à reforma dos Estudos. Primeiro porque Pombal era o estadista, que estava à frente de um projeto político e econômico de um país em crise, endividado, subordinado à exploração de seus credores e dominado por uma mentalidade tradicionalista. O processo de fixação de sua política passava pelo controle do ensino com vistas à formação de um novo ideário coletivo para dar sustentação aos interesses da coroa.

Segundo, porque Cenáculo era intelectual, sua preocupação filosófica e pedagógica estava voltada para melhoria das condições de vida da população portuguesa, para o bem comum. Apesar de se alinhar com a política reformadora, ele queria contribuir para a mudança de mentalidade e das instituições.

Diante do poder de intervenção direta que os cargos políticos lhe proporcionaram, ele utilizou a infraestrutura administrativa para organizar e articular um sistema de ensino que pudesse atender ao maior número possível de pessoas e para que os resultados dos estudos fossem efetivamente úteis à vida e que a população ascenderia, pela razão, ao patamar moderno.

Pregar: exortar: ensinar por todos os meios, e caminhos: dar esmolas, e empregar na minha Esposa quanto for meu de espírito, diligência, e possibilidade material e espiritual: educar a mocidade: dar bom exemplo, e propor-me aos Bispos que devo ter diante dos olhos: buscar pela humildade; e humilhações a minha expiação, que não falta do quê: estabelecer sãs doutrinas; e fazer o Clero aceitável, digno das necessidades dos povos (CENÁCULO, COD. CXXIX 1-17, FL.131).

Encontramos no seu discurso e na sua prática, a luta constante pelo acesso ao conhecimento. Ele não poupou esforços para disponibilizar material de estudo, compra e doação de livros, viabilizou a criação de bibliotecas públicas dotadas de

laboratórios, salas de mapas, museus, organizou seu funcionamento para que todos aqueles que tivessem interesse pudessem utilizar de suas dependências.

Cenáculo foi de fato um mecenas, protetor dos artistas e escritores, mas foi também um bispo e um estadista empenhado e vivendo a pastoral com intensidade, atento a “as necessidades dos povos” e procurando soluções para elas. [...] sua obra parece apontar para os caminhos da Fé e da Ciência que entende não serem antagônicos, antes se complementam. Por isso sua estratégia principal baseia-se na instrução: instruir os padres de modo a construir uma elite culta e interventiva, porque os povos precisam de bons pastores, conhecedores da religião e da teologia, mas também instruídos na física, na medicina, e agricultura [...] Para o povo a instrução foi para ele sinônimo de catecismo, o melhor antídoto contra os vícios e contra a superstição e meio para obter a aplicação no trabalho, não esperando soluções milagrosas, mas levando o homem a compenetrar-se de que deve tornar a natureza propícia (VAZ, 2009, p. 14).

A análise da atuação política de Pombal e Cenáculo evidenciou o fato de que eram dois representantes do poder instituído, que discursavam do mesmo lugar em uma aparente sintonia.

Na parceria política e pedagógica entre Cenáculo e o Marquês, existiu um movimento de forças contraditórias, que se alinhavam na construção de uma nova estrutura social.

A retirada da instrução do domínio quase exclusivo dos jesuítas consistiu na sua substituição por autoridades eclesiásticas e pedagógicas de outras ordens religiosas que melhor se alinhavam com o modelo de afirmação absolutista de cariz católico português.

O regalismo seguido por D. José e o Marques de Pombal apresentava o poder temporal como autônomo e independente do poder espiritual, emanado diretamente de DEUS para o rei. No entanto, nunca existiu emancipação do Estado relativamente à religião e o culto católico nunca foi suprimido (ADÃO, 1997, p. 67).

As características básicas do processo de transformação da sociedade portuguesa por meio da educação gerenciada pelo Estado foram:

- Estatização da administração do ensino concentrando sua gerência primeiro na figura do Diretor Geral dos Estudos e depois no órgão colegiado estatal a Real Mesa Censória;
- Estatização do magistério;
- Estatização e secularização do conteúdo de ensino;

- Estatização da estrutura organizacional dos estudos mediante a criação das aulas régias de primeiras letras e de humanidade mantidas pelo Estado com recursos provenientes do subsídio literário, criado especificamente para esse fim (SAVIANI, 2007).

Naquele momento histórico, o útil e o prático em matéria de instrução para a nobreza e a burguesia emergente constituíram o foco de atenção da monarquia absolutista pombalina. A retomada do caminho para o crescimento econômico e cultural exigia maior agilidade na formação escolar, melhor aproveitamento do tempo dedicado aos estudos e era preciso ensinar rapidamente e solidamente. Nesse sentido a sistematização do ensino por meio de um órgão estatal de controle, a instituição de um meio de financiamento e a utilização de método de ensino adequado, foram as ferramentas utilizadas para construir a reforma modernizadora da sociedade portuguesa. “As reformas educativas realizadas pelo Marquês de Pombal foram determinadas pela conjuntura política, econômica e social” (ADÃO, 1997, p. 5).

Eis mais um ponto de aproximação entre o pensamento pedagógico de Cenáculo e a política modernizadora de Pombal, a reforma dos estudos de sua Ordem também pautou-se pela exigência de mudanças na formação e na atuação dos padres de sua Província, ou seja, uma mudança na maneira de pensar, sentir e agir. Dom Frei Manuel do Cenáculo, ao se situar em condição de intervir na instrução pública portuguesa, atuou de forma prática ao propor os meios para fomentar um ensino baseado em um novo método de acordo com os conhecimentos científicos atualizados.

O plano político e pedagógico da reforma da instrução pública envolveu o ensino superior, pois além de cuidar da formação para as atividades técnicas ligadas ao comércio e às finanças, era necessário formar outro grupo importante para manter o equilíbrio de forças dentro da sociedade portuguesa iluminada, o grupo dos profissionais liberais, os médicos, os advogados, os teólogos e os engenheiros.

Dom Frei Manuel do Cenáculo participou ativamente do processo de reforma da instrução pública pombalina em todos os níveis, emitiu seu parecer sobre a situação encontrada e dinamizou, na medida do possível, maneiras de adequar o ensino ao movimento da ciência moderna juntando a ela uma vivência religiosa. “Não ponhamos longe de nós as maravilhas de Deus para nelas mais o reconhecermos e adorarmos” (CENÁCULO, 1791, p. 7).

O exame das formas de pensamento que imperavam na formação superior da Universidade Portuguesa voltadas para a manutenção do *status* adquirido da tradição escolástica, nos ajuda a entender o movimento da sociedade lusitana no período que antecedeu as reformas em todos os níveis de ensino. Ao analisar a concepção de homem e de sociedade naquele momento histórico, não podemos deixar de considerar as permanências, as rupturas e as resistências oriundas do processo político, econômico e educacional que deu unidade ideológica ao bloco social hegemônico.

A operação das forças políticas para contemplar toda a formação escolar do homem racional e iluminado pela razão e pela ciência, em solo lusitano resultou no trabalho apresentado pela Junta da Providência Literária, criada em dezembro de 1770, que redigiu os novos Estatutos da Universidade de Coimbra. A nova proposta de formação superior valorizou o método experimental, o método matemático, a ênfase no estudo da história, o apego à crítica e à hermenêutica no tratamento das questões teológico-jurídicas.

O primeiro trabalho impresso da junta foi uma justificativa polivalente para a reforma, atribuindo a culpa pela decadência da universidade aos jesuítas e mantendo uma posição claramente regalista com reação a Roma (MAXWELL, 1997, p.113).

O que estava em jogo era o domínio ideológico e a concretização de um projeto político, assim, a formulação necessária do grupo que estava empenhado na luta só triunfou porque ele estabeleceu estratégias para subjugar o grupo concorrente. Estas estratégias foram utilizadas na Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra.

A reforma visava manter, mas também atualizar as faculdades de teologia e de lei canônica, incorporar o estudo de fontes portuguesas no currículo da faculdade de direito, atualizar totalmente a faculdade de medicina, fazendo voltar o estudo de anatomia, o estudo da higiene [...] criaram-se novas faculdades de matemática e filosofia. Esta deveria incorporar a metafísica, lógica, ética e as ciências naturais, que utilizavam a observação e a experimentação (MAXWELL, 1997, p. 110).

Os cargos ocupados por Dom Frei Manuel do Cenáculo facilitaram e ajudaram o trabalho da Junta em selecionar a literatura indicada para subsidiar o desenvolvimento dos conteúdos nos cursos reformados da universidade.

Sua participação na elaboração dos Estatutos, conforme destacou Marcadé (1978), se deu em um sentido amplo de acompanhamento, aconselhamento e na

autorização da impressão dos documentos elaborados. O autor ressalta que a conduta adotada por Cenáculo teve origem pela divergência entre ele e Pombal sobre alguns assuntos, fato que teria causado certo constrangimento a Cenáculo, porque na sua visão de reforma de estudos era necessário primar pela afirmação dos critérios científicos, porém para Pombal a reforma dos Estatutos era uma questão política, sua opinião prevalecia sobre a dos demais membros da junta.

[...] na escolha para adotar o manual para as aulas de teologia, Cenáculo, mais conhecedor das ideias e com mais conhecimentos dos autores – em várias passagens do Diário anota a ignorância dos outros membros da junta, quer no espírito quer na letra dos textos – se tenha oposto com veemência à adoção do ultramontano, o “beneditino Gerbert”, Cenáculo preferia que se adotasse Justino Febrônio, um autor mais próximo das tendências jansenistas. Mas Pombal, optou por Gerbert. A decisão da junta acabaria mesmo por ser favorável à adoção do manual da preferência de Pombal (VAZ, 2009, p. 14).

Apesar das controvérsias com Pombal, as quais passaram pela possibilidade de retirar da Mesa Censória a inspeção dos manuais selecionados para serem usados na Universidade, Cenáculo prestou sua colaboração mais efetiva na elaboração dos Estatutos da Faculdade de Teologia. “Nesta abordagem ele já tinha a experiência como aluno da referida faculdade e já havia remodelado o conteúdo desta cátedra na reforma dos estudos da Província de sua Ordem” (MARCADÉ, 1978, p. 81).

O curso de teologia recebeu uma atenção especial na reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, devido à importância política de manter a uniformidade religiosa e moral, lembrando que a política absolutista do primeiro ministro centrou suas forças na eliminação da formação oferecida pelos jesuítas, estes tinham na formação teológica um dos pilares mantenedores de sua hegemonia.

Na análise que Cenáculo fez dos estudos de teologia, evidenciou que faltavam as bases patrísticas e o estudo das línguas orientais, que possibilitariam a leitura dos textos sagrados no original. Defendeu esta ideia com afinco: sem os textos originais não há estudos válidos, e nenhuma tradução teria igual valor ao original. “A Sagrada escritura aberta a toda hora por interpretações diligentes, e castiças, sendo bem observadas, e vistas desde as raízes as línguas que possuímos, era doce fruto de ensino apurado” (CENÁCULO, 1794, p. 97).

Dom Frei Manuel do Cenáculo rejeitava a teologia especulativa desenvolvida desde o século XIII.

Mas como antigamente nas Universidades havia o lume da razão menos vivo em umas faculdades que em outras, não eram iguais os progressos. Cultivava-se pois a filosofia muito abstrata; mas dela costumavam separar-se todos os que estudavam a natureza, e não desconheciam os argumentos matemáticos (CENÁCULO, 1794, p. 22).

O pensamento pedagógico, que completava a posição filosófica de Cenáculo a respeito dos estudos a serem desenvolvidos na faculdade de teologia da Universidade de Coimbra reformada, considerava que o estudo da teologia deveria ser fundamentado na escritura, na tradição e na patrística. Obedeceria à constante preocupação de que se busque o sólido em seus estudos. Preveniria a temeridade de as comentarem os Homens sem vocação nem suficiência.

O meio de se evitarem estas desordens escolásticas, é trabalharem os professores por se enriquecerem de doutrina sólida, vasta e varia, bebida em boas fontes. [...] É a Sagrada Escritura e a tradição, a fonte, onde se há de beber a doutrina pura. [...] Nos Santos Padres achamos a sincera interpretação das escrituras (CENÁCULO, 1769-1770, p. 5 e p. 31).

Em contraposição à escolástica adotou-se uma nova posição metodológica. Reprovado o método silogístico e proibidas as questões abstratas. Essas questões funcionavam como preceptivas e limitadoras de abusos.

Proíbem-se todas as questões do possível, porem atendendo a que alguns conduzem para o conhecimento essencial dos objetos, declara-se que só poderão ser tratadas aquela, ou aquelas poucas questões, que parecer ao conselho. Como tem chegado a grande excesso a acrimonia de tratar certas dificuldades, para cuja ilustração tem mostrado a experiência não ter conduzido muito a proposição escolástica, proíbe-se argumentar em nossas aulas sobre as questões especulativas, do ser, ou do ser licito seguir a opinião provável confrontada com a mais provável, as mais questões pertencentes à graça, auxílios, predestinação, e renovação, como tem determinado os Sumos Pontífices (CENÁCULO, 1769, p. 32).

O estudo teológico compunha-se das seguintes cadeiras: história eclesiástica; religião revelada, teologia dogmática e escritura. Foi considerada a necessidade do estudo das fontes subsidiárias da teologia - a história - sobretudo a história eclesiástica, a exegese, a hermenêutica, a crítica, os estudos das línguas, particularmente das orientais, a eloquência e a lógica.

Esta distribuição compreende as matérias, que os estatutos da Universidade mandam aprender, e quando de cada uma delas se tratar, será desempenhada esta obrigação com as erudições, que os referidos estatutos determinam (CENÁCULO, 1769, p.10).

O ensino filosófico modernizado incluiu em suas matérias a história e a lógica, os princípios de geometria e física e algumas lições de pneumatologia e elementos de metafísica. E ainda a ética e o direito natural “O professor de filosofia ensinará história e lógica por Verney” (CENÁCULO, 1769, p. 28).

Na elaboração dos Estatutos ocorriam divergências conceituais entre Pombal e Cenáculo, com relação à escolástica. Sobre o tema, Marcadé (1978) afirma que é possível observar uma condenação total daquele método pelo Marquês, não encontrada em Cenáculo, o que pode significar que a opinião de Pombal e o sentido político da reforma podem ter prevalecido no encaminhamento dessa questão no estatuto.

A discordância entre ambos também se revelava na opinião diferenciada que cada um tinha sobre a aquisição do conhecimento. Pombal adotava a teoria epistemológica lockiana, da tábua rasa. Cenáculo não admitia esse preceito e defendia a variedade de possibilidades na aquisição do conhecimento, pelo estudo, pela experiência, pelo raciocínio e pela observação (MARCADÉ, 1978).

Essas divergências somadas às disputas internas entre os membros da Junta favoreceram Cenáculo, para que assumisse uma posição de consultor dos assuntos ligados à Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, como atestam seus biógrafos Caeiro (1959) e Marcadé (1978).

Na análise da atuação político pedagógica de Dom Frei Manuel do Cenáculo no contexto da reforma dos Estudos Menores e na Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, destacamos sua pedagogia eclética, fundamentada no novo modo de ver o mundo e a realidade, encarando a investigação científica como meio para alcançar a utilidade do gênero humano. O critério do útil era uma característica básica da pedagogia de Cenáculo. Para ele, a utilidade deveria orientar os estudos e as ciências. E ela levaria a reconhecer a aliança entre a ciência e a técnica, no campo da invenção de instrumentos que emendariam os erros humanos e aperfeiçoariam as artes (VAZ, 2009).

Na compreensão das ideias científicas de Dom Frei Manuel do Cenáculo e na defesa que fazia do critério de utilidade dos estudos, podemos verificar, que no seu entendimento, somente por meio do estudo dos fenômenos naturais em busca de sua explicação real seria possível revolver os problemas humanos. Ao utilizar a razão para explicar os fenômenos naturais o indivíduo poderia também compreender

e admirar a obra de Deus. Decorreu desse entendimento a defesa que ele fez do método científico, baseado na observação e na experimentação.

Um sujeito bem instruído e que adianta seu progresso é necessário que tenha a escolha das matérias que prefira as que são úteis e práticas, a questões não só curiosas mas ainda das que são transcendentais, e aquelas que não são a base de relações particulares graves e importantes; que não desperdice o tempo em coisas ociosas; antes o empregue no melhoramento dos homens. Com este leite queremos que os professores nutram seus discípulos (CENÁCULO, 1791, p. 517-518).

Para que o sujeito pudesse elevar sua instrução e adquirir o conhecimento útil, Cenáculo defendeu a disponibilização de recursos de estudos para que o aluno buscasse a ampliação do conteúdo da aula e ativasse sua curiosidade em aprender mais e descobrir o mundo. Nesse sentido, ele atribuiu à biblioteca pública um papel fulcral para que se alcançasse a utilidade pública da instrução e do conhecimento verdadeiro.

As bibliotecas fundadas por Cenáculo constituem-se como uma espécie de hiato, de transição para uma biblioteca da modernidade. Percebe-se que os livros são valorizados, não apenas pelo valor enquanto objeto, mas, sobretudo pelo seu valor enquanto objeto pedagógico e por essa via de agente de transformação social, ainda que a plenitude das reformas que ele pretendia alcançar não implicasse a alteração do poder absoluto então vigente (OLIVEIRA, 2012, p.161).

Aos olhos de Cenáculo uma biblioteca não era apenas um local para reunir livros, deveria ser um local em que, além da maior quantidade e qualidade de livros, o leitor pudesse usufruir de laboratórios, museu, sala de mapas e globos, exposição de pinturas, tudo devidamente ordenado em um ambiente limpo, iluminado e arejado. Para ele os livros guardam preciosidades que devem ser estudadas, analisadas e interpretadas à luz da razão e da ciência.

Nesse sentido a biblioteca era a casa do conhecimento onde os estudiosos poderiam encontrar instrumentos para combater a ignorância, para cultivar o saber de forma a eliminar a defasagem cultural que homens como Cenáculo e outros eruditos ibéricos achavam existir em Portugal face ao resto da Europa. A biblioteca surgia como local onde a erudição proporcionada pelos livros e outros objetos museológicos encontrava sua concretização, um meio pelo qual os homens poderiam encontrar a felicidade de “conhecer bem e ser virtuosos”, na linha dos ideais iluministas da época.

Oferecer um espaço com livre acesso para aqueles que se interessavam em conhecer a riqueza cultural existente nos livros foi uma atitude pioneira e inovadora que Dom Frei Manuel do Cenáculo. Em Portugal não existia, em sentido geral, uma população letrada. A biblioteca pública por ele idealizada se destinou a colaborar para a formação de uma elite culta composta não somente por clérigos, mas também professores, militares, funcionários públicos, ou seja, aqueles que tinham acesso aos Estudos Menores e à Universidade.

O conceito de público no Portugal da época era constituído como “esfera pública”, enquanto local que potencialmente implicava toda gente, mas que na realidade envolvia uma minoria de eruditos. Cenáculo fez exigências de abertura de algumas bibliotecas ao público, bem como condições físicas agradáveis para sua permanência em bibliotecas, mas o público não era na altura o grosso da população, que não tinha formação para acender a esses instrumentos (OLIVEIRA, 2012, p.160).

Na sua visão, o bem estar da sociedade resultaria da ação prática, racional e consciente de uma elite letrada. Eles seriam os agentes que fariam a mudança social, levando ensinamentos úteis, livres de abstrações e superstições até aqueles que ainda não tinham acesso aos estudos.

Dom Frei Manuel do Cenáculo acreditava que as relações sociais baseadas nos princípios da ciência, da observação, da experimentação, e dá fé produziram a elevação cultural e espiritual do homem, proporcionando a prosperidade coletiva (MARCADÉ, 1978).

Encontramos nos trabalhos de Dom Frei Manuel do Cenáculo um autêntico exemplo teórico e prático das ideias iluministas em solo português no século XVIII. Ele contribuiu com o nascimento de várias instituições de ensino público, criou bibliotecas entre as quais a do Convento de Jesus/Academia das Ciências, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Pública de Évora (Anexo C). Fundou em Beja, em 1791, o primeiro museu público português, o Museu Sesinando Cenáculo Pecence (CAEIRO, 1959; CALAFATE, 1984).

Mesmo depois da morte de Dom José I e da queda do Marquês de Pombal, Dom Frei Manuel do Cenáculo continuou a desenvolver seu projeto educativo em Beja.

3.4 O bispo e seu projeto educativo e social em Beja

Nos últimos anos do século XVIII e primeira década do século XIX, Portugal viveu uma mudança na política interna. Com a morte do monarca em 1777, os grupos contrários à política centralizadora imposta por Pombal, se agregaram em torno de D. Maria I, que subiu ao trono em 24 de fevereiro de 1777. As forças contrárias à política pombalina foram rápidas em tomar as medidas necessárias para retirar do poder o primeiro ministro e junto com ele todos os seus colaboradores, salvo aqueles que convenientemente se declararam também livres da opressão do Marquês.

Pombal foi demitido e caiu em desgraça, tendo sido julgado e condenado, em 1781, à pena de desterro para vinte léguas (110 quilômetros) de distância da corte, vindo a falecer em 8 de agosto de 1782 (SAVIANI, 2007, p. 105).

Com o novo governo, nova crise se instalou no país, o modelo administrativo aplicado por Pombal gerou um universo de prevenções e descontentamentos entre os representantes dos grupos sociais que foram tolhidos de privilégios ou daqueles que não viram satisfeitos seus interesses.

A variabilidade e a instabilidade caracterizaram as relações das estruturas políticas e ideológicas da nova administração e acentuaram os efeitos da crise econômica e com ela a propagação das forças conservadoras na tentativa de retomar sua posição hegemônica abalada com as reformas econômicas e educacionais feitas por Pombal. O governo de D. Maria I ficou conhecido com o nome de viradeira. Ou seja, foram invertidas algumas diretrizes de ação econômica, política e educacional, mantendo o princípio reformador com um novo discurso (MATTOSO, 1968).

Dom Frei Manuel do Cenáculo sofreu com as intrigas e difamações de que lançaram mãos os contra reformadores, aliados de Dona Maria I. Os perseguidores e adversários de Pombal viram chegar a oportunidade de retomar o poder e se vingar da pessoa do Marquês. Gradativamente excluíram Cenáculo de suas funções na corte. A manobra política tinha como objetivo eliminar toda e qualquer possibilidade de resistência ou lembrança física do governo pombalino (MARCADÉ, 1978).

Em 1777, estando com 53 anos deixou a vida na corte e retirou-se para Beja e se dedicou ao governo de sua diocese. A sua chegada a Beja motivou o povo e as autoridades alentejanas a comemorar com festa sua presença entre eles.

Voltou-se para aos estudos de arqueologia e escreveu várias obras, entre elas os **Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do seu Bispo**, publicado em 1791. Obra de grande importância para o estudo do pensamento do franciscano (CAEIRO, 1959).

Dom Frei Manuel do Cenáculo era um homem de projetos e expressou ideias ajustadas à realidade que se desenhava à sua frente, revelou pela racionalidade ou pela historicidade, a consciência política de que antes de tudo ele era um clérigo, um Bispo, apresentou uma progressiva autoconsciência de que tinha uma missão a cumprir junto a sua diocese.

[...] ele exprime sua vontade de levar a instrução a todos os diocesanos. Se para o povo simples a instrução podia ser sinónimo de catecismo, para os párocos e restante do clero, a instrução era muito mais abrangente, ou se preferirmos especializada, dados os objetivos enunciados de o tornar aceitável na fé, e digno das necessidades dos povos (VAZ, 2011. p. 3).

Ao imprimir essa prática junto ao grupo dos intelectuais e do povo simples, Cenáculo evidenciou a capacidade organizativa da Igreja na esfera cultural. Oferecer instrução, mesmo que diferenciada, aos grupos sociais do Alentejo desencadeou uma ação política com caráter de transformação histórica, a realidade encontrada por ele mostrava um espaço geográfico e social descuidado, mergulhado no obscurantismo supersticioso e na exploração do trabalho dos simplórios (FALCON, 1993).

No movimento dialético de ruptura e continuidade do seu projeto educativo, Cenáculo procurou manter-se informado não só dos acontecimentos da corte portuguesa, mas das notícias de todo o continente europeu e fora dele. Sua rede de correspondentes foi grande e ativa. Ele recebia cartas, jornais, panfletos e livros, ou seja, ele não estava mais na corte, estava afastado da esfera de poder político central, mas se manteve interessado nas notícias que circulavam naquele meio.

A obra de D. Frei Manuel do Cenáculo e também seu espólio mostram-nos que o conceito de notícia tinha a aceção que hoje lhe damos e mostra-nos igualmente que o público das Luzes estava como o de hoje sempre ávido de notícias. E não era certamente só os jornais e gazetas oficiais [...] Efetivamente, D. Frei Manuel do Cenáculo, sobretudo a partir do momento que vai para Beja, é um bom exemplo de alguém ávido de notícias [...] para obter e estar ao corrente do que ia acontecendo que manteve durante todo seu episcopado uma rede de correspondentes espalhada por todo o mundo (VAZ, 2011, p. 5).

Ficar informado sobre os acontecimentos da corte e fora dela, oportunizou a Cenáculo situar sua atuação que, não deixou de ser política, pois ele ocupava o cargo de Bispo de Beja, portanto, representava uma esfera de poder e não podia se imaginar autônomo com relação ao poder real.

Chamamos a atenção para o fato de que não era somente o Bispo de Beja que tinha interesse por notícias internas e do exterior. O que fica claro é que existiu no reino a circulação de materiais de divulgação sobre os assuntos que faziam parte do debate político e teórico daquele período histórico, disso decorre mais um detalhe que põe em xeque o discurso de que Portugal estava alheio ao movimento reformador iluminista e suas várias manifestações (VAZ, 2011).

A criação de uma rede de correspondentes articulada, ativa e confiável, não era uma tarefa fácil no século XVIII, porém, algumas condições facilitaram para que Cenáculo estabelecesse o intercâmbio epistolar. Na condição de frade da Ordem Terceira de São Francisco, era-lhe facilitado o contato com os conventos espalhados pelo reino português, suas colônias e outros países. A outra condição favorável foi sua atuação nos cargos políticos do período pombalino.

Numa sociedade como a da segunda metade de setecentos, em que persistem as relações clientelares, usufruir de poder engendra toda uma rede de contatos e envolve a prestação de serviços do cliente para seu patrono. [...] Os cargos de D. Frei Manuel do Cenáculo, na Real Mesa Censória, possibilitaram as relações com correspondentes muito diversificados, nomeadamente, autores, livreiros, professores régios [...] nobres, ministros e altas individualidades do clero (VAZ, 2011, p. 8).

Observamos que Dom Frei Manuel do Cenáculo mesmo morando no interior do país, não se isolou da corte, dos livros, das novidades culturais. Revelou mais uma vez sua posição de homem das luzes, procurou saber dos fatos, inteirou-se dos acontecimentos e pensou sobre eles sem abandonar os princípios de sua fé cristã. Esse é mais um ponto de destaque do seu pensamento pedagógico. Para ele, a razão é um instrumento, mas não o único para alcançar a compreensão do real, para chegar a esta compreensão é preciso contar com a ajuda da graça (VAZ, 2011).

A atuação de Dom Frei Manuel do Cenáculo na diocese de Beja deixou evidente o aspecto moderado de seu pensamento modernizador. A seus olhos o mundo se apresentava em dois planos distintos: a ordem natural na qual as realizações parciais válidas, são possíveis, mas, é fundamentalmente viciada, e por

isso incapaz de atingir a verdade. E a ordem religiosa, que é a revelação, que sozinha permite ultrapassar a ordem natural para se ter acesso a essa ordem superior detentora da verdade (MARCADÉ, 1978).

Para Cenáculo, o reino da graça sobrepõe o reino natural, porque a luz natural não carrega em si a verdade própria. Ele reconhecia a possibilidade de uma religião natural, o culto de um ser supremo; mas ele não lhe atribuía valor. Somente a religião revelada atingia, para ele, a totalidade da verdade a ser buscada e divulgada para o bem comum.

Sim temos princípios gerais, e muitos outros particulares, nascidos das ideias universais, e das experiências; mas também as sujeitamos a interesse, a caprichos, a enganos, ou maliciosos, ou inocentes. Outras causas para os efeitos desejados não são do nosso arbítrio. Por isso quando nos enganamos, ou nos enganam as esperanças, sofremos com impaciência o estorvo de nossas vontades, e os acontecimentos avessos a nossos desejos, e previsões. Outras vezes nossas diligências vão presas a discursos mal conduzidos, ou mal ideados: vão sobre a superfície das coisas (CENÁCULO, 1786, p. 40).

Na busca pelo equilíbrio entre a fé e a razão, o bispo fomentou nova dinâmica na vida religiosa, educacional, econômica e social de sua diocese. Duas frentes de trabalho educativo ocuparam sua atenção. Deu melhor instrução ao clero de sua diocese para que eles pudessem ser as luzes nos mais distantes rincões da província. Deu instrução aos seus diocesanos, para além das obras de catequização. Ele criou um curso de formação de mestras para meninas, voltado para o ensino das letras e dos ofícios manuais próprios do sexo feminino e o curso de Humanidades e Teologia “Conferências eclesásticas” ao qual ele se dedicou pessoalmente para a eficiência dos estudos de formação inicial e continuada dos padres de sua diocese (CAEIRO, 1959).

A diocese de Beja apresentou-se a Cenáculo como um desafio árduo, formado por uma realidade bem diferente do clima agitado, progressista e cultural de Lisboa. A região era essencialmente rural, sua base econômica era a agricultura, as relações de produção eram precárias, o que se refletia na precária condição de subsistência e saúde do povo. Marcadé (1978) descreve o território abrangido pela diocese como uma região pobre, com uma população mergulhada na ignorância, assolada por várias doenças e pela falta de higiene. Suas manifestações de fé eram ruidosas e dotadas de exageros desnecessários e que não tinha contato com as novas ideias filosóficas.

Cenáculo vai se interessar por essa tarefa não como o teórico que procura verificar o bom funcionamento de tal ou tal hipótese, nem como o prático que quer colocar em obra seus conhecimentos, mas simplesmente como homem de boa vontade que quer prestar serviço a seus semelhantes (MARCADÉ, 1978, p. 291).

No período em que fazia parte da alta roda do poder em Lisboa, Cenáculo teve condições de exercitar sua curiosidade cultural. Escreveu sobre a evolução da civilização europeia e lançou fundamentos sobre a possibilidade de se criar uma cultura das letras em Portugal, contida nos pressupostos de toda sua proposta de reforma de estudos. Esboçou um quadro da vida econômica da Europa, falou das atividades comerciais marítimas expressando o interesse pelas questões que envolviam o sistema produtivo. “De algumas notícias sobre a reforma das ciências, e das artes, as quais podem servir de estímulo, para que se propague o bom gosto do saber” (CENÁCULO, 1769, p.3).

Dom Frei Manuel do Cenáculo viu a necessidade de intervir naquele quadro de miséria e exploração sofrido pela maioria da população de sua diocese, carente de pão, de oração, de instrução, de respeito e de liberdade. Ele entendia que era preciso dar condições para que os “simplórios” pudessem melhorar sua condição de vida. Porém, é oportuno analisar a conduta de Cenáculo perante o contexto em que ele se inseriu e sua convicção filosófica e política sobre o lugar que cada grupo social deveria ocupar na sociedade.

Na sua ação política e educacional, ele afirmava não acreditar na possibilidade de uma aliança entre os assalariados para obter a garantia de seus direitos como grupo social. Ele pôs em evidência a miséria em que viviam esses trabalhadores e convidou os representantes dos grupos dominantes locais a olharem com solidariedade cristã para seus semelhantes e, na medida do possível, eles poderiam ajudá-los oferecendo a eles melhores condições de vida (MARCADÉ, 1978), (CAEIRO, 1959), (VAZ, 2011).

Esse chamamento para a caridade não representou nenhuma manobra política, o convite ao exercício da solidariedade feito pelo bispo estava adequado ao profundo caráter religioso dos diocesanos.

Nós não encontramos nenhuma parte de conselhos de resignação como tantos homens da Igreja retiraram de uma má interpretação do Evangelho. Ao contrário Cenáculo faz apelo ao senso de justiça, tanto quanto a caridade cristã para pedir aos ricos, aos proprietários para virem em auxílio dos trabalhadores. Ele não pretende uma transformação – ou uma revolução social - seu século, sua formação,

seu meio não o permitem concebê-la. O mínimo que pretende são algumas reformas, uma solidariedade que, num mundo cristão permitira atenuar as desigualdades sociais (MARCADÉ, 1978, p. 294).

Esse traço do pensamento pedagógico de Cenáculo implicava na sua prática social. Ela não foi neutra, tinha objetivo e conteúdo. Ele sistematizou o conteúdo formativo para que os resultados sociais pudessem melhorar a estrutura já existente, sem a necessidade de transformar as relações de poder entre os grupos que compunham a sociedade.

Dom Frei Manuel do Cenáculo trabalhou no sentido de estimular a mudança dos aspectos negativos dos meios produtivos da diocese, pelo princípio da caridade, praticada por ele na forma de esmolas e doações, cumprindo um preceito de sua Ordem, mas também referendando sua visão de mundo iluminista⁹. Ele assumiu a responsabilidade financeira pela criação e manutenção de escolas, de orfanatos, do pagamento de dois professores de língua latina para fixarem residência em Beja.

Também financiou e manteve o Seminário de Beja, abasteceu de livros sua biblioteca, comprou peças para o museu, além de enviar proventos para religiosos da Ordem Terceira que trabalhavam no Colégio do Espírito Santo, em Évora. O financiamento e a doação de livros e outros recursos de erudição foram uma prática comum entre os intelectuais ligados ao movimento iluminista, no cultivo da tradição do movimento de propagação de ideias modernizadoras.

As preocupações do bispo não se resumiram a oferecer locais para instrução, mas também em disponibilizar os meios para que fosse fundamentada pelos princípios da ciência e da razão (CENÁCULO, 1769). No seu projeto educativo, Cenáculo recomendou o conhecimento da realidade para o planejamento da intervenção educativa, na busca de dados quantitativos e qualitativos sobre as condições da diocese. Ele encomendou um censo para conhecer detalhadamente a situação econômica e social de Beja e estabelecer as prioridades de seu episcopado. (CENÁCULO, 1786).

Os resultados atestaram os fatos que ele já tinha observado: o trabalho educativo estava ligado à necessidade de um trabalho social mais efetivo com o

⁹ A esmola tinha nas sociedades pré-industriais um lugar constante e quase, diríamos, de privilégio. Correndo risco de anacronismo podíamos dizer que ela tinha o lugar semelhante ao que os subsídios de produção têm na sociedade industrializada. Com efeito, constituía um remédio momentâneo para a miséria e como tal era defendida não apenas por teólogos ou moralistas, mas também por homens de Estado como Pina Manique ou Luís Ferrari Mordau (VAZ, 2002, p.282).

apoio e a participação das autoridades e profissionais liberais. Buscou apoio para viabilizar o oferecimento de assistência médica e jurídica gratuita aos pobres, assim como a distribuição de remédios. No campo espiritual, providenciou para que mesmo os fiéis que moravam nos lugares mais afastados de uma Igreja, pudessem receber os últimos sacramentos com a instituição de uma missa cotidiana pelas almas agonizantes (CENÁCULO, 1786).

A sua ação pastoral na diocese passava pelas questões de assistência social e educacional. Com as ações empreendidas, Cenáculo alcançou no Alentejo uma maior projeção e admiração consensuada por toda a população do que aquela que tinha conhecido no terreno político em Lisboa. O prestígio alcançado pelo bispo em Beja estava centrado em sua pessoa e em suas ações voltadas para o bem estar do povo de sua diocese (VAZ, 2011).

Na organização e na sistematização dos estudos de formação inicial dos padres de sua diocese e do acompanhamento pedagógico para aqueles que já estavam inscritos na vida pastoral que Dom Frei Manuel do Cenáculo novamente deu mostras do domínio metodológico e didático necessário para estabelecer uma formação articulada, objetiva e útil.

Cenáculo enfatiza a necessidade de estudos conduzidos; ele quer um clero instruído, ele quer que seus padres tenham clareza de tudo, mesmo das matérias científicas [...] da matemática [...] a cultura geral não é negligenciada, os seminaristas podem, se desejarem, seguir os cursos de retórica (MARCADÉ, 1978, p. 308).

A metodologia do trabalho e a didática das aulas no Seminário de Beja seguiram os princípios da reforma que Cenáculo havia feito em 1769 no **Plano de Estudos da Ordem Terceira de São Francisco**, sendo que a eles foram acrescentados alguns procedimentos que tornavam os estudos do seminário ajustados às necessidades da diocese. Entre as propostas pedagógicas figuraram:

- As Reuniões Literárias: recurso de formação que em linguagem atual podemos chamar de grupo de estudo. Os professores selecionavam os temas e os livros com antecedência, os alunos recebiam o material que era lido individualmente e durante a reunião eram debatidos os questionamentos levantados;
- As Conferências Eclesiásticas, dirigidas aos padres que atuavam em todas as paróquias da diocese e demais seminários. Era, em termos atuais, um modelo de educação à distância e continuada. O material era selecionado e

organizado em Beja, depois, era enviado para os locais previamente determinados como centros de distribuição. Ali aconteciam reuniões mensais para debate do tema estudado, os vigários forenses eram encarregados de fazer o repasse desses debates para os demais padres da diocese que, por vários motivos (principalmente a distância), não conseguiam participar das conferências (CENÁCULO, 1769) (MARCADÉ, 1978).

O objetivo das conferências era o aprofundamento teórico dos participantes, assim como a melhoria de sua capacidade de argumentação e articulação de ideias na lida diária das diversas paróquias. Os passos para o estudo consistiam em leitura, exposição, crítica, mediação e conclusão sobre cada um dos temas abordados, e as reuniões duravam entre duas e duas horas e meia (CENÁCULO, 1769).

A praticidade e a objetividade com que Cenáculo organizou seus planos de estudos deram a ele uma autenticidade, que segundo as fontes consultadas, o diferenciou dos demais reformistas portugueses que debateram o ensino como Verney (1713-1792) e Ribeiro Sanches (1699-1783).

Sua reflexão pedagógica não tem, talvez, a profundidade daquela de um Verney, todavia, nas aplicações práticas, Cenáculo é às vezes mais audacioso. Algumas de suas diretrizes possuem uma ênfase todavia moderna (MARCADÉ, 1978, p. 310).

A participação nas reuniões literárias e nas conferências era livre, esse foi outro ponto em que se centrou a ação educativa da pastoral de Cenáculo, o método de ensino fundamentado em uma ação de carinho e atenção dos professores para cativar os alunos, sua presença constante, a identificação atenta de cada aluno, o ensino individualizado e a atenção no acompanhamento dos estudos, permitia o estabelecimento de um vínculo de respeito e compromisso individual e coletivo entre professor e aluno (CENÁCULO, 1769).

Dom Frei Manuel do Cenáculo também observou a necessidade de oferecer aos leigos, habitantes de sua diocese, uma instrução que pudesse melhorar a compreensão sobre a religiosidade, sobre os sacramentos, organizar as práticas exteriores e o culto, separar a superstição da religião, valorizar o trabalho no campo e as virtudes do bom cristão. Estas prerrogativas revelaram o caráter iluminista do bispo em libertar o povo pobre das amarras do misticismo e apontar-lhe as possibilidades de conhecer e intervir na natureza a seu favor.

O homem há de ocupar-se, este é seu destino, se não o fizer com virtude de cidadão, gastar-se-á no vício, no ócio afrontoso, na enfermidade enfadonha, na demanda devoradora, em roer-se no trabalho das paixões, na angustia cruel da fome, e sede, nas fermentações domésticas e contratempos do ânimo (CENÁCULO, 1786, p. 44).

A proposta de ensino com base na catequese elaborada por Cenáculo era destinada aos fiéis de sua diocese. Destacamos aqui mais um aspecto do projeto educativo do bispo. Apesar de afirmar que a instrução deveria ser oferecida sempre para as crianças em tenra idade, pois elas são mais dóceis, possuem espírito curioso, e ainda não foram contaminadas com os vícios do mundo, ele não excluiu a oferta de instrução para os jovens e os adultos, proposta educativa avançada para seu contexto histórico.

Sobre alguns pontos Cenáculo estava avançado em um século e meio de seu tempo histórico e sua concepção de ensino personalizado pode ser encontrada em teorias contemporâneas a ele, sublinhou Marcadé (1798).

No projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo a formação catequética não poderia se restringir ao ensinamento apenas da doutrina cristã católica, este é um momento privilegiado de aprendizagem, deveria envolver a formação dos bons hábitos, e da disciplina, ou seja, ele nos indica mais uma marca de seu projeto educativo, a importância de formar a pessoa de maneira ampla para que aprenda os preceitos da civilidade, da utilidade do conhecimento, dentro dos valores cristãos¹⁰.

Em consonância com outros teólogos portugueses que também defendiam a importância do catecismo para a educação religiosa, o prelado empreendeu seu projeto educativo para o povo, uma catequese com dimensão social e política que se aplicava a todas as relações do homem, por isto a instrução não se dirigia apenas às crianças, mas a todos os membros da comunidade. “[...] porque não entendemos por catecismo somente o que pertence às perguntas simples dos meninos mas tudo o que respeita à doutrina da religião, costumes, e disciplina” (CENÁCULO, 1790, p. 4).

¹⁰ O catecismo, entendido como livro e ensino das verdades da religião, apesar de seus antecedentes remontarem ao tempo dos primeiros cristãos e época medieval, só a partir do século XVI se assumiu como nova pedagogia e meio de cultura das massas. Para o fato de contribuíram decisivamente os movimentos reformistas e o desenvolvimento da imprensa. [...] O catecismo constituiu um produto cultural que envolve todos os grupos sociais e, embora sendo produzido fundamentalmente pelas elites eclesiásticas, dirige-se sobretudo aos grupos populares e às crianças (VAZ, 2002, p.255).

O bispo franciscano também defendeu a adoção de manuais para o desenvolvimento dos estudos. Para o ensino catequético de seus diocesanos escolheu e adaptou o *Catecismo de Montpellier*, que classificava como de bom conteúdo. Mas na sua versão original não estava adequado aos preceitos necessários para a população rural e a simplicidade de seus fiéis. “Sua adaptação resultou em um manual, mais simples, básico, de letras grandes, que poderia facilitar os estudos e o acesso ao povo”¹¹ (MARCADÉ, 1978, p. 343).

Distinguimos aqui outro aspecto do pensamento pedagógico de Cenáculo, o cuidado na escolha e na adequação do material de estudo. O critério básico de seleção dos manuais de ensino deveria ser o nível de conhecimento do público destinado.

Toda proposta de ensino precisa de bases didáticas e metodológicas para que possa atingir seus objetivos. Os procedimentos adotados por Cenáculo levaram em consideração a realidade em que estavam inseridos aqueles aos quais se destinava a instrução. Ele recomendava aos párocos e catequistas para que organizassem de maneira clara e objetiva suas exposições, partindo sempre do mais simples para o mais complexo, que os pais e os filhos recebessem a orientação juntos e as etapas do ensino deveriam respeitar o tempo de aprendizagem individual de forma sucessiva e prudente.

Ao inserir os adultos junto com as crianças nas aulas de catequese, ele tinha o objetivo de estimular os pais a acompanharem de perto o estudo dos filhos, favorecendo maior entrosamento familiar. Esse era outro destaque de seu pensamento pedagógico, o envolvimento da família no processo de aprendizagem escolar dos filhos.

Para melhor adequar a instrução catequética dando a ela o suporte teórico necessário para evitar os possíveis desvios de interpretação e também porque o número de párocos era pequeno e tinha outras obrigações, Cenáculo instituiu a

¹¹ O *Catecismo de Montpellier*, da autoria do oratoriano François Aimé Pouget, a quem o bispo Colbert entregou a direção do seminário da diocese e encarregou de redigir um novo catecismo, foi publicado pela primeira vez em Paris em 1702, e surgiu num contexto caracterizado pela profusão e diversidade de edições de catecismos em França. Com efeito, a partir de 1660 multiplicaram-se os catecismos diocesanos. Confrontaram-se as tendências jansenistas e os não jansenistas, enquanto os primeiros apelavam a uma liturgia mais autêntica, mais próxima dos crentes, mais participativa e, coerente, insistiam no uso da língua nacional nos textos e mesmo nos ritos, pelo contrário, os anti-jansenistas insistiam numa religião mais ritualizada, segundo as tradicionais formas e usando latim. Em Portugal o *Catecismo de Montpellier* teve também grande sucesso editorial, a partir de 1765 (VAZ, 2002, p. 257-258).

formação de um grupo de catequistas em Beja. Esses jovens, depois de instruídos, eram enviados para o interior para ajudar no trabalho catequético. A metodologia de ensino estava pautada nos seguintes pontos:

- Para iniciar os estudos o professor pode recorrer a comparações, usar exemplos materiais para facilitar a compreensão de seus alunos;
- Partir das ideias simples e de base, e somente após serem conhecidas e dominadas pelos alunos, avançar;
- A qualidade das aulas será avaliada pela clareza e simplicidade com o professor proferir sua fala;
- O aluno deve ser estimulado a recitar o catecismo, mas não decorar o texto, ele deve conseguir falar sobre ele, expressando seu entendimento sobre os diversos aspectos da vida religiosa;
- Evitar primordialmente discussões metafísicas ou teológicas (MARCADÉ, 1978).

A análise didática do projeto educativo, com base na sua proposta de catequese, aponta para a adoção de uma instrução gradual e ministrada em diversas categorias, nelas figuravam os pais, as pessoas de ambos os sexos, e ainda, os “meninos adiantados”. Aqueles que ministravam a catequese também diferiam no nível de aprofundamento de formação, mas todos estavam aptos a ministrar um ensino que favorecia aos alunos a memorização das palavras dos mistérios. O método deveria ser priorizado como caminho mais curto para uma boa aprendizagem, com clareza e simplicidade (VAZ, 2002).

Dom Frei Manuel do Cenáculo, além das ações relativas à instrução dos clérigos e dos fiéis de sua diocese, também se empenhou em incentivar a melhoria do cultivo da terra, tendo em vista o melhoramento do nível econômico do povo e o maior povoamento do território, como fonte de riqueza e valorização do Reino. Ele defendia o trabalho como a melhor solução para evitar a moleza do corpo e da alma, a corrupção do governo, o excesso do luxo, da lascividade e da indigência.

Asseio e civilidade são louváveis; mas sistema de luxo desproporcionado, e assim mesmo constante, e quotidiano, enfraquece o valente vigor do espírito, para nem entender as sóbrias profundezas da sobriedade. [...] A fome e a sede não são fados invariáveis, o trabalho é meio seguro de os mudar para boa sorte. [...] Este pensamento é provido arbítrios de cansar a preguiça e de levar força ao cérebro dos homens, porque ele entorpecido é que vem a dissipação dos braços. Esta polícia afrouxa a corrupção, pondo imaginativa, pensamentos, alam e corpo dos homens em mil

exercícios de indústria, em preservação de amortecerem tentativas e em movimento para distração dos mais a que leva a ociosidade, e felizmente aquela polícia os põe no caminho de serem úteis a si, aos outros, à pátria, com superioridade a qualquer inércia de ruína (CENÁCULO, 1786, p. 20-21).

O bispo de Beja, em sua **Pastoral Sobre a Confiança Divina (1786)**, exortou o povo ao trabalho e à oração, incentivou a busca pelo conhecimento, com disciplina e dedicação. Nela também encontramos traços da influência iluminista da doutrina dos fisiocratas na concepção econômica do franciscano, a exortação do trabalho agrícola e seu potencial educativo.

Não basta crer no poder de Deus é necessário cooperar-lhe. [...] Se o homem fosse máquina passiva, esta seria sua escusa; mas ele tem espírito ativo, e judicioso para emprego, e governo dos membros, que o encerram. O entendimento adverte que trilhe a terra, conhecendo-a, e aproveitando-a. Que nada seja unicamente pela face, que estude as possibilidades da terra que foram dadas para o exercício de toda a sorte de homens [...] (CENÁCULO, 1786, p. 20).

Encontramos em Dom Frei Manuel do Cenáculo um homem preocupado com as questões educativas de seu tempo. Enciclopédico, ele procurou unir a fé e a razão, animado por uma fé sincera e de um senso agudo de sua missão apostólica, procurou melhorar a vida da população de sua diocese.

Defensor do racionalismo e pedagogo, envolvido com o acesso ao conhecimento pelo contato com os livros, pelo planejamento e articulação da instrução e pela utilidade do saber. Cenáculo, pela sua formação e sua participação ativa na sociedade, elaborou uma leitura própria e articulada das novas diretrizes do pensamento filosófico iluminista que imperou na Europa no século XVIII, adaptando-as ao catolicismo em Portugal. O seu bispado em Beja (Anexo D) durou 32 anos (1770-1802), porém, ele só assumiu pessoalmente a diocese em 1777. Após 25 anos de efetivo trabalho educativo e pastoral em Beja, recebeu em 1802, a nomeação para ser arcebispo de Évora.

3.5 Arcebispo em Évora: o devir filosófico

Crises, tensões e conflitos caracterizaram os últimos anos do século XVIII e o início do século XIX na Europa. O século da ciência e da razão afirmou o poder do

homem que, por meio da intervenção e da observação dos processos naturais, fez descobertas e adquiriu um sentimento de poder absoluto sobre si e sobre a natureza.

A liberdade do pensamento, uma das bandeiras do liberalismo iluminista, em seu movimento contínuo e modernizador, empreendeu uma mudança na nova conjuntura socioeconômica causando rompimentos na cristandade. No campo intelectual, o excessivo culto ao cientificismo adquiriu grau de religião, no plano político internacional as relações se agravaram em uma relação direta com as revoluções francesa e industrial. No acirramento da disputa pelo domínio hegemônico, a guerra foi a opção feita pelos países que orquestraram o movimento de modernização na Europa. Essa determinação instalou uma profusão de opiniões, sistemas e diretrizes que originaram “transformações nas formas de agir, pensar e interagir, tentando decifrar a nova sociedade que surgia diante dos efeitos da dupla revolução” (SILVA, 2010, p.12).

As consequências da crise política internacional afetaram diretamente a cultura de neutralidade adotada historicamente pelo governo português em relação ao conflito histórico entre França e Inglaterra. Pressionado a assumir uma posição definida, o príncipe regente D. João tomou uma decisão estratégica ao transferir a sede do governo para o Brasil, na tentativa de preservar o trono português do domínio napoleônico.

O resultado das invasões e a transferência da Família Real para o Brasil em 1807, geraram conflitos na sociedade portuguesa, que assistiu à partida do regente acompanhado da corte e sofreu com a violência do invasor. As reações de indignação, de insegurança e de abandono resultaram em um conjunto de debates que deram o tom ao movimento de mudanças políticas, sociais, econômicas, e educacionais que marcaram a mudança de Portugal entre os séculos XVIII e XIX.

Em Beja, o bispo franciscano recebia por meio de seus correspondentes as notícias dos acontecimentos que alardeavam os resultados negativos que as decisões políticas estavam promovendo. Elas anunciavam a destruição daquilo que seu ideário iluminista mais prezava: a libertação do homem do jugo da superstição e a liberdade de pensar e agir para o resgate dos valores humanos.

O pensamento iluminista de Dom Frei Manuel do Cenáculo, com reservas, recebeu influência do ideário modernizador dos filósofos franceses e das diretrizes defendidas pela Igreja galicana, logo os rumos tomados pela revolução na França e

as consequências dela para a Igreja galicana francesa, mostraram ao Bispo a outra face do uso da razão, chamando sua atenção para as contradições que fugiam da lógica das relações nela centradas.

Cenáculo estimava que a Igreja Portuguesa deva enfrentar uma dupla ameaça: interna, os prelados portugueses contatavam um desfalecimento da prática religiosa e externa, as repercussões dos acontecimentos na França que colocavam a Igreja de Portugal em situação defensiva (MARCADÉ, 1978, p. 410).

Nesse contexto histórico, cenário do movimento constante entre permanências e mudanças, que caracterizaram a formação de uma nova sociedade no século XIX, Dom Frei Manuel do Cenáculo recebeu do príncipe regente de Portugal, D. João, em março de 1802, a nomeação para o cargo de Arcebispo de Évora, região também localizada no Alentejo, distante oitenta quilômetros de Beja.

Dom Frei Manuel do Cenáculo foi Bispo de Beja por 32 anos. Os primeiros 7 anos acompanhou a diocese à distância, permaneceu em Lisboa durante o governo de Pombal, com a morte de Dom José I e a expulsão do Marquês do cargo de primeiro ministro em 1777, o prelado retirou-se da corte e assumiu pessoalmente a diocese, da qual já era bispo desde 1770. Nos últimos 25 anos sua presença constante marcou um trabalho voltado para a educação e o bem estar de toda a população de seu bispado. Ele visitava todas as comarcas e vilas, “foi algumas vezes encarecida a ação de Cenáculo animando e instruindo os camponeses, incitando-os ao cultivo das charnecas e aproveitamento dos baldios” (CAEIRO, 1959, p. 110).

Na sua **Pastoral Sobre a Confiança Divina**, de 1786, endereçada a todos os fiéis da diocese, o prelado usou uma linguagem propedêutica para instruir sobre a necessidade do trabalho, do bom aproveitamento da natureza, da busca pelo conhecimento e do cultivo da oração.

Homens torcem a natureza, e por seu arbítrio abusador desmerecem a Providência. Amados nossos, conheçamos esta perfeição divina; mas seja de boa fé, obrigados a sentir com verdade, justiça da sua constituição para ela nos ajustarmos, pois todo é seu o nosso ser, nossa conservação e movimentos [...] combinar com as nossas razões e conhecimentos adquiridos, assim haverá de ser respeitada a providência, que nos preside. O cuidado consiste em alcançar boas razões, promovidas com retidão, superior aos afetos, que as possam corromper (CENÁCULO, 1786, p.16).

Durante toda a sua permanência à frente do Bispado em Beja, Dom Frei Manuel do Cenáculo estabeleceu meios para favorecer a instrução, a caridade, e a

melhoria das condições de vida da população. Ao assumir o Arcebispado em Évora em 1803, procurou continuar sua ação educativa, porém, nessa diocese ele encontrou uma situação diferente daquela que administrou no início de seu Bispado em Beja. A comarca de Évora ocupava uma grande extensão territorial do Alentejo e era caracterizada pela grande distância entre as comarcas e vilas. Havia muita disparidade:

- Uma região rica, pouco povoada e com muitos padres ociosos, na concepção de Cenáculo;
- Uma região pobre, populosa, com poucos padres para atender às necessidades dos fiéis.

Em Évora, (Anexo E), o prelado se deparou com uma questão de política interna, diferente de Beja, pois os padres e bispos dessa região do Alentejo estavam, aos seus olhos, “relaxados” em seus modos, em sua ética e em suas obrigações e funções espirituais, “havia bispos nomeados que nunca puseram os pés na sua paróquia” (MARCADÉ, 1978, p. 455).

Aliada a essa constatação, que exigia uma intervenção disciplinadora, Cenáculo estava vivendo um período de indignação filosófica pessoal. O homem das luzes que defendeu a reforma e a modernização do ideário cultural da sociedade portuguesa, considerava subversivas as ações propagadas pelos revolucionários franceses e um atentado mortal à cristandade o fato de que os homens encimados pelo poder da ciência terem criado uma falsa religião, desprezando a graça divina e pondo em seu lugar o culto à razão (CENÁCULO, 1794)

A indignação de Cenáculo se traduziu na intolerância total com relação a qualquer aspecto de discurso revolucionário. Em seus apontamentos fazia a crítica às consequências sociais dos sistemas filosóficos e sobre as consequências religiosas. “Os homens formulam mil projetos sobre seus direitos, discorrem sobre contatos sociais, se baseando em julgamentos falsos e eles pensam em se tornar iguais e livres [...]” (CENÁCULO, 1794, p. 37).

Em toda a sua trajetória de formação intelectual, atuação política e pastoral, Dom Frei Manuel do Cenáculo demonstrou sua fé na graça revelada. Na composição de sua perspectiva filosófica, o ecletismo e a crítica moderada da escolástica, possibilitaram a ele aproveitar os aspectos compatíveis de cada corrente teórica de acordo com a suas convicções pessoais.

A defesa da religião revelada é o mote constante nas instruções pastorais do Bispo de Beja, pois assim o exigiam os tempos que na Europa eram de revolução e de propagação de “falsas ideias”. Contudo não é apenas este sentido apologético que notamos nesta insistência no valor da religião cristã. O nosso reformador vai mais longe para ele a religião é útil e necessária para o bem-estar da sociedade. Na Instrução pastoral sobre as virtudes da Ordem natural, fundamentou-se em Santo Agostinho e insistindo no papel catequético dos párocos como curadores e pastores do povo, retrata o homem instruído e crente como cidadão perfeito (VAZ, 2002, p. 252).

Diante desse exercício de análise e articulação de ideias ele elaborou e defendeu a tese de que era inconcebível afirmar que o pleno uso da liberdade e da racionalidade pode dar ao homem a prerrogativa de substituir Deus, porque a verdadeira libertação vem da Graça e ainda, para que seja respeitada a igualdade de direitos, o homem deve se render às regras do Estado. Somente o entendimento e cumprimento desta proposição é que levariam o homem a plena verdade e felicidade.

Naquele momento a religião cristã (católica e protestante), estava em perigo. Era o alvo determinado para a canalização das forças revolucionárias na luta em que nem toda mudança é legítima e nem toda permanência se justifica. O Arcebispo mais uma vez atestou sua capacidade de articulação política, iniciou o trabalho de instruir todos os cristãos lusitanos sobre o perigo de se deixar envolver pelas estratégias da falsa religião e os conclamou para firmarem na fé cristã (MARCADÉ, 1978).

Era o momento de unir forças e Cenáculo, em vários momentos, revelou uma atitude tolerante com os protestantes, em seus escritos procurou mostrar que eles não eram inimigos dos católicos, apenas “os irmãos separados” que, por falta de entendimento e boa vontade de alguns homens do passado, tomaram um caminho paralelo ao da Igreja Católica e assumiram uma missão de pretensos reformadores da religião; por esse motivo o Arcebispo se sentia à vontade para convocar o apoio dos protestantes para o combate ao inimigo em comum (CENÁCULO, 1791; 1794).

O prelado estava totalmente envolvido na luta em defesa da Igreja Cristã, o conhecimento filosófico e a experiência política e pastoral lhe permitiram lançar mão do instrumento capaz de fazer frente ao inimigo, o acesso a informação, a formação cultural do clero e o incentivo à caridade e solidariedade.

A caridade benigna sofredora, misericordiosa, desinteressada, igual e unida com mais dotes, de que não podem prescindir, e a alma de

uma boa sociedade, e da profissão devota. [...] A caridade a todos abraça, ela é engenhosa para unir os diversos ditames e os gênios encontrados, ela dá vigor a qualquer sociedade (CENÁCULO, 1769, p. 7-8).

Com 80 anos, seu vigor físico declinava, fato que reduziu suas andanças pelas vilas e comarcas da nova diocese, como fazia em Beja. Apesar disso, estabeleceu as prioridades educativas para o clero e os fiéis, além de atender as obras de caridade, juntou-se ao governo local nas ações voltadas para a saúde e o bem estar da população.

Em 1807 criou uma escola episcopal com cátedras de geografia, línguas orientais e história eclesiástica, na qual ele também ministrava aula para os padres e vigários de sua diocese. Estabeleceu critérios de formação continuada parecido com aquele fixado em Beja. Mais do que nunca, no seu entendimento, era preciso que os padres estivessem preparados para fazer a defesa da Igreja e das coisas verdadeiramente sagradas (MARCADÉ, 1978).

Dom Frei Manuel do Cenáculo, com a quantidade de livros, obras, peças e manuscritos que trouxe na bagagem de Beja, abriu uma biblioteca pública (Anexo E) e um museu público em Évora (Anexos F e G), ofereceu condições de acesso à leitura para todos os interessados em melhorar seu conhecimento. Ou seja, uma elite pequena, mas potencialmente mediadora e formadora de opinião, composta por categorias de leitores em conexão com a ordem social vigente (VAZ, 2009).

As relações políticas internacionais de Portugal se agravaram. Em 1807, e o país sofreu a invasão de tropas francesas. Évora foi tomada e saqueada em 1808 sob comando do general Loison. O próprio Arcebispo narrou a tragédia que se abateu sobre a cidade na obra **Memória Descritiva do Assalto**, entrada e saque da cidade de Évora pelos franceses em 1808.

Dom Frei Manuel do Cenáculo tentou proteger seus fiéis e permaneceu junto com eles sob a ameaça de serem mortos, pediu clemência ao inimigo e orientou o povo a não reagir, para salvar suas vidas. Entre as humilhações e desgastes provocados pela guerra, o que mais abalou o Arcebispo foi sua prisão decretada por alguns revoltosos portugueses, que estavam querendo se insurgir contra o príncipe regente D. João, radicado no Brasil. Preso e obrigado a percorrer a pé o caminho entre Évora e Beja, com a idade de 85 anos, ficou detido por três meses. O governo

de Lisboa relaxou sua prisão e o reabilitou no cargo de Arcebispo. Na volta para Évora recebeu escolta oficial e honras de herói nacional (MARCADÉ, 1978).

As agruras da guerra e as vicissitudes desgastaram as convicções filosóficas de Dom Frei Manuel do Cenáculo, seu pensamento e ação nos anos que se seguiram, assim como a sociedade, a política e a economia de Portugal atravessaram um período conflituoso, no qual eclodiu toda sorte de disputas, desmandos, e insubordinação que conduziram os rumos tomados pela monarquia portuguesa do século XIX em diante.

Dom Frei Manuel do Cenáculo asseverou uma posição ortodoxa com relação à filosofia do século XVIII que, segundo ele, ao glorificar o homem provocou a falência do princípio mais valioso do ser humano, o respeito à sua liberdade.

A razão e seus julgamentos enganosos são uma calamidade para tudo que é ordem. [...] As ambições dos filósofos foram sempre conduzidas pelo interesse, pela inveja e por algum outro vício (CENÁCULO, 1811, p. 11-19).

A compreensão crítica do contexto histórico que envolveu a atuação política e o entrelaçamento com as questões educacionais no âmbito estatal e pastoral de Dom Frei Manuel do Cenáculo, possibilitou evidenciar as contradições, afastamentos e aproximações de seu projeto educativo com o contexto ideológico reformador que promoveu mudanças quantitativas e qualitativas na sociedade portuguesa na segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

Apesar das misérias da guerra e da decepção com os princípios ideológicos que desencadearam a perseguição contra a Igreja que ele prezava, o prelado continuou a desempenhar sua ação caritativa e pedagógica, ajudou na criação de albergues para acolher os desvalidos da guerra e abriu uma nova biblioteca em 1811. Dom Frei Manuel do Cenáculo faleceu em Évora em no dia 26 de janeiro de 1814, com 90 anos. Seu corpo encontra-se sepultado, conforme pedido dele, na Igreja do Espírito Santo em Évora (Anexos H e I).

4 A PEDAGOGIA DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO NA OBRA CUIDADOS LITERÁRIOS (1791)

O objetivo desta seção é analisar a obra escrita por Dom Frei Manuel do Cenáculo em 1791, **Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça de seu Bispo**, estudando os temas abordados em consonância com as diretrizes que possam identificar como seu projeto educativo se articulou com a reforma modernizadora do ensino em Portugal, assim como a contribuição de seu pensamento pedagógico para a história da educação.

O Bispo de Beja estava com 67 anos quando publicou a obra **Cuidados Literários**. Há 14 anos ele se dedicava intensamente ao governo de sua diocese, na qual estabeleceu uma estrutura de instrução formativa para os padres, para as crianças e para os adultos, alinhada com os princípios da moral cristã, das obrigações do homem para com a sociedade e da necessidade do trabalho como instrumento de valorização individual e social.

Nesse período o prelado vivenciou as consequências da revolução que estava ocorrendo na França e seus efeitos em Portugal, no final do século XVIII.

A nação estava distraída em guerra obstinada, as paredes domésticas gemendo pelas dissensões de seus habitantes, desgostos, inquietações, todos os mares, todas as terras movidas, não era na verdade acomodada situação para cada um sossegar suas pretensões e para entender e melhorar o progresso das letras. Emagreciam os espíritos nutridos de espinhos, que então dava o terreno cultivado com atividade muito repartida para diversos cuidados, uns de sutilezas escolásticas, outros de controvérsia sobre eleições, e governo da província. Para exemplo, e cautela dos futuros passarei a pena ligeiramente no papel medido, que dê frutuoso desengana, sem moléstia que causa assunto ingrato (CENÁCULO, 1794, p. 171).

Cuidados Literários pode ser considerado como um manual de instrução para professores, padres e elite letrada civil. Naquele período, os professores eram os padres, que independentes da abrangência de sua paróquia, eram os principais interlocutores entre a ciência e a população. Ao se reportar a eles, o bispo enumerou um conjunto de “cuidados” com relação aos livros a serem lidos, ao método de ensino a ser utilizado, a organização dos estudos, à didática do professor, ao compromisso educativo dos padres e a importância do planejamento das ações voltadas para o ensino e para a aprendizagem (VAZ, 2009).

Nessa obra o prelado retomou o debate sobre a escolástica como método de ensino, reafirmando a sua conduta eclética, já expressada nas **Disposições do Superior Provincial** (obra de 1769), mantendo boa parte de suas afirmações a respeito de tal método de ensino. “[...] as modificações que lhe introduz explicam-se mais pelo diferente ambiente filosófico do que por uma mudança de convicções” (CAEIRO, 1959, p. 90).

O manual **Cuidados Literários** congregou a soma de conhecimentos do prelado em diversos domínios, com especial atenção ao conteúdo voltado ao ofício sacerdotal e na afirmação da formação teológica como pilar para a manutenção da Igreja Católica em Portugal.

No compêndio, o prelado retomou as discussões e os apontamentos já feitos na sua obra pedagógica anterior **Disposições do Superior Provincial** (1769) e nas suas pastorais **Sobre os Estudos Físicos do Clero** e **Sobre a Confiança na Divina Providência** (1786).

O valor da obra em questão centra-se na intenção do autor em oferecer mais uma oportunidade de reflexão sobre a questão do método de ensino e da didática de como melhor ensinar para aqueles que se interessavam pelo novo estilo de instrução, oferecer um debate, nas palavras de Cenáculo (1791), sem os “devaneios abstratos”, visando mostrar a dialética na busca pelo conhecimento e necessidade do homem em preservar a fé na religião revelada. Interessam-nos as ideias pedagógicas expressadas por Dom Frei Manuel do Cenáculo e suas relações com o novo pensamento político-pedagógico em Portugal, na segunda metade do século XVIII.

O autor não separou as temáticas da obra **Cuidados Literários** em capítulos, partes ou seções como havia feito em suas obras anteriores. Ele seguiu um agrupamento de considerações sobre as temáticas sem enfatizar uma estrutura formal de apresentação. “Foi composta em curtos intervalos que a observância das funções do antístite permitia” (CAEIRO, 1959, p. 98).

No texto introdutório Cenáculo sinalizou uma organização observada na leitura da obra “a primeira parte envolve quanto ao método e ordem do estudo particular e o uso externo dele, a segunda as faculdades de que há de conhecer o digno eclesiástico [...]” (CENÁCULO, 1791, p. 11). O autor utilizou o termo faculdades para detalhar o conteúdo de ensino da teologia e a formação do teólogo para a boa condução do trabalho na defesa da fé cristã e da Igreja Católica.

Na obra, composta por dez seções (Anexo J), encontramos a dimensão de seu pensamento pedagógico para a organização do ensino modernizador em Portugal, na segunda metade do século XVIII.

Estrutura da primeira parte da obra:

- Introdução
- Estudo da História Literária
- Lição de métodos, e avisos para o progresso das ciências
- Estudo da língua grega, das línguas orientais, das letras humanas
- Lógica
- Geometria
- Continua a matéria silogística para combinar com o método geométrico
- Método matemático
- Estudo da matemática
- Crítica

A segunda parte é a mais extensa da obra. Nela o autor centrou sua atenção no ofício eclesiástico, tratou do conhecimento que o clérigo deveria ter para ser “digno” de sua atividade pastoral. “[...] resta ver, por quais modos ele há de entrar nas matérias para bem as entender, e comunicar, e quais delas sejam as de seu ofício e aplicação” (CENÁCULO, 1791, p. 11). É composta por dezesseis seções e epílogo.

- Teologia geral
- Continua
- Bom emprego do catecismo nas primeiras conquistas que fizeram nossos Reis no ultramar
- Teologia em particular
- Divisões da teologia
- Sagrada escritura
- Teologia dos mistérios
- Teologia litúrgica
- História eclesiástica
- Prudência teológica nos preparos para o conhecimento dos mistérios
- Prudência teológica sobre o emprego da metafísica no estudo dos mistérios

- Prudência teológica acerca da Sagrada Escritura
- Teologia moral
- Jurisprudência eclesiástica
- Espírito do que se a escrito
- Epílogo

Nas quinhentas e cinquenta e duas páginas da obra, o prelado usou de uma linguagem poética e metafórica para exemplificar seus apontamentos e explicar seu pensamento pedagógico sobre a organização do ensino e sua utilidade, destacando que todas as pessoas possuem um espírito capaz de aprender e que o resultado dessa aprendizagem depende em boa parte da forma como são preparados os professores e de como são selecionados os critérios para o ensino, o que em linguagem atual podemos usar os termos, proposta curricular e projeto político pedagógico.

Que feliz é a planta sendo tomada por sol benigno! Se desta reflexão nutre o magistério da mocidade, ajudemo-lo com este ofício, reforço de doutrinas que noutras ocasiões temos persuadido, pois o magistério é o sol, que sobre a mocidade vai desfazendo o orvalho brando; e quando assim convém, espalha chuva copiosa, e temperada, ou grande calor, sendo tudo repartido em estações próprias (CENÁCULO, 1791, p. 1).

No desenvolvimento do texto **Cuidados Literários** o bispo de Beja deu mostras de sua grande erudição, conforme atestam seus biógrafos Caeiro (1959), Marcadé (1978), Vaz (2002, 2009). Fundamentou seus pontos de vista com a citação de autores que também discutiram os temas acerca dos quais ele retomou o debate, e é possível observar aqui o “cuidado” de Dom Frei Manuel do Cenáculo em dar suporte científico às suas reflexões, se antecipando às possíveis críticas advindas do universo acadêmico e político da época.

Dom Frei Manuel do Cenáculo explicou na introdução a necessidade que sentiu em retomar a discussão sobre temas anteriormente discutidos em outros escritos, porém, naquele momento a conjuntura histórica exigia dele uma atitude de esclarecimento e um sentido de missão em apontar um possível caminho para o desenvolvimento social alicerçado na instrução, no conhecimento e na religião, evitando a propagação dos vícios que acompanham a falta dos estudos e da verdadeira fé.

Repetimos vozes que nunca se fazem demasiadas em razão de sua importante matéria. Tão pronto é o aproveitamento dos homens, que

cedem a qualquer toque, e insinuação, que não lhes serve repetir? Não tem o dia 12 horas, para que as últimas emendem as que houverem passado em descuido? Neste escrito mais uma vez diremos a mesma coisa. Na falta de tempo, em que se lhe dessa ordem, e disposição mais assentada, menos, ou pelas circunstâncias merecem repetição de doutrina (CENÁCULO, 1791, p. 3).

O autor levou em consideração que retomar o debate sobre o método de ensino, sobre o uso e o resultado dele não seria um “abuso” porque no seu entendimento sempre é válido um novo olhar, uma nova leitura sobre o mesmo assunto, novas pessoas farão uso do novo escrito e aqueles que já tiveram a oportunidade de ler sobre o assunto podem emitir outro parecer ao comparar os apontamentos de um e de outro texto. Para ele o conhecimento não está pronto e acabado, sempre existe a possibilidade de uma nova aprendizagem.

Não pareça pois o trabalho importuno, o tecido de espécies muito varias do novo e do antigo, pois é formado sem ofensa da verdade, mas antes para servi-la, e para que seja estímulo, pelo qual os interessados se inclinem ao assento legítimo de tratar as ciências, e para onde depois os conduzam suas meditações, e outros eficazes impulsos (CENÁCULO, 1791, p. 4).

Dom Frei Manuel do Cenáculo revelou sintonia com a historicidade de seu tempo. Ao redigir a obra **Cuidados Literários** retomou e ampliou o debate sobre os princípios da ciência, da razão e da fé cristã, os quais, apesar de já serem conhecidos, precisavam receber um reforço contra as manifestações ideológicas que estavam presentes em solo lusitano, no final do século XVIII.

Dentro de sua perspectiva iluminista católica, Cenáculo demonstrou na prática o compromisso de difundir o seu conhecimento, primando pela forma como ele era planejado e oferecido ao público.

Ao retomarmos as considerações sobre as mudanças educacionais, influenciadas pelos acontecimentos históricos do período, observamos que a crítica à cultura escolástica, utilizada nas escolas portuguesas pelos jesuítas e seu desdobramento político, religioso, intelectual e social, suscitou a geração de boa parte dos debates sobre a necessidade de modernização da educação portuguesa em todos os níveis.

Na obra **Cuidados Literários** Dom Frei Manuel do Cenáculo procurou mais uma vez evidenciar seu modo de avaliar o pensamento escolástico e seu método de ensino, destacando a necessidade de se analisar em qualquer situação os aspectos positivos em separado dos negativos de cada doutrina filosófica.

Havemos considerado sempre as causas da religião e dos costumes com tanta dependência das letras depois da graça divina, que jamais nos tem parecido sobejas as diligências em promover seu estudo; nem agora que mais sobre nós pesa este cuidado, quisemos aproveitar algumas reflexões a benefício dos estudos (CENÁCULO, 1791, p. 1).

Destacamos o ecletismo filosófico do autor presente na obra **Cuidados Literários**, pois nela ele tratou das questões que estavam presentes na discussão filosófica e pedagógica do conjunto de relações de força atuantes em Portugal, no final do século XVIII.

4.1 Os cuidados com o ensinar e o aprender

Na introdução da obra **Cuidados Literários** (Anexo K) Dom Frei Manuel do Cenáculo anunciou sua destinação “ao amado clero e fiéis da nossa diocese, saúda o seu pastor” (CENÁCULO, 1791, p.1). Por meio do conteúdo da obra o autor conversou principalmente com os clérigos e com a elite letrada de sua diocese. Ao abordar questões sobre o interesse pelo conhecimento, a formação de professores e a utilidade da instrução para a melhoria das condições de vida da comunidade alentejana e a preservação dos princípios religiosos católicos, ele ressaltou o compromisso de todos formadores clérigos ou não com a instrução.

Nesse fato reside a importância do estudo da primeira parte da obra para a área da educação, porque nela o autor expressou de forma objetiva a dinâmica e a abrangência do seu projeto educativo. Este não se limitou às relações internas da escola, transcendeu para uma ação educativa de amplo aspecto com vistas a melhoria das condições de vida da comunidade.

A constituição de um ordenando, os fins, para que ele se encaminha quais sejam os ofícios, para que se dispõem, são coisas que a cada hora devem estar em consideração, tanto dos discípulos como dos instrutores (CENÁCULO, 1791, p. 1).

O prelado indicou o sentido útil e prático da educação quando lembrou aos clérigos e professores sobre as expectativas geradas na família, na comunidade e no próprio estudante quanto aos resultados do tempo dedicado aos estudos, daí ele chamar a atenção para “o que ensinar” e “como ensinar”, porque, segundo ele, facilmente se instalam os “vícios” que causam a acomodação de quem ensina e de

quem aprende. Para evitar que a instrução perdesse sua utilidade e racionalidade Dom Frei Manuel do Cenáculo orientou para o seguinte cuidado:

[...] estes homens de Deus, ministros do santuário, que a ele hão de levar outros homens com dignidade e pureza, é forçoso que para tanto sejam habilitados [...] Neste preparo consiste o uso das aulas, nelas se há de promover o bom estudo para que desempenhem virtuosamente seus grandes ofícios [...] (CENÁCULO, 1791, p. 2).

Com a afirmação acima, o bispo de Beja prescreveu que selecionar os conteúdos e a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento deles é uma tarefa básica do ofício do professor e que o planejamento é caminho para que ele organize com antecedência sua aula. A ação de planejar implica em conhecer novos métodos que viabilizem novos estudos, por isso o autor aconselha que o professor esteja sempre disposto a estudar e experimentar novas possibilidades de dinamizar a apropriação do conhecimento pelo aluno.

Para realizar adequadamente essa tarefa é fundamental oferecer uma boa formação para os clérigos e professores. “Porque por ela fará esclarecer, e brilhar luz transparente com graça e aceitação, quanto às leis, a razão e a virtude [...] gente abatida na terra, carece de montes levantados de sabedoria [...]” (CENÁCULO, 1791, p. 5).

Na perspectiva pedagógica do bispo de Beja, o clérigo professor, ou qualquer outra pessoa que exercesse o ofício de ensinar, precisava assumir o compromisso e a responsabilidade com o resultado de seu trabalho, além de dominar os conceitos científicos e os meios para organizar sua aula. O autor chamou a atenção para o fato de que o professor precisava ter autoridade de conhecimento sobre seu ofício. Era o domínio do conhecimento e do método para utilizá-lo que daria ao mestre a autoridade de conduzir “sem sombras”, “enganos”, ou “vícios” seus alunos por “caminhos seguros”.

Ali se encontra a preparação do homem para servir a razão, ali a filosofia, que sujeita a verdade, ali é promovido o interesse legítimo em nobre causa, ali se acha escola de paciência literária, mãe de frutos dignos e abençoados (CENÁCULO, 1791, p. 6).

O comportamento disciplinado dos alunos para com os estudos, no pensamento pedagógico de Cenáculo, seria uma via natural da relação ensino e aprendizagem se os professores fossem providos de fundamentos teóricos e metodológicos consistentes e cientificamente comprovados. Os alunos saberiam reconhecer o professor que soubesse conduzir seu trabalho e isso seria motivo para

o nascimento de um vínculo afetivo entre eles, apontado pelo prelado como necessário para o bom desenvolvimento da instrução (CENÁCULO, 1791).

Ao pôr na ordem do dia a relação entre o domínio da matéria de estudo pelo professor e o retorno dado pelos alunos durante as aulas e fora delas, apontou para o caminho da construção contínua do conhecimento, no qual a instrução tomaria sentido prático de elaboração coletiva, que prepararia para a participação do indivíduo na sociedade pré-industrial daquele período. Esse detalhe se constituía em uma novidade na institucionalização da escola como local de preparação para a vida e para o trabalho.

A boa relação entre o ensino e a aprendizagem exigiria que o professor e o aluno compreendessem que faziam parte de um mesmo movimento e deveriam estar dispostos “para saber ensinar e para receber doutrina em recíproco acordo com aproveitamento por estrada levada, e felicíssimo termo em ambas as vidas” (CENÁCULO, 1791, p. 6).

O autor alertou para os “desvios” que poderiam surgir no decorrer do processo educativo e que, em alguns casos, fugiriam ao domínio teórico metodológico do professor. Nesse sentido o autor abordou as desigualdades individuais denominadas no texto com as palavras “vícios” ou “defeitos”. Apesar da dificuldade em ministrar um ensino homogêneo em consonância com as particularidades que um ou outro aluno apresentaria, o professor bem formado e com paciência saberia articular um ensino adequado às dificuldades individuais. Porém, se os “defeitos” superassem os limites da tolerância e da boa convivência causando desarranjos dos aspectos disciplinares, Cenáculo recomendava o uso de cuidados no sentido de procurar meios de qualificar a relação entre o aluno e o professor, mas sem o uso de violência e dos castigos físicos.

Os estudos não correm sempre desembaraçados, há nisso contradições [...] a ciência e os costumes têm dias de assento e de crise na mudança [...] quem dá lei naquele repouso, se é incomodado, sobressalta-se e quer vingar sua autoridade [...] tem os moços mil riscos e descontos, qualquer atrativo engodam e levam as almas a afrouxar, se o clima é pesado os espíritos não se esforçam, mais querem jazer com a lembrança da feia e desagradável preguiça [...] A higiene desta feia enfermidade consiste na afeição. Para este efeito se há de supor nos instrutores a sabedoria, a virtude e poderosa energia em aplicá-las e criar a simpatia necessária entre mestres e discípulos (CENÁCULO, 1791, p. 10).

Ao traçar um marco divisor sobre o comportamento do aluno, que o professor deveria observar e intervir de modo adequado, o prelado apontou mais um parâmetro de seu pensamento pedagógico, no qual destacou a necessidade da prática educativa do professor em identificar e agir pontualmente sobre a forma como o aluno se comportava nas aulas. Expressou sua compreensão da educação como a somatória da aprendizagem acadêmica com a formação individual e valorização da convivência social.

Este é um aspecto importante da pedagogia de Dom Frei Manuel do Cenáculo, a criação e a manutenção do vínculo afetivo entre o mestre e o discípulo. As relações educativas deveriam ser fundamentadas no respeito, na cordialidade e no diálogo. Cenáculo, em várias passagens da obra afirmou que o estudo é uma tarefa difícil que pode levar ao desânimo, porém, se o mestre soubesse dosar o ensino e acolher o aluno com carinho, este faria progressos e iria se dedicar aos estudos. “A bem de tais fins levem as lições, ensino e virtude, levem nas matérias explicadas o imã de seus fins: são por este modo estudos proveitosos e de fixa consistência” (CENÁCULO, 1791, p.11).

Na parte final da introdução Dom Frei Manuel do Cenáculo discorreu sobre a organização dos conteúdos das matérias de estudo, a articulação entre as ciências e o cuidado para que não ocorresse a interpretação errônea de que ao terminar uma etapa de estudos, fosse visto como algo pronto e acabado. “Quanto mais nele se penetra, mais se apuram as forças, porque se vê o que falta e muito deseja se possuir esse buscar” (CENÁCULO, 1791, p.13).

Naquele momento histórico o que estava em jogo não era apenas a defesa de um método de ensino, mas todo um sistema educacional permeado pelo conflito entre a ciência e a religião. Na obra **Cuidados Literários** o autor buscou nos fundamentos da história os subsídios necessários para falar sobre a construção do conhecimento sem a necessidade de eliminar a religião.

A construção do conhecimento no pensamento pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo deveria ser elaborada passo a passo. Para atingir esse objetivo o autor destacou a necessidade da boa formação do professor, principalmente do meio clerical, porque a maior parte daqueles que iam para as escolas ensinar eram padres. Aliada à formação, também era importante a racionalidade na seleção e na organização dos conteúdos nas áreas de estudos, que ele chamou de ciências, com o objetivo de estabelecer a articulação entre elas e ressaltando sua relação com o

real e o útil. Destacou ainda a necessária profundidade com que os conteúdos deveriam ser trabalhados.

Portugal não tinha e não conhecia, até aquele momento, experiências pedagógicas diferenciadas como aquelas iniciativas que ocorreram em outros países da Europa. O país estava passando por um processo de crise ou transformação política, social e econômica, a alternativa para superar as dificuldades foi investir na instrução (CARVALHO, 2001).

A proposta de Cenáculo de organizar a instrução pública numa unidade orgânica da escola primária à universidade, investindo na formação sólida do professor é um dos pontos que ligam o prelado ao ideário educativo do iluminismo e articula seu projeto educativo com as mudanças do processo produtivo da segunda metade do século XVIII, adequada para fomentar as mudanças modernizadoras no reino português. Ele ressalta que:

Qualquer tema para ser bem entendido, carece de ser profunda sua letra, seu espírito, seu íntimo. As combinações com que ele se refere a outros objetos, pedem exame de todos eles. Qualquer tema tem respeito a ciências e artes: tem locução, figuras dela, energia e religião. Em todas essas combinações tanta variedade pode haver, quanta abundância, com que os homens costumam adiantar seus pensamentos (CENÁCULO, 1791, p. 13).

Ao recomendar o cuidado com a abrangência dos conteúdos, o prelado destacou que não se tratava de habilitar todos os alunos enciclopedicamente e que nem todos os níveis de ensino poderiam ser alcançados por todas as pessoas, mas o ensino deveria ser organizado e articulado de maneira que o aluno, ao receber instrução em qualquer nível, fosse munido de conhecimento útil e o “quanto baste para ornar e servir a profissão principal de cada um, em que deve ser esmerado, e nela fazer os maiores progressos” (CENÁCULO, 1791, p. 13).

A forma como o prelado tratou a questão da instrução em observância às diferenças individuais, é mais um ponto que alinha sua pedagogia com a dos teóricos do iluminismo. Estes defendiam a tese de que a instrução deveria ser diferenciada para os diferentes grupos sociais. Cenáculo também orientava para a elite ilustrada uma formação científica e para a população rústica uma instrução catequética observando a virtude e os bons costumes (VAZ, 2011).

O diferencial de seu pensamento pedagógico está no sentido institucional do sistema de ensino, da seleção das matérias de estudos, da articulação dos conteúdos e da metodologia.

Diante dos eixos da organização do ensino, nos quais Dom Frei Manuel do Cenáculo ancorou suas recomendações e que denominou **Cuidados Literários**, defendemos a tese de que os objetivos da educação por ele apontados como princípio seguro de melhorar o “mundo físico e moral”, de restabelecer monarquias e de fazer “grata a sociedade”, que estão implícitos no seu pensamento pedagógico, foram úteis e estavam articulados com o contexto das ideias iluministas e com os objetivos da reforma dos estudos empreendida em Portugal no período.

Após discorrer, na parte introdutória da obra sobre o cuidado com a formação do professor, com a individualidade dos alunos e com a didática, Dom Frei Manuel do Cenáculo retomou o debate sobre os cuidados com o método de ensino e os conteúdos de ensino ou em termos atuais, das disciplinas curriculares¹².

4.2 Cuidados recomendados para a seleção dos conteúdos de ensino e o uso do método

4.2.1 Estudo da História Literária

A importância da organização dos conteúdos de ensino foi debatida novamente na obra **Cuidados Literários**. O autor se preocupou em estabelecer o estudo da história (geral e nacional), que chamou de história literária, como matéria de ensino prioritária para a compreensão da sociedade e do processo produtivo econômico e cultural.

Nas obras pedagógicas anteriores Dom Frei Manuel do Cenáculo, ao elencar o rol de matérias de estudo que compuseram, em linguagem atual, a matriz curricular do Plano de Estudos de sua Província em 1769 e na sua colaboração com a Reforma Geral dos Estudos Menores e dos Estatutos da Universidade em 1772, procurou articular o estudo da história com as demais matérias de ensino. Chamou a

¹² O termo disciplina e a expressão disciplina escolar designavam até o final século XIX a polícia dos estabelecimentos, a repressão dos comportamentos prejudiciais à sua boa ordem e a parte da educação dos alunos que para ela contribui. No sentido de conteúdos de ensino o termo está ausente de todos os dicionários do século XIX, por essa razão são utilizados os termos conteúdos de ensino e matéria de ensino para se referir às disciplinas curriculares do período em estudo (ADÃO, 1997, p.218).

atenção dos professores para seu estudo a seleção de livros e o planejamento das aulas de história. Ele próprio se ofereceu para escrever compêndios de história literária de Portugal durante sua assistência ao reinado de D. José I e governo do primeiro ministro Sebastião Carvalho e Melo.

Se desgraçadamente foi invisível por algum tempo este caráter de nossos maiores, afogados em modesta desunião de ânimos, que deixava prevalecer a fama dos defeitos, seja desembaraçada um dia a voz da verdade para recomendação dos estudos louváveis dos antepassados, vão também estes estudos que agora estabelecemos, prender o fio e fazer deles a continuação feliz de que se achado escuro já se tornaram verdade (CENÁCULO, 1794, p. 174).

Nos **Cuidados Literários** o prelado voltou a ressaltar o estudo da História Literária, com foco na história da cultura portuguesa, como forma de resguardar os valores cristãos da sociedade e avivar a lembranças das conquistas lusitanas dos séculos anteriores. “Qual impressão não faz nos leitores desta história a união de sábios armados contra a ignorância, diligentes e ativos em levar pelo mundo luzes, virtude e felicíssimas utilidades de espírito e corpo” (CENÁCULO, 1791, p. 14).

Ao expor os objetivos e os conteúdos que deveriam compor o ensino da história, Dom Frei Manuel do Cenáculo situou a finalidade de se conhecer a história para entender as opções feitas pelos homens e como seu estudo pode contribuir para que se entenda as consequências das atitudes deles, oferecendo a possibilidade de se evitar os mesmos erros e infelicidades.

[...] os estímulos alcançados pela leitura da história literária vendo homens formosos e respeitáveis serem crédito para a humanidade, vendo a estimação que desfrutam e vendo que seus estudos aprendam a afrontar a infelicidade, ser-lhes superiores, ensinarem e emendarem os homens (CENÁCULO, 1791, p. 14).

Um ponto chave do movimento dialético entre o ensinar e o aprender revelado na análise do pensamento pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo evidenciou a sua capacidade de elaborar e exemplificar procedimentos adequados para as diferentes matérias de ensino que ele incluiu no rol de conteúdos necessários para boa formação do professor, do clérigo, e da instrução que eles deveriam oferecer no desenvolvimento de seu ofício.

As Conferências Eclesiásticas são citadas pelo autor como um bom recurso para a organização dos estudos de história. Segundo ele, falar para a assembleia, treinar o ouvir, fazer o exercício de análise do que foi ouvido e pensar na elaboração da síntese, favorece a reflexão e a atenção sobre o que será falado, quem fala e

com base em quais premissas argumentará. Essa atividade requer leitura e fundamentação, por isto se constitui em ferramenta adequada para desenvolver o raciocínio. É possível transpor o exercício da assembleia para a sala de aula na qual a condução do estudo precisa seguir uma ordem para que os objetivos do ensino sejam alcançados.

Também deste uso dos estudos em conferência, ensina bastante a história literária, e só poderia alterar o prazer que ela de si causa, vendo-se falar dos seus objetivos, e exercício onde se desejam. O ânimo que apetece os progressos pessoais e domésticos pelo exemplo dos outros, desmaiaria não vendo os seus, quanto a aquela história inculca de outras universidades, e dos empregos destas bem avaliados, dos colégios, dos seminários, bibliotecas, escritos públicos, caracteres e notas de onda literária, arbítrios e métodos que tem a responder pela sua possibilidade, aquecido com elas luminosas vistas, que faíscam tais exemplos e tal leitura, se é generoso, se também divisa prêmios, aplauso e remunerações (CENÁCULO, 1791, p. 16).

O cuidado com a metodologia do ensino era tema constante nas recomendações pedagógicas de Dom Frei Manuel do Cenáculo, sua atenção assinalou seu olhar de professor sobre o planejamento das aulas e a necessidade de se buscar recursos diferenciados e adequados para o desenvolvimento dos conteúdos. Destacamos mais um diferencial da sua pedagogia, ele escreveu sobre matéria de seu conhecimento, mas principalmente do conhecimento aliado à sua prática.

Na vida política e pastoral o prelado revelou seu interesse pela conservação e a retomada da história geral, nacional e da história natural. Ao investir na compra de livros e outros materiais de cunho histórico, viabilizou a abertura de bibliotecas públicas, montagem de museus, mapotecas, laboratórios de história. Ele demonstrou de maneira concreta que o estudo da história era dinâmico e estava adequado à educação moderna e científica do período.

Na pedagogia de Dom Frei Manuel do Cenáculo encontramos a constante preocupação pedagógica em estabelecer a base do ensino na relação do aluno com a experiência concreta, daí sua persistência em abrir as portas das bibliotecas, dos museus e dos laboratórios para o público. Para ele, somente partindo do contato direto com os objetos de estudos é que seria possível elevar o raciocínio e atrelar a ele os conceitos abstratos.

4.2.2 Lição de métodos e avisos para o progresso das ciências

Os fins educativos obtidos com o uso de métodos de ensino diferentes transcenderam o debate da reforma do ensino em Portugal no século XVIII. A escolástica, como método de ensino centrado na repetição sem argumentação, não permitia o desenvolvimento do espírito prático exigido pela mudança do sistema produtivo. O questionamento sobre qual o melhor método para a apropriação do conhecimento científico gerou o debate no meio intelectual presente na história do desenvolvimento social, econômico, político e educacional.

Dom Frei Manuel do Cenáculo, nessa parte da obra, fez uma retrospectiva sobre a historicidade do uso do método científico na relação entre o ensino e a aprendizagem, buscou fundamentação teórica para subsidiar seu ponto de vista nos autores clássicos da antiguidade, assim como teceu uma linha de tempo articulando as discussões sobre o uso e os resultados dos métodos até chegar ao seu período histórico e localizar o debate na reforma do ensino em Portugal.

A argumentação do autor na defesa do método científico, ao citar Sêneca, Plínio, Santo Agostinho, São Boaventura, Erasmo e outros estudiosos que trataram do tema em espaço e tempo diferentes e distantes, mostrou sua capacidade de análise e sua articulação na busca pela melhor maneira de ensinar e aprender. Comprovou que seu posicionamento não se resumia em uma questão local ou de preferência particular, ele era fundamentado nos pilares sólidos da história.

Ainda que nos presentes dias se haja formado uma faculdade nova a este respeito de ensinar métodos, de conduzir a mocidade literalmente, de limar quantos embaraços tem a ciência escondida, para ela se ver no seu interior, e de facilitar seu alcance, contudo o espírito da sabedoria, que mais ou menos explicito também nas idades passadas há sido fiel em seus conselhos, fez que os homens já dissessem aos outros homens quais eram os caminhos de vencer a rudeza, e possuir conhecimentos dignos da mesma sabedoria. Não foram os antigos tão descuidados e negligentes como são hoje nesta parte os esquecidos de todas, ou de algumas virtudes dos maiores. Pela excessiva atividade nos últimos tempos não se há de negar a tentativa dos anos passados, ainda que sem curso expedido e perfeito. Hoje temos mais combinada instrução, mais aplicada a tempos e objetos, a circunstâncias, contudo o espírito e digamos o foco destas luzes acha-se nos mais antigos (CENÁCULO, 1791, p. 17).

O texto do prelado evidenciou mais uma característica de seu pensamento pedagógico, pois ele articulou o seu embasamento teórico com a sua prática. Ao mesmo tempo em que centrou na história os fundamentos que justificavam o uso do método científico e seus resultados para o desenvolvimento da sociedade, ele comprovou o valor do estudo da mesma no sentido dela possibilitar o entendimento de como surgiram e foram aplicados os diferentes métodos de ensinar e do uso que os homens de cada tempo fizeram dele. Ratificando a necessidade da inclusão da disciplina de história nos currículos escolares ele afirmou: “[...] nem deste lugar, nem da nossa possibilidade seria explicar tudo que se acha escrito para a doutrina dos homens em toda a extensão da história e do bem que ela conduz ao conhecimento da ciência” (CENÁCULO, 1791, p.17).

A leitura era o recurso indicado pelo prelado para iluminar os horizontes do conhecimento. No texto ele recomendou a leitura dos clássicos, e indicou obras diferentes para níveis diferentes de estudos e interesse. Enfatizou que na elaboração de um conceito ou no planejamento de um conteúdo a ser debatido, o professor (leitor) deve consultar vários autores para fazer a análise comparativa entre eles para depois emitir sua opinião. “De muito longe trará seu discurso quem pretende formá-lo com exatidão” (CENÁCULO, 1791, p. 21).

Criticou no texto o método escolástico de maneira moderada destacando seu ecletismo filosófico, já evidenciado em outras passagens de seu pensamento pedagógico. Alicerçado no “arbítrio da reflexão”, como possibilidade de combinar várias luzes para o melhor instruir, defendeu a leitura dos mais variados autores, mesmo daqueles considerados “profanos”, que podem ser lidos com o devido “cuidado”, para deles retirar o conhecimento necessário para fazer a crítica e apontar seus “defeitos” (CENÁCULO, 1791).

Dom Frei Manuel do Cenáculo se referiu aos séculos XVI e XVII como um período em que muitas “distrações” tiraram a atenção dos estudiosos da verdadeira utilidade do método e de sua boa qualidade, reduzindo o “adiantamento das letras”. Para o autor o equivocado uso que se fez do método nas escolas desde aquele período “[...] punham fogo lento na mocidade que os ouvia [...]” (CENÁCULO, 1791, p. 32), fato que não despertava a curiosidade, pois mantinha os alunos mergulhados na inércia e na ignorância do “bom gosto da ciência”.

Para o autor foram os “embaraços” que envolveram o método de estudo e as ciências nos séculos anteriores, aliados à conjuntura de forças sociais, políticas e

econômicas que resultaram na necessidade de se reformar o método de instrução para que ele se tornasse útil e prático melhorando a cultura em solo lusitano. Ele realçou que o século XVIII:

[...] adiantado quanto é possível artigo e quanto lhe diz respeito [...] assim o demonstraram as sociedades literárias, a instrução de bibliotecas, métodos de ensinar e de aprender [...] claridade e lume vivíssimo que avisa e recreia o espírito, tanto por exemplos como por doutrina, são coisas a encontrar a cada hora. E que em solo lusitano faltava [...] ordinariamente a abundância de outras luzes que alguns particulares não desconheciam, e que era necessário levantar a maior progresso, livre de contradições. Não seria para desagradecer a história de nossos estudos a notícia dos conhecimentos dignos das boas letras, que alguns eruditos nacionais já possuíam, contudo faltava-lhes favor, e imitação conseguinte que mais adiantasse esta causa (CENÁCULO, 1791, p. 22; 32; 33 e 34).

O projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo defendeu a necessidade de melhorar as condições de acesso à instrução e da missão educativa da Igreja em oferecer a todos os cidadãos informações práticas, úteis e verdadeiras que lhes dessem condições de se emancipar da superstição que os impedia de praticar a verdadeira fé, e de aproveitar melhor os recursos naturais para sua sobrevivência (CAEIRO, 1959).

O prelado procurou adequar o currículo dos cursos de formação de professores, clérigos ou não, às exigências do novo contexto científico e produtivo da sociedade burguesa que começava a emergir em Portugal. O seu plano de formação afirmou a utilidade da cultura científica opondo-se à tradição do método escolástico, seguindo os princípios do movimento iluminista, mas reforçando as bases do catolicismo português.

E quanto ao merecimento das matérias desejamos que os professores formem sujeitos práticos e capazes de interessar-se com dignidade e paciência sem limite na salvação das almas, que saibam agir reguladamente segundo as combinações individuais dos casos, lugares e necessidade, que é a alma dos acertos, que só usem dos meios como meios, e não como fins, isto é que os estudos não sejam estéreis, que toda a especulação deles vá dirigida a efeitos de virtude e santidade, que não pare com tanta canceira literária em a única razão de saber ainda que louvável seja querer distinguir dos irracionais e dar a alma o que lhe for devido (CENÁCULO, 1791, p. 548).

Conhecer a si e o mundo, ser livre para observar, experimentar, agir e pensar foram princípios defendidos pelo movimento iluminista que encontramos disseminados na pedagogia de Cenáculo devidamente adaptada à sua fé cristã.

Mas quem de boa fé quer melhorar a cada dia sua fortuna literária lança mão com tais estímulos desses livros originais e primitivos, e vai neles escutar grandes pensamentos e conhecer de bom posto como do céu caem a verdade das importantes histórias, e o encanto de formosíssimos conceitos. [...] Outros sábios levam o curioso ordenando a outros países onde veja a prodigiosa imaginação do homem derramada em conceitos e vozes que arrebatam devidamente nestes dias a curiosidade dos sábios europeus, decifrando as escrituras simbólicas, analisando vozes fecundíssimas, combinando-as entre elas mesmas e suas matrizes, e as das nações vizinhas [...] (CENÁCULO, 1791, p. 534).

O projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo explicitou seu ecletismo filosófico e sua opção em fazer uma crítica moderada, mas direta, sobre as questões teóricas e metodológicas do ensino que se desenvolviam em solo português. Suas ideias de promoção social e inovação técnica e científica não refutavam a tradição e o saber acumulado, mas orientava para a busca de atualização literária que unida aos bons conceitos dos “antigos” pudessem complementar o conhecimento do útil e do produtivo para a sociedade.

Quem estuda pela retidão desconhece os abusos, este é o modo de não abismar-se o homem de sua atividade e das leis sagradas. Se delas se distanciar será pessoa inútil, preguiçosa, prejudicial e atravessadora de mil coisas boas. Tais são os fins de regular os estudos pelos seus fundamentos antigos e novos, ajustados para entender e explicar os mistérios e ajustar a formação. [...] Já houve tempo em que nossos eruditos portugueses muito entendiam destes enigmas doutamente. Eles mereceram ainda mais do que respeito, a imitação. Se nossos trabalhos em promover estas aplicações desde o ano de mil setecentos e cinquenta e dois, dignas da Religião, dignas do Estado, não houvessem padecido interrupções desagradáveis, poderíamos agora lembrar e apresentar fadigas passadas e modernas dos nacionais que não desmerecem a boa e gloriosa companhia dos egrégios literatos recomendáveis hoje por esta profissão no templo da sabedoria (CENÁCULO, 1791, p. 518 e 535).

Ao situar os efeitos históricos do uso do método escolástico e dos resultados dele na cultura e no ensino de Portugal, Cenáculo também localizou o reino português no contexto europeu do debate pela modernização cultural e científica divulgadas pelo movimento iluminista. Seu ponto de vista histórico reforça a tese de que a importância atribuída ao ensino nas reformas realizados na segunda metade do século XVIII, em Portugal, identificou a escola como meio de difusão do projeto de centralização do poder político, caracterizando a boa educação como meio de melhorar o Estado.

Dom Frei Manuel do Cenáculo enfatizou nesta parte da obra **Cuidados Literários** que o método de ensino adequado deveria ser o recurso didático para conduzir o “espírito ao centro de suas propensões e capacidades” (CENÁCULO, 1791, p. 34). Por meio dele deveria ser preparado o homem para servir bem a sua profissão, seu Estado e Deus. Prescreveu que um país que tivesse a pretensão de se desenvolver cultural, social e economicamente precisava organizar seu sistema de ensino, pois os resultados dos estudos oferecidos ao povo constituem os frutos do conhecimento sistematizado na forma de satisfação com o trabalho, cumprimento da lei e felicidade da nação.

4.2.3 Estudo da língua grega, das línguas orientais, das letras humanas

Na obra **Cuidados Literários** Dom Frei Manuel do Cenáculo mais uma vez expressou a utilidade do método científico. Ao escrever o manual seguiu os princípios metodológicos do método que defendia, embasou suas ideias em exemplos concretos e conhecidos dos leitores, com o objetivo de proporcionar o melhor entendimento possível das questões que estavam presentes no seu meio social e que se constituíam em suas preocupações.

Essa foi a metodologia usada pelo autor para chamar a atenção sobre o estudo das línguas grega e oriental, principalmente o hebraico. O autor citou como exemplo da utilidade daquelas línguas no trabalho de evangelização feito pelo Apóstolo Paulo, destacou que os resultados obtidos pelo pregador foram positivos, porque além da iluminação divina, ele dominava as línguas dos povos aos quais se dirigiu. Enalteceu a desenvoltura e a autoridade com que o Apóstolo falou e escreveu ao ensinar os povos com utilidade e edificação (CENÁCULO, 1791).

O critério de utilidade dos estudos era um dos princípios que sustentaram o pensamento pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo, dando mostras de seu alinhamento com as características da pedagogia iluminista, e também com a política pedagógica do Estado Absolutista português em processo de modernização (VAZ, 2002).

Para o autor, estudar línguas era necessário para possibilitar a leitura dos livros sagrados e das obras repositórias do conhecimento antigo na sua versão

original, evitando o risco da leitura dos intérpretes, que segundo ele, poderiam interpor seus pontos de vistas na tradução dos autores doutos. Essa possibilidade, ressaltou ele, não significa maldade ou ignorância, mas pode ser um “defeito” involuntário do tradutor ou do intérprete. “Nos intérpretes além de vícios negativos há positivos, há caprichos, e outros defeitos inimigos do legítimo fruto e que desviam o Ministério da Palavra da sua fidelidade natural” (CENÁCULO, 1791, p. 46).

Outro “cuidado” recomendado pelo prelado com relação à leitura era a necessidade de evitar o contato apenas com parcelas das obras, porque esta atitude não permitiria ao leitor a compreensão das variantes que integraram o pensamento do autor que escreveu a obra.

[...] necessário é, portanto desarraigá-lo do sistema de gostar-se só do frívolo, da casca das coisas e de certas teimas dos costumes [...] quando se trata de um discurso sobre um texto com dignidade, faz-se boa obra mas é pelos mestres. O comum dos pregadores, ou por falta de tempo ou de habilidade em realizar uma coisa em que há crescidas dificuldades, não informa os fiéis sobre o resto da doutrina que encerra em um capítulo inteiro, quando o todo é necessário para ser conhecido fazerem frutos nos homens, dignos do Espírito Santo (CENÁCULO, 1791, p. 46).

Dom Frei Manuel do Cenáculo afirmou nesse texto que o acesso ao conhecimento verdadeiro contido nos livros só seria possível se o leitor tivesse o conhecimento da língua na qual o original se apresentava, principalmente o grego e o hebraico e não somente o latim. Esse conhecimento não poderia ser centrado na decoração de palavras, mas no domínio autônomo da fala e da escrita para que a interpretação não fosse fragmentada e que o discurso se tornasse consistente para não cair na esteira da abstração, vazio de conteúdo, centrado em passagens decoradas do texto e principalmente, saber que só quem conhece e domina uma língua pode discutir sua utilidade ou não.

Para fundamentar a importância e a defesa dos estudos das línguas grega e oriental o autor fez referência aos sábios medievais, assim como lembrou que os escolásticos também se serviam do estudo do conhecimento da língua grega e hebraica nos seus estudos.

Não eram tantas as trevas que não brilhasse em alguns sujeitos a literatura grega. [...] Os escolásticos até onde alcançavam, delas se serviam, S. Boaventura e Santo Tomás lembram de palavras gregas [...] se acaso não eram peritos naquela excelente língua pelo caráter de seu século, não a desprezaram (CENÁCULO, 1791, p. 48).

O objetivo do prelado ao fundamentar sua argumentação sobre a importância da inclusão e a manutenção da disciplina de línguas grega e hebraica nos currículos escolares, principalmente dos estudos voltados para a formação do clero, estava centrado nas dificuldades políticas pela qual Portugal estava passando e também pelo sentimento de “afrouxamento” que observava na defesa que o meio clerical deveria fazer da tradição cristã. Além disso defendeu que, naquela conjuntura social e política, todos os cursos da Universidade deveriam oferecer e exigir o estudo das línguas grega e hebraica. “Médicos, juristas, teólogos, devem ter todos o mesmo espírito de verdade e boa fé em tratar as letras como pede a constituição polida destas faculdades” (CENÁCULO, 1791, p. 51).

Ao se reportar à utilidade e à necessidade do estudo da língua hebraica, o autor reconheceu que parte da resistência a ela era atribuída às dificuldades em ensinar e aprender o hebraico, mas, também ao desconhecimento de sua importância para a compreensão da tradição cristã. Ele alertava seus leitores para o fato de que quem não conhecia a essência das coisas não as poderia criticar ou defender.

Véu sombrio é o que esconde a reflexão de que a língua em que Deus falou aos homens, e lhes participou seus ocultos Mistérios, tem dignidade para ser entendida. [...] Os Judeus os mantiveram em propriedade que por isso mesmo deve ser vigoroso entre os Católicos para os combaterem dentro de seus mesmos baluartes. [...] Era contudo preciso digerir preceitos e formar artes que facilitassem um estudo que só deste modo é menos áspero (CENÁCULO, 1791, p. 54-57).

A perspectiva pedagógica do discurso do autor nos indica a necessidade do uso de um método de ensino organizado sistematicamente pelo professor, apoiado no uso de recursos que possibilitassem ao aluno superar as dificuldades aparentes da disciplina, para isso o mestre precisaria conhecer com profundidade o conteúdo de sua área de trabalho. O autor expressou esse cuidado com relação a todas as disciplinas de estudo.

Outro cuidado que o autor revelou foi o de contextualizar a sua concepção pedagógica sobre o estudo do hebraico com a história de Portugal, evidenciando a articulação da educação com o contexto político daquele momento histórico. Historiou no texto o estudo da língua hebraica, as raízes existentes sobre o conhecimento e o uso do hebraico em Portugal desde os séculos anteriores, citando autores e obras escritas naquele país ou que circularam em solo lusitano.

[...] As mesmas intenções no estudo do hebraico tinham curso neste reino. Amigo eu de mostrar com provas o que se oferece de maior, ou menor clareza, segundo dita o espírito da verdade, e da prudência, que não rejeita com tudo conjecturas e boas suspeitas, nem havendo agora tempo para descrever provas desta última espécie, aponto as demonstrações que fazem ver nossa curiosidade (CENÁCULO, 1791, p. 63).

No texto sobre os estudos das línguas grega e oriental o autor sugeriu como um possível recurso de aprendizagem o uso da música e do canto, porque eles envolvem o coração do aluno e dos fiéis e poderiam ajudar a superar as dificuldades da aprendizagem da língua e também favorecer a participação adequada na missa ultrapassando o vício da repetição do “Amém” (CENÁCULO, 1791).

Para o autor, o “amém” dos fiéis, como resposta decorada e verbalizada em momentos pré-determinados da missa, não significava o entendimento e a participação consciente na missa. O costume tirava do sermão e da missa a qualidade educativa que Dom Frei Manuel do Cenáculo julgava necessária, o que tornava o discurso vazio de sentido e significado, da mesma forma que o método de ensino centrado na repetição sem a análise do conteúdo também não conduzia a uma instrução útil. “Estas comparações assim feitas, cortar-se-á por uma prática definidora e condescendente para haver de ser frequentado o Santo Rito com a devida sinceridade” (CENÁCULO, 1791, p. 41).

Para ele, a missa e o sermão eram recursos educativos, precisavam ser entendidos pelos fiéis. Se não fossem claros os ensinamentos, não ocorreria a mudança no modo de ser e de agir dos fiéis, logo, não ocorria a aprendizagem. Assim o autor justificou a necessidade do uso do método que permitiria partir sempre do mais simples até chegar ao mais complexo, respeitando as limitações daqueles que receberiam o ensinamento.

O conceito de educação no pensamento pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo não era restrito aos aspectos acadêmicos do processo de ensino e de aprendizagem. Na sua ação política, pastoral e educativa encontramos sua atenção voltada para a educação em seu sentido amplo como meio de melhorar o modo de vida da sociedade.

Em várias passagens da obra **Cuidados Literários**, ele lembrou o leitor de que era obrigação do clérigo ajudar os fiéis a superarem a superstição e a ignorância. Cenáculo era um teólogo e no cumprimento de seu ofício tomou como missão melhorar a formação dos padres e também oferecer aos fiéis de sua diocese

recursos educativos para que pudessem valorizar seu trabalho como forma de glorificar a Deus. Para o autor, a atitude do cristão era cumprir sua “profissão cristã” e depois rezar a Deus, o “pão nosso de cada dia” dado por ele só se materializaria com o esforço e diligência de cada um (CENÁCULO, 1791).

Ao analisar o posicionamento de Dom Frei Manuel do Cenáculo com relação ao compromisso educativo dos clérigos como padres e professores, verificamos que ele sinalizou a responsabilidade na execução do ofício: planejamento das aulas, aprofundamento de seus estudos, observação das diferenças individuais de seus alunos, atenção e carinho com aqueles que precisavam de sua “iluminação”. “Quem as souber não levará sobre as regras e a ordem leviandades e costumes de reprovação” (CENÁCULO, 1791, p. 6).

Aos cuidados com o estudo das línguas grega e oriental que, na perspectiva pedagógica de Dom Frei Manuel do Cenáculo, dariam suporte ao estudo e à compreensão das três fontes da verdade cristã: as escrituras sagradas, a patrística e a tradição, ele inseriu os cuidados sobre os estudos das letras humanas¹³.

O estudo das ciências, denominado no texto genericamente de letras humanas, era necessário: ao Estado para desembaraçar as ideias e renovar os estudos; aos clérigos e a todos aqueles que dedicavam ao ofício de ensinar porque tornava o ensino útil e dissipava com luzes as sombras da superstição e da ignorância. “[...] donde temos duas coisas e entender: a primeira trata do estudo das

¹³ Sobre letras humanas: o termo, que teria surgido no latim medieval e permaneceu em uso até o século XVII, é baseado na distinção entre “coisas divinas e coisas humanas”, que se tornou usual a partir do início da era cristã, sendo documentada, por exemplo, em Varrão (século I d.C.) e Cassiodoro (século V-VI d.C.). Designava os escritos profanos, opondo-se assim às expressões *scriptura e divina litteratura*- atestadas desde o século II d.C. em Tertuliano e Cassiano, empregadas em relação à Bíblia e a escritos religiosos. O conceito, portanto, apresenta um fundamento teológico, não procedendo pois, à seguinte definição, defeituosa tanto por listar elementos heterogêneos aproximados sem critério, quanto por incorrer em anacronismo, ao caracterizar uma noção antiga e medieval com base numa classificação moderna dos discurso escritos, construída a partir da ideia romântica de “imaginação”: *humaniores litterae*, designava a atividade da imaginação, direcionada em poesia, prosa teatro, ensaio, eloquência, retórica, por oposição aos textos científicos ou filosóficos. Tais especulações filosóficas, ao que tudo indica, acabam instrumentalizadas, a partir do século XVI, para o reconhecimento de classes discursivas distintas, estabelecendo-se oposição bastante clara entre o que se chamou “letras humanas” e “letras divinas” ou “ciências humanas” e “ciências divinas”, equivalência perfeitamente normal numa época anterior à separação entre ciência e literatura. Assinala-se ainda que nos dicionários portugueses mais antigos encontram-se consignada a distinção “letras (ou ciências) divinas/letras (ou ciências) humanas”. Acreditamos contudo que é mais apropriado pensar-se num influxo recíproco desses conceitos, que se fortalecem mutuamente ao longo do século XVIII, quando se vai definindo, no campo da filosofia, uma reflexão sistemática sobre a ideia de beleza artística, que veio a chamar-se estética (SOUZA, 2003, p. 85-91).

belas letras e segundo do caráter delas que deve respirar nas ciências severas” (CENÁCULO, 1791, p.74).

Da mesma forma que o autor fundamentou a base dos estudos do grego e das línguas orientais nos estudiosos dos séculos anteriores, também fundamentou seus cuidados com os estudos das letras humanas citando estudiosos “antigos”. Destacou que o interesse pelo conhecimento sobre as letras humanas esteve presente desde a antiguidade. Porém, em alguns períodos da história ele foi tolhido pelo método de ensino escolástico e pelo currículo do *trivium* e do *quadrivium*, que para ele, incluiu apenas “especulações” sobre a ciência de maneira fragmentada sem permitir seu estudo com base na observação e na experimentação da realidade e sem o amparo da leitura dos livros “que merecem louvor”.

De outros livros era necessário o estudo e mais ousadia do coração e maior fortuna do magistério. [...] Se os indisciplinados querem desconhecer suas virtudes, contudo as pessoas advertidas muito delas aprendem. Estas afeições recíprocas bem as entende quem trata honestamente o mundo (CENÁCULO, 1791, p.176).

A utilidade das ciências para os estudos de formação dos clérigos e dos professores em geral, deveria ser baseada na seleção dos conteúdos dos vários ramos do conhecimento. Eles estavam, segundo ele, contidos nos livros “profanos”, ou seja, o conhecimento científico não seria encontrado na literatura sagrada, por ser um conhecimento centrado na razão humana, mesmo sob a iluminação divina, ele seria encontrado nos livros nos quais os homens estudiosos da natureza, registraram suas experiências e observações. Para colher esses resultados, eles se utilizaram do método científico. O autor se pautou em dois argumentos para justificar os estudos das letras humanas: os antigos autorizam com seu conhecimento a utilidade e a erudição do profano; e a razão que mostra agradável no exame e no trato do conhecimento (CENÁCULO, 1791).

Dom Frei Manuel do Cenáculo ao comentar a utilidade do conhecimento científico para a explicação e a compreensão das necessidades humanas, não deixou de assinalar que todo o conhecimento não estava separado de Deus e nem da religião, ao contrário, para ele quanto maior o conhecimento adquirido pelo homem, melhor seria seu relacionamento com a natureza, e conseqüentemente, maiores graças ele renderia a Deus por ser o provedor de toda a riqueza natural da qual sua razão poderia usufruir.

Ao analisarmos a linha de raciocínio do prelado, sobre a utilidade do conhecimento científico para a vida prática da sociedade, observamos que ele censurou a fragmentação que o procedimento de ensino escolástico fez das ciências, recortando parcelas de algumas delas e fazendo do seu estudo apenas uma repetição de alguns conceitos sem a devida reflexão sobre seus preceitos.

Observamos que Dom Frei Manuel do Cenáculo avaliou negativamente, em várias passagens da obra **Cuidados Literários**, o ensino dos escolásticos ancorando sua argumentação nos autores da antiguidade e nos doutores da Igreja. Seus questionamentos não foram radicais como as críticas feitas por outros representantes do movimento reformador português como Verney (1713-1793) e Ribeiro Sanches (1699-1783), mas ele deixou evidente seu repúdio à baixa utilidade prática do ensino escolástico.

Na segunda metade do século XVIII a escolástica como um conjunto de conhecimentos ou pensamento ou como um método ou processo de exposição, foi um dos eixos em torno do qual giraram os debates filosóficos que causaram questionamento sobre sua eficácia.

Sobre a escolástica do século XVIII observou-se que ocorreu o uso de uma só expressão com dois sentidos: escolástica, como abstração intencional, como processo de pensamento inútil, expressão formal e vazia. Neste sentido identificava-se com o que, na época, se atribuía, comum e adjetivamente, à escolástica. O outro sentido, noção objetiva da escolástica, surgiu como domínio de conhecimento subordinado e subsidiário da Dogmática. Isto é, admitem-se questões escolásticas de objeto real, que fundamentam ou implicam as resoluções versadas no domínio da dogmática (CAEIRO, 1959, p. 76).

Para Cenáculo, as questões escolásticas não compreendiam apenas um tipo de atividade filosófica. Na larga compreensão do termo, ela era a obra dos escolásticos antigos, aceitos pela tradição filosófica como autores recomendados pela Igreja, adotados nas escolas e abrangendo o grande período que se sucedeu à Patrística. Conforme a aproximação do pensamento dos filósofos com os Doutores da Igreja, eles seriam, para Cenáculo, mais ou menos escolásticos.

Dom Frei Manuel do Cenáculo considerava aceitável a escolástica quando ela era útil para a compreensão dos dogmas fundados nas Escrituras e Santos Padres. Defendeu uma nova orientação na busca do saber positivo e exato, demonstrou o desejo de libertar o pensamento de qualquer dependência teológica ou canônica, colocou a razão como autoridade para estabelecer o rigor do conhecimento

científico. “O gosto do real marcou a crítica moderada que o prelado teceu sobre o uso abstrato e evasivo às coisas reais e naturais que os homens dos séculos anteriores fizeram da escolástica” (CAEIRO, 1959, p. 117).

Quiseram sempre nossos maiores civilizar seus pensamentos, nascia o defeito dos que tanto fizeram ordinariamente não de falta desta vontade fim de que os mais aplicados eram rudes ou imperfeitos nestas erudições segundo as trevas ou luz dos séculos. Conhece-se que a paixão por estudos certos ocupava os mais antigos, e que a falta de reflexão e agudos espinhos das matérias escolásticas não davam lugar nem consentiam flores. Pelo comum não era uma certa contrariedade ao ditame de se estudarem as letras amenas, pois advertem os sujeitos versados no interior dos séculos que neles respira uma vontade de estudar e saber tudo quanto se conhecia, não era falta de ânimo e disposição para o bom, era mais depressa Ave infausta que havia devorado o alimento delicado, por isso entre as mesmas especulações se encontram os estudos e desempenhos da história natural, de matemática e de quanto abrangia o *trivio* e *quadrivio* [...] e reduzidas letras faltando astronomia, geometria e a retórica da bem entendida linguagem e outras partes da filosofia profana (CENÁCULO, 1791, p. 72-73).

Dom Frei Manuel do Cenáculo teve o cuidado de situar seu debate no âmbito da sociedade portuguesa, ao mesmo tempo em que se expressava sobre as questões amplas que envolveram o desenvolvimento do conhecimento científico e dos diferentes resultados advindos do uso do método científico e do método de ensino escolástico, e chamava a atenção do leitor para se atentar sobre os resultados desse embate em solo lusitano.

Dessa forma, Cenáculo, mais uma vez deu um exemplo de como aliar teoria à prática, pois para ele o exercício da leitura só é válido quando o texto é de fácil compreensão, útil e acessível ao público leitor.

Se olharmos o nosso estado interior, sem falar no século da reforma geral e mais sensível das letras, mas sim atendendo ao exemplo dos mais velhos a que ordinariamente se recorre, veremos que desde o princípio do reino se manifestam desenganos de tudo quanto havemos proposto, ainda que verificamos a maneira de seus dias recaindo ordinariamente a nota sobre o tempo e nunca sobre os ânimos (CENÁCULO, 1791, p. 75).

A crítica implícita no trecho acima evidencia dois cuidados a serem tomados antes de se adotar uma posição a favor ou contra uma corrente teórica: procurar conhecer suas bases e observar como a teoria é utilizada pelo grupo social dominante. Ao delinear esses cuidados, o autor aconselhou aos professores para

que fossem criteriosos ao adotar suas bases teóricas de trabalho para não serem vítimas da aparente totalidade.

Para Dom Frei Manuel do Cenáculo, o conhecimento das línguas antigas ou modernas favorecia a apreensão de conceitos mais fiéis ao pensamento original dos autores publicados. A partir do conhecimento adquirido no exercício da leitura, análise, discussão, experimento, observação e conclusão é que seria produzido o conhecimento científico local, divulgados na língua materna do estudante. Destacou que foram os conhecimentos científicos de estudiosos portugueses dos séculos XV que promoveram o movimento das navegações, fato que ele citou para comprovar a existência de estudos de humanidades e publicação de estudos científicos na história de Portugal.

Os varões portugueses no incomparável uso das armas assinalados, pela notícia que tiveram da história e da geografia antigas, conceberam ardente amor da glória. Aquela notícia foi princípio das revoluções para os exames geográficos e conquistas [...] Ela propunha o bem moral e a dilatação do evangelho [...] buscavam estranhos para o comércio e a inteligência recíproca (CENÁCULO, 1791, p. 85).

Dom Frei Manuel do Cenáculo retomou o contexto histórico de Portugal para falar sobre a formação da língua portuguesa e da produção científica local. Relembrou a fundação do Reino, a expulsão dos islâmicos, o combate aos protestantes, o estabelecimento de relações diplomáticas com outras nações europeias, a riqueza oriunda das colônias e os gastos excessivos da coroa, a distribuição dos favores régios e a diferença entre os grupos sociais que formavam a população do reino e sobre a reforma dos estudos.

Fundou-se a monarquia com religião, moralidade e leis judiciais. Fundou-se com povoação, comércio, e agricultura, através de espinhos e rude massa fizeram aparecer aqueles varões de exemplo e credores de emulação generosa, um mundo novo, rico, abundante, saudável e provido de força e virtude para competir com os séculos do mundo e para a eternidade. [...] Mas dias foram apoucados em alguns gêneros [...] os antepassados entendamos haverem sido sem controvérsia originais em bem das coisas, a respeito das quais fácil era o acrescentamento na sucessão dos dias e de novas luzes [...] Desçamos ao particular dos sujeitos e das coisas. Quem não desconta erros desculpáveis por algumas virtudes que os compensam (CENÁCULO, 1791, p. 89-91).

Ao fundamentar na história do Reino português o valor e a necessidade do estudo das ciências humanas, expressou o compromisso de transformação

iluminista que leva à concepção da história como progresso, como possibilidade de melhoria do ponto de vista do saber e dos modos de vida do homem¹⁴.

Dom Frei Manuel do Cenáculo, ao discorrer sobre os marcos históricos, procurou apresentar razões práticas para que o leitor pudesse compreender a importância de estabelecer as relações entre o passado e o presente como subsídio para avaliar os caminhos a serem percorridos na organização dos estudos e de seus resultados para um fim honesto e útil.

4.2.4 Lógica

Na obra **Cuidados Literários** Dom Frei Manuel do Cenáculo salientou a importância da utilidade do conhecimento, do uso de uma linguagem clara e lógica para o acesso a ele e do uso de instrumentos (métodos) adequados e necessários para se chegar ao verdadeiro conhecimento.

Nessa parte da obra, o autor articulou entre os títulos Lógica, Geometria, Matéria Silogística, Método Matemático e Estudo da Matemática, a crítica sobre a lógica tradicional aristotélico-escolástica. Destacou a eficiência e a praticidade do método geométrico ou matemático e demonstrou mais vez seu procedimento moderado ao evidenciar os pontos sobre os quais questionou a falta de objetividade da lógica tradicional.

Ele lembrou aos leitores que seu objetivo era esclarecer sobre a utilidade do método e que não era sua intenção provocar disputas. “Não queremos apresentar-lhe batalha em tom acre e arremessador, mas diga-se a natureza das coisas mansamente” (CENÁCULO, 1791, p. 4).

A apreciação desfavorável ao estudo formal da lógica escolástica, na segunda metade do século XVIII, era difundida na Europa e em Portugal foi tema nas obras de Verney (1713-1792) e Azevedo Fortes (1660-1749).

Verney indica a necessidade de sua época em renovar os estudos de lógica para além dos estudos de Aristóteles, que considera insuficientes para o contexto dos estudos modernos. A lógica dos Antigos, finaliza, é um método ou regra que ensina a julgar bem. Para Verney, a lógica não deveria pressupor regras artificiais, mas sim, ser pautada na observação. Ao observar, poderão ser

¹⁴ Voltaire, Condorcet e Turgot são os que mais contribuíram para formular a noção de um devir histórico aberto à obra do homem, suscetível de receber as marcas que o homem lhe quer imprimir. Essa noção serviu para apagar o sentimento de fatalidade histórica que impedia qualquer iniciativa de transformação (ABBAGNANO, 2003).

identificadas algumas leis, mas que não são artificiais, mas sim, naturais. [...] Analisa o ensino da lógica nos colégios portugueses, que se pautam na Lógica dos escolásticos. Afirma que essa lógica não tem utilidade e que leva a confusão. [...] Finaliza a discussão sobre Lógica discutindo a questão central dos antigos contra os modernos: o argumento da autoridade. Seu posicionamento é de um moderno, e critica o argumento da autoridade (RUCKSTADTER, 2012, p. 187-188).

Dom Frei Manuel do Cenáculo retomou o debate centrando sua crítica na ausência de objetivo prático e de aplicação real dos resultados da lógica escolástica, centrada na tradição formal do silogismo. O autor também destacou os aspectos metodológicos do uso da lógica com a finalidade de transformá-los em instrumento para guiar a investigação científica.

Para Dom Frei Manuel do Cenáculo o método e as regras da lógica tradicional não significavam sua ruína, mas impediam a verdadeira compreensão da natureza das coisas. Ele defendia a discussão da realidade concreta e repudiava os debates puramente formais e as estéreis demonstrações silogísticas.

Esta consideração nos faz parecer supérfluo, quando não entendamos ser prejudicial, o sistema de que para buscarmos a verdade das coisas, e talvez para nos desviarmos dela, ou divertirmos, multipliquemos nossos trabalhos por acrescentamento de palavras e confusão de ideias e de vozes. [...] Não afeiçoemos as palavras simples com tais modos, que perturbem a razão e o fio da verdade, porque então mais desaparece. Nossas proposições tenham clareza e ordem (CENÁCULO, 1791, p. 96).

O autor realçou a importância da razão, da coerência, da conclusão sem contradições centradas em conhecimentos que favorecessem a aprendizagem das coisas simples como base para apreender conceitos científicos. Para ele, a aprendizagem não significava somente debater e repetir sem chegar a uma conclusão, ele indicava que o questionamento era válido mas era preciso ter cuidado com o rumo tomado pelo diálogo, todas as questões deveriam ser verificadas e encaminhadas para uma conclusão, evitando que:

[...] a refração e a conversão delas não sirvam de emulação como coisa impertinentíssima a nossos estudos e escolas, onde a prisão de silogismos simples, porém modificados: onde o enredo hipotético de proposições condicionais, conexas, disjuntas, convergentes por muitos modos de termos infinitos de transposições deles muito sagazmente aplicados, e semelhantes amostras de engenho desocupado, não devem ter outra reputação que não seja a de jogo de espírito para horas de passatempo, já que nem quando tal estudo era emprego da vida literária dos mais raros engenhos, se souberam estes mesmos entender nos exercícios públicos com teias tão subidas e levadas ao galarim, onde a imaginativa perdia o alento, e

só muito do espaço com adjuntório de escrita lhes podiam dar o possível alcance no estudo particular (CENÁCULO, 1791, p. 96).

O emprego do formalismo escolástico foi criticado por Dom Frei Manuel do Cenáculo no decorrer de todo o texto, uma vez que ele condenou o uso da argumentação em benefício de si próprio para convencer sem fundamento e com o objetivo único de vencer uma disputa. Destacou que o valor de saber argumentar está no uso da razão, do conhecimento verdadeiro, adquirido com observação, experimentação e diálogo. Ele chamou a atenção dos professores sobre a necessidade de organizar seu pensamento e sua fala de maneira clara e objetiva, para que durante suas aulas, mesmo que o assunto seja complexo, seus alunos possam acompanhar seu raciocínio e aprender corretamente os conceitos científicos estudados.

Defendia que o método é a alma dos bons estudos, o professor pode utilizar o método do diálogo para despertar no aluno o interesse e o envolvimento com os estudos, mas deve evitar a prolixidade, os excessos e as superficialidades que o uso indiscriminado de silogismos pode acarretar. Para ele uso de até quatro e no máximo cinco silogismos, era um número suficiente para se expor com energia qualquer razão de duvidar sem perigo de se extraviarem para outro assunto, para isso ele recomendou o cuidado que o professor deveria ter em fundamentar com clareza e objetividade o tema de sua aula (CENÁCULO, 1791).

Para o prelado tudo quanto o homem falava sempre usava silogismo, ele não negou sua existência, mas salientou que ele deve ser usado sem abuso. Ao enfatizar o uso abusivo do silogismo, Cenáculo criticou o excesso que os escolásticos faziam dele no seu método de ensino. Conferiu lugar de destaque na sua orientação pedagógica ao método do diálogo ou método socrático, devido a sua condução básica entre perguntas e respostas.

O Método Socrático é composto por silogismos de temível instância, e bem aceita beleza pela sua simplicidade e ar nobre, natural e veemente. Donde se conclui que a virtude da forma silogística é como condutor que vai dirigindo e donde a participar a distribuição dos conceitos. Se é bastante a pessoas briosas e ingênuas esta pequena diferença de fazer mais sensível a distribuição de ideias, é que parece ser necessária somente a quem não se costuma à pronta reflexão, e está como os meninos esperando alimento líquido, seja assim como pretende. Contudo haja de entender-se que a fórmula silogística não tem outro vigor interno de persuadir que não tenha o Método Socrático e qualquer conversação de discurso bem conduzido (CENÁCULO, 1791, p. 99).

Dom Frei Manuel do Cenáculo fez uma minuciosa análise do uso prático da lógica tanto para o discurso bem direcionado, quanto para a escrita bem articulada. Novamente deu mostras de seu domínio metodológico, centrado na experiência concreta, usou como exemplo a evangelização do apóstolo Paulo, lembrando que sempre os “sagrados escritores” se pautaram pelo uso da lógica como recurso acessível e direto para dispor suas ideias ordenadamente no trabalho de ensinar e pregar.

Orientou os professores para terem o cuidado de utilizar palavras compreensíveis, naturais, durante suas aulas, para não dificultar o pronto entendimento de quem os escutasse, porém, alertou que seria preciso empregar cautelosa observação para que o vocabulário fosse enriquecido gradativamente, sempre no sentido de melhorar o entendimento, o acesso a novos conceitos, e que “nunca prevaleça o caráter de apenas sofisticar” a fala e a escrita (CENÁCULO, 1791, p. 102).

Dom Frei Manuel do Cenáculo, no desenvolvimento de sua reflexão sobre o uso prático e correto da lógica, questionou sobre a forma como historicamente ela adaptou-se às necessidades e interesses daqueles que fizeram uso dela. Registrou no texto seu respeito por Aristóteles e elogiou sua conduta científica e sobre ela teceu sua crítica com moderação.

Sua delicada capacidade entendia-se maravilhosamente com os objetivos científicos, ele conhecia os homens, a todos buscava pelos caminhos de cada um e com todos se achava. [...] passou por isso ao gosto de todas as idades e escolas a ociosa lida de ostentar engenho em que Aristóteles foi eminente promotor, esquecendo porém seus sectários em grande parte o que ele deixou digno de ser estudado. Muita coisa útil tem seus Analíticos e Tópicos, os Elencos que servem para a repulsa dos sofistas (CENÁCULO, 1791, p. 95).

Ao falar sobre as características originais da lógica enunciadas por Aristóteles, Cenáculo voltou a reforçar seu posicionamento sobre o acesso às obras originais dos autores para compreender o verdadeiro sentido que o autor deu aos conceitos utilizados. Apesar de discordar do abuso da abstração da lógica aristotélica, Cenáculo não a refutou, somente alertou para a necessidade de se estudar com aprofundamento e buscar sempre a verdade antes de se assumir uma atitude que pode não ser compatível com a realidade.

4.2.5 Geometria e método geométrico

Para Dom Frei Manuel do Cenáculo, a geometria deveria ser aplicada na totalidade da compreensão real da natureza. Para ele, a geometria representava a mecânica do mundo e definia a essência dos fenômenos naturais em suas propriedades gerais e universais.

Este é o estudo da geometria com que a alma se prepara para o descobrimento da verdade. Para desengano da travessura do homem se há malquistado esta espécie de matemática. Geômetras são pessoas úteis. [...] A geometria é a ciência das propriedades de extensão, cujas combinações começando a fazer-se entre os homens nasceram simples e depois pela sagacidade, gênio de intervir e trabalho é chegado à sublimidade, que assim merece ser chamada a perfeição que hoje a vemos (CENÁCULO, 1791, p. 109).

Argumentou que o método geométrico é simples e objetivo, por esse motivo, auxilia no conhecimento da natureza e esta deveria ser conhecida e estudada, observando-se o uso da razão para que os resultados fossem revertidos em benefício dos homens. Para ele, o raciocínio geométrico conferia uniformidade ao estudo e ao entendimento, demonstrava força porque permitia a observação e experimentação em qualquer matéria de estudo.

O prelado enfatizou que a geometria servia com certeza, utilidade e harmonia para a formulação e organização do pensamento racional, ela seguia um modelo de ordem em articulação com uma técnica didática que permitia racionalizar a natureza.

Geometria que forma o método de examinar a verdade, e vê-la nos objetos com a limpeza com que Deus a criou, Geometria que dirige a mente para descobrir a falsidade, para fazer ver aos outros, para chamá-los ao bom caminho, e ciência que toma a si o espírito, e o coloca entre objetos de certeza, de verossimilhança, de conjectura e probabilidade, e obriga a fazer separação destas ideias, não confundi-las, e estabeleçê-las na ordem de cada uma, ensinando a precedência que há entre os conhecimentos de maior e menor clareza, entre o provável e o certo, entre o essencial e o acidental (CENÁCULO, 1791, p. 111).

Para ele, a origem da geometria era ligada diretamente às necessidades práticas da vida humana. As operações geométricas permitiriam a resolução de problemas do cotidiano auxiliando de maneira simples a condução das questões naturais afastando as manifestações supersticiosas. Para o autor, esta era uma qualidade que a tornava importante e imprescindível nos estudos.

A geometria dá pensamentos medidos e ajustados, assegura e detém a atenção para o que se dê às coisas o valor que elas merecem, não há objeto miúdo que se lhe esconda, aplicado seu método a ordem moral faz o homem impaciente pela verdade [...] e

quando os encontros da oposição se lhe fizerem sensíveis, como ele não gosta do erro unem-se à moralidade e a sugestão geométrica e ensinam a conter a malícia (CENÁCULO, 1791, p. 128).

Cenáculo reforçou nos **Cuidados Literários** que o espírito do método geométrico é rigoroso e pode discorrer sobre qualquer matéria sem “abuso”, porque ele só encaminhava pela estrada das luzes, mostrava sempre a verdade com base em provas legítimas, por isso servia à Religião com virtude, sem embaraços e equívocos (CAEIRO, 1959).

Para melhor explicar o caráter útil da geometria e demarcar sua crítica ao modo como a escolástica era utilizada no século XVIII, o prelado apontou os seguintes resultados:

- Poderia haver semelhança entre o bom lógico e o geômetra na especulação e arrumação das ideias. Mas que diferiam no emprego quando o escolástico deixava as coisas reais, naturais e os argumentos da revelação. Não se ocupando na metafísica importante que ajuste as coisas da religião, ele se ocupava de ideias abstratas e extraordinárias e nelas vivia;
- Se a instrução da aritmética, da geometria, e da álgebra sobre a quantidade costumava favorecer o exercício das coisas físicas e faziam o estudioso girar nelas com justiça, seria também muito útil a quem se deveria empregar com método em outros objetos;
- O geômetra e o lógico achavam a verdade por uma ordem regulada. A do primeiro era sempre regulada, a do segundo muitas vezes perturbada e imaginária com a qual caberia a dúvida, engano e incerteza perpétua (CENÁCULO, 1791).

Procurou expressar de maneira clara e objetiva sua orientação para que os professores tivessem o cuidado de utilizar o bom método na condução de suas aulas. Chamou a atenção para os desvios quanto à forma e à matéria que ele identificou no método escolástico em comparação com o método geométrico.

[...] no escolástico quanto à forma, nasce o erro no método e ordem, donde acontecia negar o defendente a consequência pela má distribuição dos termos no silogismo e conceder o consequente, se a proposição era em si verdadeira. Mas errava na matéria quando seus conceitos eram além da realidade, imaginários e mal recebidos. O geômetra pode errar na disposição, nunca na matéria, porque linha é linha, círculo é círculo. Para curar estes desmanchos na teologia é necessário um tanto de especulação, logo que não seja molesta, e

se funde em arte segura, tirando da lógica o proveito possível e prudente e da geometria a sinceridade, retidão e feliz condução das ideias (CENÁCULO, 1791, p. 128).

Ao tecer sua crítica sobre o mau uso que os escolásticos fizeram da geometria, o autor tomou o cuidado de fundamentar seus apontamentos com citações de Santo Tomás de Aquino, Rogério Bacon e de eruditos portugueses como Frei Gaspar do Cafal. Esse procedimento evidenciou sua preocupação em provar que o tema era debatido de longa data fora e dentro do reino português e que os apontamentos feitos em sua obra não eram fruto apenas de sua opinião.

Ao firmar a defesa do uso de uma boa lógica, aquela que não é absorvida pela silogística, e de uma boa metafísica, aquela aplicada a objetos reais sem as questões do possível, e estas aliadas à utilidade da física e da matemática, e sustentadas pelo método geométrico, o autor deixou implícito no texto da obra **Cuidados Literários** sua opção filosófica metodológica pelo método cartesiano.

Apesar de não ter sido escrito de modo explícito, sua opção pode ser observada no modo como ele descreveu sua utilidade e enfatizou seu rigor no sentido de evitar as manifestações prolixas. Ele se aproximou do espírito geométrico apresentado por Descartes para atingir a verdade.

A disposição material de silogismo formado sobre as espécies reais não é a dificuldade desagradável para embarcar progressos: é sim o espírito de razões de duvidar, e de confundir as matérias, reduzindo as ciências a problemas, e galantaria e jogo de engenho e de manter nos homens a comichão de vitória sobre os outros, com que se armam entre si arguente e defendente, querendo mais satisfazer-se nesta paixão que no achado da verdade real (CENÁCULO, 1791, p. 114).

Toda a crítica apresentada por Dom Frei Manuel do Cenáculo com relação ao silogismo e às abstrações da metafísica escolástica, centrou-se na questão do mau uso do método, que se caracterizava por especulações desordenadas, tomadas de segundas intenções, que impediam o entendimento das conexões do discurso que transformava o bom e útil diálogo em disputa vazia de conteúdo prático.

Os escolásticos compraziam-se em tecido de ideias muito abstratas, tinham dificuldade em achar nelas as coisas mimosas e de encanto. Costumavam também perder (e bom será que ainda percam nos devidos termos) as sensibilidades dias e noites como os bons calculistas, e muitas vezes com aproveitamento em matéria necessária. Eis aqui o estímulo de honra e justiça com que não sofrem ainda hoje a descarga confusa dos grandes desprezos como são tratadas as especulações pelos que não as sabem separar. Buscavam outras vezes no ar o que estava no céu e terra, buscavam

na imaginação muitas vezes o que a realidade não consentia (CENÁCULO, 1791, p. 131).

Nessa parte do texto voltou a centrar sua crítica na abstração e nos inconvenientes da metafísica e a silogística nos escritos de Aristóteles, porém, chamou a atenção sobre o fato de que muitos dos adeptos do silogismo exagerado não tinham lido a obra original do estagirita e talvez nem mesmo uma boa tradução. Neste sentido frisou seu cuidado com a leitura de obras originais na íntegra, em paralelo ao domínio de línguas para uma melhor interpretação das teorias elaboradas pelos eruditos.

Aristóteles é muito elegante, muito erudito, bem ordenado, engenhosíssimo e rico em pensamentos agudos e sensatos no que não se desviou da verdade, e fora das ocasiões de ostentar delicadeza de espírito. Mas ao nosso ponto ele traçou um sistema artificioso de buscar a verdade das coisas, compreendendo a massa de todas elas debaixo da razão do Ente que logo dividido em Categorias, Predicamentos e Predicáveis. [...] Aristóteles estabeleceu regras, umas para ordenança de ideias, outra para o método de se desentranharem as espécies internas de cada uma delas, de se explicarem, de serem arguidas e também redarguidas aquelas que torcerem o caminho legítimo de as conhecerem e combinarem (CENÁCULO, 1791, p. 116).

A passagem acima é um exemplo do senso de equilíbrio e da crítica moderada presente em toda a obra **Cuidados Literários**. Cenáculo procurou demonstrar no desenvolvimento do texto a possibilidade ou a necessidade de se estabelecer uma análise crítica que apontasse os pontos de discordância, mas também os pontos de concordância entre a leitura feita pelo crítico e o pensamento esboçado pelo autor na obra original. Para Cenáculo, não existia análise unilateral, em todas as situações devem ser observadas todas as parcelas que compõem o tema em debate. Com esta atitude o bispo evidenciou mais uma vez sua capacidade de aproximar a teoria da prática, em um autêntico exercício dialético.

4.2.6 Método e estudo da matemática

Dom Frei Manuel do Cenáculo deu especial atenção ao método matemático por entender que ele dava respaldo ao estudo das ciências e oferecia argumentos sólidos para busca da verdade, por este motivo recomendava o estudo de obras que

fundamentavam, no seu ponto de vista, o préstimo da matemática para a teologia e a filosofia e seu uso para o conhecimento do mundo¹⁵.

Ao estender o domínio da matemática como aplicação metodológica para o estudo das matérias de filosofia e teologia, o autor estabeleceu uma atitude crítica de refutação ao método de ensino escolástico, e apontou o método geométrico ou matemático (o autor parece que não fazia distinção entre os termos), como o mais adequado para atingir o verdadeiro conhecimento e a utilidade de seus resultados.

Seu posicionamento indicou sua opção pelo racionalismo característico do movimento iluminista, sua adesão ao matematicismo de inspiração cartesiana e o alinhou com o ecletismo filosófico característico do final do século XVIII¹⁶.

Sendo a Geometria faculdade exercida sobre objeto real pelas vozes naturais, próprias, e as unidas que nele se devem conceber. Sendo seu fim buscar com a maior simplicidade o que se pretende, recusando e não se entretendo em vozes de outra ordem, de segundas intenções, e de imaginação abstrata e de razões de duvidar, ela é a que afeiçoará sinceramente o estudante, e formará justiça de seu espírito no estudo das ciências (CENÁCULO, 1791, p. 121).

Afirmou a abrangência da aplicação do método geométrico e destacou a importância da geometria para formação mental do homem, reforçando a sua opção pelo estudo dos objetos reais, pela exatidão dos conceitos obtidos, e pela maior simplicidade na busca pela verdade.

Método matemático é proceder das coisas conhecidas para as desconhecidas, das simples para as compostas, das mais fáceis para as difíceis. Para isto é necessário usar as definições a fim de tirar na continuação do discurso os equívocos que impedem o conhecimento. Das definições se tiram as proposições que servem

¹⁵ Dom Frei Manuel do Cenáculo era dotado de boa cultura matemática, sobre isto ele mesmo forneceu informações. Teria ouvido o matemático do Colégio Romano, P. Boscovich, o abade Durand e teria estudado pelas obras modernas de Tschirnhaus, matemático e amigo correspondente de Leibnitz, Genovese, Tacquet, Purchot, Brécia. Cenáculo aconselha estes autores com tanta freqüência, e tanto os cita concretamente sobre os mais variados aspectos que nos autoriza a supor o seu conhecimento direto e ainda de obras mais antigas como as de Fr. Valentim de Alpoim (CAEIRO, 1959, p. 146).

¹⁶ O Racionalismo admite comumente, como critério de evidência, a verdade matemática, o termo matematicismo é usado para denominar a filosofia que apresente essas características, tomado o termo como sinônimo de método matemático ou método geométrico, expressão consagrada nos textos do século XVIII. A expressão pretende frisar o caráter genérico, o predomínio da atividade matemática na especulação filosófica dos séculos XVII e XVIII. Não se ignora que o termo carece de rigor e precisão técnica, por exemplo, para o caso de Descartes a acepção rigorosamente técnica do termo método matemático, não se identifica com a de método cartesiano. Mas a pretensão é sublinhar precisamente o papel de relevo dos princípios matemáticos nos sistemas filosóficos dos séculos XVII e XVIII e porquê da construção sistemática de Descartes derivam, em boa parte, a elaboração das problemáticas ulteriores de Espinosa, Malebranche e Leibnitz, estabelecendo por assim dizer as linhas definidoras do ambiente filosófico da época, o termo matematicismo é atribuído não diretamente a Descartes, mas a uma genérica inspiração cartesiana (CAEIRO, 1959, p.98).

ao que se há de demonstrar, e logo axiomas e princípios em que se há de estribar a proposição seguinte como premissas para a conclusão. E quando é necessário declarar mais qualquer razão, usa-se o escolio, que é como aviso, admoestação e reflexão que aclara e confirma o dito (CENÁCULO, 1791, p.122).

Para melhor justificar a objetividade e a praticidade do método matemático com relação ao método escolástico, apresentou detalhadamente as divergências metodológicas que caracterizavam a ação do geômetra e do escolástico adeptos do silogismo. Sintetizamos seus apontamentos porque eles nos oferecem subsídios para a análise da importância dada por Cenáculo ao método de ensino e seus resultados úteis para desenvolvimento da sociedade, princípio básico do projeto educativo do prelado.

- O geômetra aplica suas combinações a coisa real e que pode ser útil. O calculista sempre leva o pensamento em uma verdade útil e física, busca as razões das coisas desviando o que lhes seja estranho, e as buscam e segue com ordem.
- O silogístico pelo comum é abstrato no uso de segundas intenções, bem que se supõe afetarem elas o objeto real, mas por sua abstração dão lugar a fugir ou a enredar os objetos. O lógico tem seu capricho em razões de duvidar ainda mesmo do mais certo com apetite de ostentar engenho (CENÁCULO, 1791).

Após destacar as diferenças resultantes do uso do método, voltou a sinalizar que a dialética aristotélica, sublimada no seu mau uso, levava à abstração do pensamento de forma que não contribuía para a clareza necessária à explicação científica da natureza. Explicou que existiam calculistas que também causavam “transtornos” ao método matemático quando o desviava de sua verdadeira matéria e lançavam seus resultados contra as razões da fé. Afirmou que a lógica e a geometria na sua construção original eram inocentes e que foram os homens, no mau uso delas, que lhes colocaram malignidade. Apontou o estudo da ética sólida e prática, como o caminho para afastar os vícios e retomar o verdadeiro sentido da geometria e da lógica.

Os apontamentos feitos por Dom Frei Manuel do Cenáculo permitem verificar que ele traçou sua crítica observando as virtudes e os vícios dos dois métodos em questão. Encontramos aqui mais uma característica de sua perspectiva pedagógica, pois no seu discurso inseriu a demonstração prática de sua orientação para que os

professores e clérigos sempre observassem o contexto da situação ou da temática que se apresenta, não se permitindo emitir parecer com base na aparência do fato.

Na mesma linha pedagógica que primava em oferecer ao leitor exemplos práticos sobre os temas que vinha abordando na obra **Cuidados Literários**, também mostrou o lado prático do bom uso da matemática e da geometria para o desenvolvimento da ciência e do progresso social. Localizou Portugal no contexto do debate sobre o desenvolvimento da atividade científica e matemática resultante do caráter útil, e destacou a articulação dos estudos de astronomia com o movimento das navegações que deram projeção política e econômica para Portugal nos séculos anteriores. “Estas são coisas reais, e real e visível seu uso” (CENÁCULO, 1791, p.126).

Para Dom Frei Manuel do Cenáculo, o geômetra moderno não ignorava as definições e não se desviava das regras, como algumas vezes ele observou acontecer com os “antigos”, mas justificou que naquele período ainda não eram conhecidas as operações complexas e que eles não eram obrigados a saber de tudo.

Ainda na defesa do método geométrico, enumerou os possíveis resultados que poderiam ser alcançados com seu uso nas escolas:

- O sistema lógico-aristotélico induz a demasiadas abstrações metafísicas e lógicas, fazendo juízo mais problemático do que assegurando verdades, não se deve perder tempo com cansativos estudos.
- É de muita justiça do espírito a busca da verdade pelo método geométrico, porque a geometria leva sempre por caminho direto e demonstra o que intenta sem contradições declinatórias. Útil coisa será habilitar e ajudar o entendimento natural por este artifício. Tal é o fim porque a geometria serve às outras faculdades com ordem, precisão e sinceridade.
- Lógica, geometria, indução e diálogo são bons instrumentos para se buscar a verdade pretendida, elas desviam dos tropeços e põem no caminho de ser aquela descoberta sem engano.
- A prudência do método geométrico e uso de raciocínio sendo aplicados aos objetos teológicos é virtude que deve andar diante dos olhos para serem praticados com acerto (CENÁCULO, 1791).

Além de evidenciar a articulação do método geométrico com as demais ciências naturais, tratou também sobre as questões que envolviam os mistérios da

religião que não são explicados pela matemática, mas ela pode facilitar o seu entendimento e ordenar as ideias sem desvio porque “estas nascem do testemunho de Deus e só pela graça de Cristo se alcança”. (CENÁCULO, 1791, p. 131).

Diretamente articulado com o tema do método matemático e a forma como seu uso pode comprovar a ordem natural das ideias, Dom Frei Manuel do Cenáculo demarcou a necessária distinção entre a autonomia da razão aplicada ao domínio da ciência e da lógica e o seu prudente recuo diante da metafísica e da filosofia moral porque nestes domínios a razão deve ceder à fé. Para melhor instruir sobre essa distinção epistemológica, recomendou que fossem incluídas nos currículos de formação dos eclesiásticos as matérias de matemática e geometria.

Deu continuidade ao debate sobre a prudente distinção do uso da razão na compreensão e na explicação das verdades divinas, ao citar exemplos de homens da Igreja que desde a antiguidade desenvolveram estudos com base na boa matemática e na geometria, juntou a estes exemplos citações de vários eclesiásticos portugueses que se utilizaram dos conhecimentos da matemática e da geometria para desenvolverem seus estudos, ao se reportar a eles afirmou “são exemplos louváveis e de necessária imitação” (CENÁCULO, 1791, p. 137).

Para dar suporte ao seu preceito de que para exercer o ofício de clérigo e ensinar pelas verdades da Sagrada Escritura, era preciso ao eclesiástico que recebesse sólida formação teológica, subsidiada pelo conhecimento matemático, porque sem ele haveria o risco de que o clérigo não compreendesse as diferenças entre o que era mistério divino e o que era ciência e, dessa forma, seria como um cego que só conheceria as palavras, mas não faria a ligação delas com o objeto concreto.

As matemáticas puras resolvem as partes internas e exteriores da quantidade até o infinitíssimo, e assim como elas são multiplicáveis do mesmo modo são as operações. O homem que disto alguma coisa entende volta seu entendimento ao insensível e sabe desentranhar digamos assim da massa do espírito ideias e as ordena com derivação legítima de umas para outras. O geômetra busca raízes para as fazer ver e quando passa a outros estudos só na verdade se contenta querendo penetrar o âmago do que pertence (CENÁCULO, 1791, p. 128).

O estudo da matemática, da geometria, da geografia, da astronomia, da física, da química, e se possível de noções de medicina, na formação dos padres eram matérias importantes no projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo

porque elas permitiriam uma melhor leitura e interpretação das passagens bíblicas, ajudando eliminar a superstição e os vícios que, segundo ele afastavam o povo da verdadeira fé.

Pensamentos de boa matemática e a física, sendo regulados com propriedade de ideias, podem sabiamente desbaratar argumentos dos incrédulos, fortes em dificultar, negar e volver em irrisão doutrinas santas e sabiamente estabelecidas. Tais pensamentos podem com efeito distinguir a falsidade do que é verdadeiro e pôr os sinceros milagres a salvamento da negativa escarneçadora (CENÁCULO, 1791, p. 138).

Alertava para que fossem unidos os caminhos da moral com os estudos da matemática para que se evitassem os desvios da verdade e os delírios inconvenientes daqueles que pudessem confundir os seus estudos de astronomia com a astrologia. Ele recomendava o estudo por bons livros, a prática de exercícios e a boa vontade para trilhar o caminho seguro que levaria ao conhecimento da verdade útil. Com seu ofício ajudaria a melhorar a vida dos seus paroquianos. “Tais estudos são aprovados por sua utilidade [...] tudo quanto é útil e necessário a fim de entendermos das obras do Senhor e servi-lo em variedade de vocações” (CENÁCULO, 1791, p. 144).

Dom Frei Manuel do Cenáculo voltou a realçar a necessidade da dedicação e da vocação para que uma pessoa pudesse ingressar em um seminário, desenvolver estudos e receber formação para exercer o ofício clerical. Ele observava que nem todos aqueles que iniciavam os estudos de formação apresentavam inclinação para o sacerdócio; apesar disso, orientava para que os estudos fossem organizados de maneira que todos recebessem uma base de formação geral e que os estudos avançados fossem reservados para aqueles que realmente tivessem a vocação necessária para assumir a responsabilidade exigida pela vida religiosa.

A formação adequada, composta de estudos centrados no método matemático, alinhada com a vocação para o sacerdócio, seria o caminho ideal dentro do projeto educativo de Cenáculo para aproximar a ciência da religião. O padre culto e conhecedor da teologia e da boa ciência seria cuidadoso ao instruir o povo sabiamente sobre as questões da ciência e dos mistérios divinos, evitando o discurso vazio.

Do mesmo modo a matéria do Texto considerada fisicamente leva o homem aos ofícios de adorar o criador e servi-lo por meio dos conhecimentos naturais. O homem pois debaixo das considerações gerais das obras do Senhor Providentíssimo e de bondade infinita,

debaixo de experiência cotidiana do préstimo da luz e de qualquer outro influxo dos astros e das criaturas do céu e da terra e mil outros benefícios como também pelos pensamentos de seu demérito próprio levanta o espírito ao Eterno, cumpre suas obrigações e se põem a salvo do impropério como se é tratado o ignorante e o insensato (CENÁCULO, 1791, p. 150).

O projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo destacava que a boa formação dos padres e dos professores iria contribuir para melhorar a sociedade pela via da instrução, do trabalho e da oração. Pelo estudo e pelo trabalho o homem deveria interagir com as coisas que Deus criou, por isto ele defendeu a inclusão de estudos científicos nos currículos das escolas, porque para ele, a ciência tinha a obrigação de favorecer a interação homem, natureza e Deus, “[...] não repugna a Sagrada Escritura que a voz da sabedoria abranja a literatura profana” (CENÁCULO, 1791, p. 151).

Afirmava que era obrigação do clero e dos professores zelar para que a ignorância não profanasse as verdades físicas e as verdades sagradas. O ataque contra o bom método e contra a verdade divina poderia vir de várias partes, principalmente dos deístas, contra estes era necessário combater com base no conhecimento das ciências físicas, demonstrando claramente a separação entre as coisas da razão e as coisas de Deus.

Os argumentos da ciência física deveriam ser aplicados às coisas da natureza, explicando-as da melhor maneira possível. Os argumentos das Sagradas Escrituras deveriam ser aplicados para explicar da melhor maneira possível os mistérios divinos e a verdade revelada.

Dom Frei Manuel do Cenáculo procurou explicar nessa parte da obra **Cuidados Literários** que o bom método de ensino deveria ser seguido em qualquer nível de ensino, porque ele proporcionaria objetividade, clareza, evitaria desperdício de tempo, eliminaria os exercícios repetitivos e abusivos que tornariam os estudos cansativos e sem luz verdadeira. O uso do bom método favoreceria a ação organizada e útil para o progresso do homem e da fé.

4.2.7 Crítica

Após tecer as considerações sobre o método geométrico, a lógica, a geometria e a matemática, passou a apresentar alguns apontamentos aos quais chamou de “crítica prudencial” que deveria ser observada sempre que se estudava uma determinada linha do conhecimento e por ela se organizava o desenvolvimento do trabalho. “Esta crítica prudencial o fará não enfadar e ter por demasiado o que não pode entender hoje, mas bem pode em outra oportunidade” (CENÁCULO, 1791, p. 157).

A linha filosófica iluminista caracterizada pelo empenho em estender a razão como crítica e guia a todos os campos da experiência humana foi manifestada pelo autor ao destacar as limitações que se apresentam ao domínio do conhecimento e ao acesso racional que se deveria ter a ele. Afirmou que o limite racional para quem busca os estudos era selecionar os elementos básicos e essenciais para seu ofício daqueles que lhes eram complementares e que poderiam ser acessados gradualmente.

Outra reflexão sobre o uso da crítica apontou para a censura ao uso da crítica pela crítica, ou seja, criticar pelo simples fato de não aceitar determinada situação ou não se sentir confortável com o rumo das coisas, não significa ser crítico. A tarefa de criticar era para Cenáculo um exercício positivo e negativo conforme o sentido que o crítico dava ao seu discurso e às possibilidades de ação que nela estavam implícitos. O conhecimento sobre a matéria e o uso da razão é que deveriam fundamentar os elementos da reflexão e da prudência.

Aprenda o crítico a ser moderado pelos erros afoitos e temários, aprenda a guardar o silêncio adequado dos bons princípios e meditações de boa fé e boa lei, é muito útil e importante para aprender falar com justiça. Este preparo livra a crítica de ser indiscreta, desacautelada e fora do tempo e lugar, tal disposição obriga que a crítica faça não esquecer das outras virtudes para que ela também à seja. Este oportuno silêncio forma a balança escrupulosa sobre a fama que devem desfrutar ou perder os escritos, ele tira e desfaz a ligeireza, para que influa o amor desordenado da própria glória quando esta é o fim da censura. Ele modera a crítica cobiçosa de opinião, faz esquecer ao crítico as pequenas manchas das composições para saborear-se no que é acertado, ele ensina a bem calcular por experiências e prudentes reflexões (CENÁCULO, 1791, p. 167).

O cuidado atento à natureza e às circunstâncias das coisas, recomendado por Dom Frei Manuel Cenáculo não significava silenciar no sentido de se omitir aos fatos, mas na disposição de observar, analisar, perguntar, para depois emitir sua

crítica com base no “bem saber”. Na emissão de seus pareceres políticos, filosóficos e educacionais o prelado demonstrou constante exercício da crítica moderada.

Lembrou aos leitores que não existe a obrigação de saber tudo de todas as áreas do conhecimento, mas o verdadeiro sábio é aquele que tem a habilidade de filtrar os elementos necessários para fugir da ignorância. O trabalho de filtragem é uma ação que se espera do professor ao selecionar os conteúdos a serem desenvolvidos em suas aulas. Recomendou o seguinte cuidado na seleção crítica dos pontos de estudo:

As definições, os primeiros princípios, e algum tanto de notícias das artes liberais, porque o homem ingênuo não deve ser nelas hóspede absoluto, são coisa de aprender como por desenfado quem não há de fazer delas profissão [...] tomam-se a tempo as instruções distribuindo a leitura e os conhecimentos do que se aprende segundo regras que inspiram os exemplos de perfeitas escolas, e experimentados mestres, ficando reservada a perfeição em algumas faculdades juntas se é possível para os talentos particulares (CENÁCULO, 1791, p. 157).

Orientou o prelado que em toda a organização do ensino e em todos os seus níveis os seus condutores deveriam ter o cuidado de zelar pela boa seleção dos conteúdos e do método de ensino a ser utilizado. Chamou a atenção para que a organização dos estudos preliminares ou preparatórios para que o acesso ao nível superior tivesse o equilíbrio necessário para subsidiar o estudante na continuidade de sua instrução e que se evitasse o acúmulo de “discursos alheios” que apenas ocupariam espaço e produziriam fadiga no aluno. Realçou que as escolas que atuavam com método bem dirigido apresentavam bons resultados e os seus estudantes se desenvolviam com facilidade na aprendizagem das artes e das ciências (CENÁCULO, 1791).

A crítica racional quanto à organização e o acesso aos estudos também contemplou a duração de cada etapa dele. Ao elaborar um curso o mestre deveria primar pela objetividade e utilidade do estudo para o aluno. Para o prelado o acesso, a permanência e o sucesso nas atividades escolares constituíam o cuidado com o tempo necessário para a integralização de cada nível de ensino. A duração dos estudos não deveria ser aligeirada a ponto de não dar conta dos princípios básicos a que se destinava e nem estendida ao ponto de se tornar um emaranhado de matérias sem sentido útil. A economia nos estudos estava alinhada com os aspectos práticos do método científico, ele recomendava a existência de cursos de formação diversificada para atender às necessidades do Estado.

Outra parte desta prudência consiste em proporcionar os estudos aos talentos e aos diversos serviços que há em uma república, cujo bom regulamento pede ordem nos sujeitos havendo nela graduação de ofícios e por conseguinte de préstimos. Esta mesma prudência deve ser regulada para que não favoreça a preguiça, e nunca afrouxe a eficiência. [...] A fraqueza de algumas pessoas e a diversa educação de outras, desentendidas em novas erudições, não podem derrogar a índole e a natureza de um estudo na constituição de seus fins essenciais (CENÁCULO, 1791, p. 161).

Dom Frei Manuel do Cenáculo era um intelectual que adotou alguns princípios teóricos iluministas, porém, situou, em primeiro lugar, a sua convicção religiosa, firmando seu exercício crítico particular para elaborar as diretrizes de sua ação política, pastoral e educacional. Com base nessa atitude crítica, ele emitiu sua opinião por meio da publicação de várias obras e ao mesmo tempo dispôs pela via da instrução os meios pelos quais entendeu serem adequados para lutar contra o preconceito e a ignorância.

Na análise da primeira parte da obra **Cuidados Literários** observamos que ele retomou as diretrizes pedagógicas de formação educacional que já havia vivenciado com a reforma dos estudos de sua província (1769) e a reforma político pedagógica do período pombalino em Portugal (1772). Reafirmou que o resultado prático e útil da instrução estava ligado à aplicação de um bom método de ensino no qual a relação entre a teoria e prática estivesse presente no cotidiano dos estudos.

Observamos que os apontamentos feitos na primeira parte da obra constituem os prolegômenos para o aprofundamento do debate sobre os cuidados diários com o ofício clerical, a responsabilidade e o perfil do padre na difusão da ciência e da fé, caracterizando a dimensão educativa da Igreja Católica que compuseram a segunda parte da obra.

4.3 Razão e religião: os cuidados para a conservação da fé

A linha de raciocínio que motivou Dom Frei Manuel do Cenáculo a escrever a obra **Cuidados Literários** consistiu em oferecer subsídios para que os clérigos e as pessoas letradas refletissem sobre os acontecimentos políticos e religiosos que estavam em voga naquele final de século em Portugal.

Na segunda parte da obra debateu sobre os aspectos teóricos e práticos que envolviam o ofício clerical, o zelo na execução das tarefas sacerdotais, a observação

do método prático para a elaboração do sermão, para a explicação dos mistérios sagrados, para o trabalho de catequese e do uso da razão como instrumento para melhorar entendimento da Graça, da Revelação e da Verdade.

Justificou a superioridade do reino da Graça, em uma posição teológica que se inscreve no contexto da escolástica e demonstrou hostilidade aos filósofos materialistas, que davam à natureza uma razão de ser por ela mesma. Para ele, as regras de ordem natural conduzem em direção à felicidade, porém elas não podem nem assegurá-la nem atingi-la. No seu entendimento uma filosofia que recusasse a religião era errada em seus princípios. O homem, por causa da sua fraqueza é incapaz de compreender a mensagem da natureza, daí tantas interpretações divergentes da filosofia, cada um interpretando o mundo a seu modo (CENÁCULO, 1791).

Para resolver essa questão só existe, para ele, o caminho da Graça e os clérigos, denominados por ele de teólogos, é que são os responsáveis por divulgar com prudência teológica os mistérios para alcançá-la.

Todas as diligências do teólogo se devem encaminhar ao Testemunho e a Lei, e são as doutrinas a que a Sagrada Escritura nos manda aplicar. Nisto se compreende a Revelação e o que dela é dependente: Sagrada Escritura, Teologia em todas as suas partes fundada na palavra Divina escrita, na Tradição, nas Resoluções Conciliares, nos Santos Padres, na moralidade e disciplina. [...] Outro lume de boa constituição começou a levantar-se, são passados aqueles dias em que distrações e teima de homens menos bem entendidos impediram algumas aplicações louváveis e bons estudos (CENÁCULO, 1791, p. 206).

Devido a esse entendimento a teologia foi a matéria de estudo que recebeu atenção especial de Dom Frei Manuel do Cenáculo porque para ela confluíam todos os ensinamentos, era ela que formava os teólogos, os pregadores, os homens que tinham a obrigação de levar ao povo as boas orientações, as explicações claras sobre as coisas divinas com disciplina e moralidade para saberem bem orar e trabalhar, pois assim era possível formar bons homens para serem úteis à nação.

As fontes para o estudo da teologia adequadas à formação dos bons princípios eram as escrituras Sagradas, os Santos Padres e os Cânones. As disputas metafísicas estavam proibidas porque elas “mais esbarram a verdade do que as aclaram” (CENÁCULO, 1791, p. 323). Os problemas práticos que tratam dos atos dos homens devem ser o conteúdo dos estudos, “[...] é necessário o corte

generoso das superficialidades, salva a prudência de não arrancar o trigo com o joio das impertinências” (CENÁCULO, 1791, p. 323).

Além do cuidado com as matérias de estudo de teologia e com o bom método de ensino, o prelado também chamou a atenção para o perfil pessoal daqueles que se dirigiam ao seminário para se tornarem padres. Naquele momento em que Cenáculo sentia certo “afrouxamento” por parte dos clérigos em afirmar as verdades da religião católica, era importante para ele colocar na ordem do dia o questionamento sobre a vocação sacerdotal e o compromisso com a missão evangelizadora e educativa da Igreja Católica. Para o frei franciscano a vida sacerdotal não poderia ser vista como uma mera ocupação, distração ou carreira profissional com vista a ganhos financeiros.

O moço determinado a ser Ministro do santuário há de conduzir-se por fins honestos e santos, ter pureza de intenção praticando os meios legítimos e próprios tanto de adquirir aquelas virtudes como de as manter em vigor contra os insultos a que vivem expostos os mortais.[...] Destas virtudes devem ser penetradas as pessoas que chegam à casa da sabedoria, não como uma hospedagem de jornada, nem uma habitação de jogo e divertimento, mas sim a um Templo Augusto, que é desmerecido por aqueles que não o conhecem e assim mesmo o pretendem, e pelos que lhe põem mãos violentas, seja por ignorância, descuido, indecência, atrevimento ou qualquer outro vício (CENÁCULO, 1791, p. 263 e 544).

Na obra **Cuidados Literários** ele evidenciou a sua concepção sobre a utilidade do ensino e sua aplicação na resolução dos problemas relativos à existência humana, pois só o estudo e o conhecimento da ciência em consonância com a dedicação e a virtude religiosa é que poderiam concretizar a renovação das ideias propostas pela modernidade.

A responsabilidade pela organização do ensino prático e útil estava a cargo do professor, que naquele período pertencia, em sua maior parte, ao meio clerical. O professor a quem se dirigiu era o teólogo, o padre das pequenas e grandes paróquias, que era o principal interlocutor entre a ciência e o povo. “Ele é orvalho em clima adulto, receba vigor dos mananciais puros, copiosos e inexoráveis, e regará com satisfação” (CENÁCULO, 1791, p. 517).

O fato justifica sua preocupação em traçar o perfil do padre bem instruído, com a sistematização das matérias práticas de estudo, o uso do bom método de ensino e buscando nas Sagradas Escrituras a fonte para o conhecimento do mundo físico.

[...] mas se na Sagrada Escritura havemos posto exemplo e maior importância, o que nela é principal e particularmente buscado, isso há de ser o objeto de maiores cuidados e diligências. Se seu exame é nossa vocação, nela se detenha o clero com maior cuidado e desempenho (CENÁCULO, 1791, p. 546).

Lembrou aos seus leitores que não bastava crer no poder de Deus e atribuir à sua vontade todas as fatalidades ou desigualdades existentes no convívio humano. Mostrou que era preciso cooperar com ele, agregando à crença em seus desígnios, os ensinamentos científicos que permitiriam analisar os fatos, iluminando o caminho com a verdade e eliminando as interpretações viciosas dos mistérios divinos.

A instrução do clérigo precisava ser a mais objetiva e ampla possível no que dizia respeito ao “sagrado” e as “letras humanas”, pois esta era a prerrogativa que o habilitava para ocupar o púlpito, para dar os ensinamentos de catequese e desmistificar os mistérios divinos.

Dom Frei Manuel do Cenáculo orientou a busca do equilíbrio e da moderação na interpretação dos fenômenos naturais e espirituais. Criticou os extremos da credulidade e da dúvida imperiosa, ressaltou a necessidade de unir a filosofia natural e racional com a teologia para evitar o radicalismo e o afastamento dos fiéis por ignorância da bondade de Deus, que no seu imaginário “é capaz de mudar o branco para preto” (CENÁCULO, 1791, p.359).

Somente um padre bem formado e cômico de sua missão em contribuir para a melhoria das condições de vida prática e espiritual do homem poderia, segundo ele, intervir de maneira auspiciosa na iluminação da relação dinâmica entre a razão, a ciência e a fé. Para que isto fosse possível, durante sua formação e no desenvolvimento de suas atividades, após assumir o trabalho sacerdotal, Dom Frei Manuel do Cenáculo recomendou que, além das letras humanas, fossem de seu domínio as seguintes matérias de estudos: Teologia Geral. Sagrada Escritura, Teologia dos Mistérios, Teologia Litúrgica, História Eclesiástica, Teologia Moral e Jurisprudência Eclesiástica.

Elas dariam subsídio para que o clérigo sempre cultivasse a prudência teológica no conhecimento dos mistérios, a prudência teológica no emprego da metafísica e no estudo dos mistérios, e prudência teológica acerca da Sagrada Escritura.

No conteúdo que integra a segunda parte da obra **Cuidados Literários**, o prelado novamente procurou evidenciar uma forma de espiritualidade e de prática da

religião católica harmonizada com as exigências críticas do período de perturbações políticas e religiosas pelo qual Portugal estava passando. Dentro de seu catolicismo adaptado à influência iluminista ele propôs um cristianismo ativo que, pela palavra e pela ação, procurou afastar os extremismos do mau uso da escolástica e da metafísica, visando alinhar as exigências dogmáticas com a necessidade de modernizar e dinamizar a formação cultural da nação portuguesa no final do século XVIII (Anexo L).

Suas ideias científicas estavam fundamentadas no contexto do movimento iluminista, haja vista a importância que ele emprestou à ciência, à história e à física como instrumentos fundamentais para transformar a realidade.

Dom Frei Manuel do Cenáculo era um erudito que durante sua ação política e pastoral produziu muitas obras, nas quais registrou sua posição de homem da Igreja em face de uma sociedade em transição. Suas obras e suas pastorais expressavam a convicção de que a evangelização pode perfeitamente ser acompanhada de um trabalho de alfabetização, de educação e de desenvolvimento cultural.

5 CONCLUSÃO

O século XVIII foi caracterizado pelo movimento iluminista, que defendia um novo projeto educativo, no qual a ruptura e a permanência de novas e antigas ideias se envolveram na teia de relações políticas, religiosas, econômicas e culturais, e que resultaram em uma diversidade de teorias pedagógicas.

As mudanças ocorridas nesse período de transição política, filosófica e social resultaram na estatização do ensino e da profissão de professor; porém, isto não significou a laicização do ensino, que continuou, em grande medida, a ser ministrado pelos representantes do meio clerical. Em Portugal, ocorreu a quebra do monopólio jesuítico sobre a educação, mas, respeitando a tradição religiosa do país, o processo de modernização educacional, política, econômica e cultural não rompeu os laços com o catolicismo.

O frei franciscano viveu e atuou em Portugal na segunda metade do século XVIII, no contexto de um período contraditório que relacionava a manutenção das relações sociais existentes com a busca e a produção de uma nova sociedade dentro da perspectiva iluminista.

Nesse contexto destacamos a atuação de Dom Frei Manuel do Cenáculo, que priorizou a educação como instrumento para a construção de uma nova sociedade ancorada no uso da ciência e da razão e relacionamos a articulação de seu projeto educativo com os objetivos da reforma modernizadora do ensino em Portugal, na segunda metade do século XVIII.

A obra pedagógica de Dom Frei Manuel do Cenáculo, que nesta pesquisa denominamos de projeto educativo, ganha, para nós, significado, ao ser situado no conjunto de relações políticas, sociais, religiosas, econômicas e culturais no qual ele viveu, pensou, escreveu e agiu. Seu conceito de educação é ligado à concepção geral da vida que ele elaborou e pregou. Sua ação nos permite afirmar que ele era um homem da Igreja, que expressou uma consciência histórica em um período de crise, de transição e de transformação.

Subsidiado pela experiência vivida com a Reforma dos Estudos da Ordem em 1769 e pela atuação no contexto da Reforma dos Estudos Menores e dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772, Cenáculo transformou a diocese de Beja em

um centro de formação clerical de destaque, para o qual acorreram estudantes de várias regiões de Portugal e de outros países, inclusive do Brasil.

Dom Frei Manuel do Cenáculo, seguindo os preceitos que o identificam como representante do iluminismo em Portugal, revelou uma atitude metódica e organizada ao produzir e difundir o seu conhecimento, atitude que nos leva a verificar uma semelhança entre suas ideias e o pensamento iluminista na defesa da função social do conhecimento, da ciência e da razão, como eixos norteadores de uma nova organização da sociedade.

A discussão sobre o novo perfil de homem e de sociedade que se pretendia formar a partir do movimento reformador foi permeada pela questão do método de ensino, centrado no critério do útil e no aperfeiçoamento da técnica como recurso básico para o aprimoramento das relações de produção subsidiada pela mentalidade científica.

Na sua produção literária, exibiu um particular gosto pela erudição. A obra **Cuidados Literários (1791)** apresenta sua reflexão sobre questões epistemológicas que fundamentaram sua concepção de ensino. Ele não era um intelectual isolado em seu universo teórico. No desenvolvimento de seu trabalho como assistente do poder real ou como eclesiástico, procurou dar utilidade ao conhecimento, pondo em prática os princípios teóricos que defendia em seu discurso modernizador. Esse detalhe o diferenciou dos demais reformistas de seu período histórico, Cenáculo era um erudito e também um homem de ação.

A necessidade de adequar o ensino para atender à necessidade de superação do atraso cultural e científico de Portugal permitiu a ele desenvolver sua ação pedagógica, expressando um degrau a mais na modernização da instrução em Portugal. Ao graduar o ensino seguindo as possibilidades dos alunos e ministrado na língua nacional, Cenáculo abriu o acesso aos estudos para uma parcela da população que até aquele momento era excluída da escola.

Ao defender a utilidade do conhecimento e o uso de um bom método de ensino com base científica, refutando a educação feita com base no método escolástico, o prelado organizou um sistema articulado de ensino que abrangia todos os níveis da instrução, assim como dispensou também atenção ao contexto da vida diária do povo português e à necessidade de medidas educativas que, aliados à alfabetização, traria melhoria nas condições de saúde, economia e no melhor uso da terra.

Seu projeto educativo assumiu significado político pedagógico e estava alinhado com o modelo de instrução preconizado pela reforma modernizadora da educação portuguesa implantada pelo Marquês de Pombal.

O caráter reformador de influência iluminista do prelado estava evidenciado na sua atuação política e pastoral, na qual ele orientou e viabilizou a concretização de ações que pudessem melhorar as relações sociais e culturais do reino português pela via educacional. Para isso era necessário assumir a linha de frente, adequar e concretizar o discurso, dar exemplos de como elaborar e desenvolver atividades que ao mesmo tempo fossem modernizadoras, mas que não ultrapassassem o limite de atuação do Estado e da Igreja.

No desempenho de sua carreira episcopal e atuação junto ao poder político durante o reinado de D. José I, escreveu manuais e instruções pastorais que deram sustentação teórica ao seu projeto educativo. Ele primou por fundamentar seu pensamento pedagógico com a citação de fontes, nas quais ele havia buscado os princípios teóricos que justificavam suas opções metodológicas e epistemológicas.

A análise da obra **Cuidados Literários** evidenciou que seu autor não seguia modismos, apesar da aparência contraditória das múltiplas facetas de sua atividade, sua obra revela que ele era possuidor de um espírito preocupado com o valor da educação para o desenvolvimento do Estado.

O estudo de seu projeto educativo nos possibilita sublinhar a atividade reformadora de Dom Frei Manuel do Cenáculo em duas fases: na primeira desponta a iniciativa pedagógica de reformar os estudos da Ordem Franciscana, o **Plano de Estudos (1769)** que serviu de base para sua ação política e pedagógica na assessoria às reformas da instrução pública durante o reinado de D. José I e do seu primeiro ministro Sebastião Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Na segunda, ele assumiu pessoalmente o episcopado em Beja, cargo para o qual havia sido nomeado em 1770, cuja gestão foi feita à distância até 1777, porque ele estava em Lisboa trabalhando na assessoria do governo de Pombal. Permaneceu em Beja até 1802 quando recebeu a nomeação para o Arcebispado de Évora. Na atividade pastoral, seu projeto tomou um cariz mais prático e abrangente, adquirindo o valor de uma intervenção caritativa e social baseada na educação.

Sua proposta de mudança girava em torno de um ideal de solidariedade e de tolerância, as ações de instrução e de educação de sentido amplo que contribuiram

para a melhoria da vida coletiva, eliminando os efeitos negativos da ignorância que poderiam naquele momento, favorecer o progresso do reino português.

Sua ação era político-pedagógica, para ele o caminho para atingir os objetivos de seu projeto educativo era composto pela renovação do método, do conteúdo, da melhoria da relação entre professor e aluno e da formação integral do professor.

A análise do projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo evidenciou duas dimensões: uma didático-metodológica e outra ligada à utilidade prática e literária do conhecimento.

A dimensão didático-metodológica abrangeu as questões pertinentes ao método, aos conteúdos e em como a formação do professor deveria ser organizada, com vistas a um preparo teórico, científico e técnico para que ele pudesse realizar com êxito seu trabalho. Essa perspectiva de formação era um dos pontos que ligavam o prelado ao ideário educativo do iluminismo e articulava seu projeto educativo com as exigências do novo contexto científico e cultural da sociedade burguesa emergente, na segunda metade do século XVIII em Portugal.

A prática pedagógica, o como ensinar, o para quem ensinar, o que ensinar e para quem ensinar, foram temas de debate dos teóricos iluministas em toda a Europa. Em Portugal esse debate foi mais acirrado durante o período das reformas pombalinas da instrução pública, no qual o principal foco era o combate ao método escolástico que caracterizava o ensino jesuítico.

O debate sobre o método foi um dos temas que Dom Frei Manuel do Cenáculo dispensou atenção nos seus escritos pedagógicos, pois para ele o como ensinar estava diretamente ligado aos resultados a serem obtidos com o estudo das matérias; naquele momento histórico ele entendeu ser primordial manter uma linha de ação que pudesse garantir a permanência dos valores cristãos da tradição católica em solo português, em consonância com a utilidade do ensino para o desenvolvimento cultural e científico do reino.

Ao propor o uso de um método de ensino que orientava sempre partir do mais simples para o mais complexo, ele estava dizendo que naquele momento histórico era necessário retornar à natureza das coisas, e com o auxílio do método científico, esclarecer a verdade existente em cada uma delas, sem precisar com isso negar a existência de Deus e sua bondade para com o homem.

A função desse novo método era vencer a ignorância, iluminando os caminhos do novo modo de pensar e de produzir os bens necessários ao bem estar

da sociedade. Para garantir que esse caminho fosse devidamente trilhado, havia a necessidade de acompanhamento, disciplina e regras para bem orientar os estudantes, os professores, o clero e o povo em geral no uso do conhecimento e no cumprimento de suas obrigações para com o reino e para com Deus.

Para que o processo de mudança e adequação do ensino fosse efetivado, ele destacou a importância da abertura e do reconhecimento das diferenças no planejamento das aulas, na organização dos conteúdos e adequação do método de ensino. Nesse sentido era necessária a formação de bons professores. Era tarefa fundamental do trabalho deles a aplicação do novo método, a seleção de livros, a organização e a articulação dos conteúdos, o acompanhamento de todos os alunos em suas dificuldades e avanços. Seu ofício contemplava o saber dirigir uma aula com responsabilidade, atenção e disciplina.

Numa visão de formação consistente do professor, o prelado procurou dispor de meios que pudessem viabilizar o aprofundamento teórico e oferecer uma diversidade de recursos didáticos com livre acesso ao estudante. Ao financiar, equipar e abrir bibliotecas públicas, com laboratórios e museus dotados de coleções das mais variadas áreas de estudos, oferecia o suporte técnico necessário ao estudo que nem sempre estava ao alcance do aluno.

A utilidade prática e literária do conhecimento que Dom Frei Manuel do Cenáculo engendrou na sua atuação política e pastoral, registrada nos seus escritos pedagógicos, indicou seu entendimento de que a educação era um processo cultural e que deveria ser organizado e sistematizado para auxiliar na formação da consciência do indivíduo.

Suas ideias de modernização da sociedade e de inovação técnica e científica não refutavam a tradição e o saber acumulado. Orientava para a busca de atualização literária que, unida aos bons conceitos já comprovados, pudessem complementar o conhecimento do útil e do produtivo para a sociedade. Em suas obras pedagógicas e no **Cuidados Literários**, defendeu o uso do bom método de ensino e expressou com objetividade sua crítica moderada à escolástica e seu ecletismo filosófico, destacando sempre a necessidade de se conhecer o “bom” e o “mau” gosto literário para que de ambos fosse retirado aquilo que fosse útil para o aprofundamento do conhecimento e o encontro da verdade.

Os pilares que fundamentaram a utilidade prática e literária do projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo foram: a conexão entre educação e

participação ativa na vida social, o privilégio dado aos conteúdos e ao método pragmaticamente úteis à instrução, a ligação desta última com a experiência real de conhecimento e intervenção nos fatos da natureza e da sociedade, a atenção para com a formação ético-intelectual daqueles que iriam com seu trabalho e sua assistência caritativa ajudar a promover o bem estar e o desenvolvimento do reino.

A análise de sua ação pedagógica dentro e fora do contexto das reformas pombalinas indicou que o prelado, desde o início de sua atuação como professor, depois assessor político e eclesiástico, manteve um duplo objetivo formativo: instruir com finalidade prática para a vida material e espiritual. O que ficou evidente na sua ação política e pastoral foi uma tentativa concreta de modernizar a sociedade e as instituições educativas de Portugal, na segunda metade do século XVIII.

Ao defender o uso de um método de ensino que permitia ao aluno observar, experimentar e dialogar com o professor e demais alunos sobre as possíveis respostas encontradas no seu estudo, Dom Frei Manuel do Cenáculo promoveu uma mudança metodológica e didática com relação à tradição pedagógica escolástica representada em Portugal pelo ensino ministrado pelos jesuítas até 1759.

Observamos, na ação pedagógica do prelado, um movimento dialético que caracterizou todo seu projeto educativo, ao mesmo tempo em que criticou a forma como o método escolástico era utilizado pelos jesuítas, ele afirmou que em alguns casos a escolástica era útil para o aprofundamento das questões metafísicas, porém sempre retomou a objetividade e a utilidade do método como elementos essenciais para a busca da verdade das coisas. Essa busca passava necessariamente pela educação.

A pesquisa dos escritos e da ação do prelado apontou que a sua crítica centrou-se na questão do afastamento entre a teoria e prática que os estudos feitos com o mau uso da escolástica, disseminado nas escolas jesuíticas portuguesas, provocaram a desaceleração do desenvolvimento científico, cultural e econômico que Portugal havia conhecido no século XV.

O projeto educativo do reformador franciscano expressou a sua modernização ao propor uma intervenção social e econômica pela via da educação baseada no uso da ciência e da razão. Ele era um representante do catolicismo português e adaptou as ideias iluministas às necessidades da política desenvolvimentista portuguesa, sem estabelecer mudanças radicais na estrutura dos grupos sociais e na tradição católica do reino.

A análise de sua obra atesta que ele se manteve fiel aos princípios de sua formação franciscana, sua disposição era em ajudar a modernizar seu país sem provocar mudanças revolucionárias, mas sim, mantendo a ordem, o respeito ao rei e ao Estado e cultivar os preceitos da religião revelada com tolerância, livre das superstições e perseguições.

É possível afirmar que o bispo usufruiu de uma relativa autonomia no desenvolvimento de projeto educativo no Alentejo. Analisando os relatos de sua prática pastoral observamos que ele vivenciava as ideias políticas que defendia. Porém, como representante político e súdito, sempre que possível, procurou prestar contas à coroa sobre as atividades desenvolvidas em sua diocese.

O posicionamento político e pedagógico de Dom Frei Manuel do Cenáculo o situou no contexto das ideias modernas do iluminismo, inclusive naquilo que o movimento expressou de contraditório. Sua adaptação, inquietação e sensibilidade no pensar e no agir demonstrou sua percepção da necessidade de mudança articulada com as peculiaridades do movimento reformador português, pois havia em seu projeto o movimento de busca e preservação da iluminação da ciência e da razão conciliadas com a fé na religião revelada.

A análise dos seus textos nos revela que Dom Frei Manuel do Cenáculo era um homem religioso, que tinha a bíblia como seu livro de cabeceira, na sua leitura diária e aleatória buscava orientações para dar suporte ao seu labor diário. Ele acreditava na possibilidade reformadora da religião, investiu na catequese como meio civilizacional, por meio dela instruiu o povo do Alentejo sobre a higiene pessoal e saúde pública, novas formas de manejo agrícola, modos e costumes no trato entre pais e filhos, dedicação ao trabalho, além de instruir os paroquianos sobre a fé católica, orientando para a oração em silêncio, sobre a necessidade da confissão e da comunhão.

Ao difundir as artes, a ciência, a educação e a religião revelada, Dom Frei Manuel do Cenáculo realçou sua ligação com o humanismo e o iluminismo e essa conexão ficou evidenciada na obra **Cuidados Literários**, quando retomou o debate sobre a dignidade do homem, a tolerância religiosa, o combate à miséria e à fome pela via da educação e da caridade entre os cristãos.

O texto da obra **Cuidados Literários** reforçou sua preocupação com a preservação das virtudes católicas e do bom costume que, na sua visão pedagógica

seria assegurada pela instrução e o uso do bom método de ensino. Essa instrução foi direcionada ao clero e ao povo de sua diocese.

Para o clero, ele fixou um programa de formação inicial e continuada que incluía os estudos à distância, subsidiada pela abertura de bibliotecas públicas, com laboratórios, museus e um sistema de empréstimo de livros. Para instruir o povo, organizou a formação de grupos de jovens que percorriam a diocese para ministrar a catequese e ajudar os párocos nas atividades de atendimento do povo quanto às suas necessidades práticas voltadas ao trabalho e à vida diária.

A caridade, a tolerância e a solidariedade foram os fatores de motivação utilizados pelo prelado para desenvolver uma dinâmica de auxílio mútuo que promovesse o progresso cultural qualificando sua relação com a natureza mas sem afastar o homem da crença em Deus.

A reforma pedagógica de Dom Frei Manuel do Cenáculo deu impulso prático e se utilizou da força política para a programação de um novo sistema de formação de professores em Portugal, na segunda metade do século XVIII, voltada, ao mesmo tempo, para a utilidade social da instrução, como também para garantir a manutenção dos princípios religiosos que não deveriam, segundo ele, ser abandonados com a modernização cultural.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO

CENÁCULO, D. Frei Manuel do. **Memórias históricas e appendix segundo à quarta disposição da colecção das disposições do superior provincial, para observancia, e estudos da congregação da Ordem Terceira de S. Francisco.** Tomo II. Lisboa: na Regia Oficina Typografica, com Licença da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros, 1794.

_____ **Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça de seu Bispado.** Lisboa: Na Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1791.

_____ **Disposições do superior provincial para a observância regular, e literária da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco destes reinos.** Tomo primeiro. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, com licença da Meza da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. 1769-1770.

_____ **Instrução Pastoral do excelentíssimo e reverendíssimo Bispo de Béja sobre os estudos fysicos do seu clero.** Lisboa: Na Regia Officina Typografica. 1786.

_____ **Instrução Pastoral do excelentíssimo e reverendíssimo Bispo de Béja sobre a confiança na Divina Providência.** Lisboa: Na Regia Officina Typografica. 1786.

_____ **Pastoral de 1811.** CXXXIX/ 1-4. Évora: Biblioteca Pública de Évora, 1811.

_____ **Carta do Excelentíssimo Reverendíssimo Bispo de Beja, e outras instruções sobre os trabalhos presentes da Santa Igreja.** Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeu Ferreira com licença da Real Meza da Comissão Geral do Exame e Censura dos livros, MDCCXCIV, 1794.

LITERATURA DE APOIO

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ABREU, Márcia. **O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura.** In: Fenix Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 4, Ano IV, nº4. Outubro/Novembro/ Dezembro. Uberlândia. 2007, p.2,3 e 4. Disponível em www.revistafenix.pro.br. Acesso em 28 Fev. 2013.

ADÃO, Áurea. **Estado absoluto e ensino das primeiras letras**: as escolas régias (1772-1794). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2000.

ARAÚJO, Ana Cristina. **Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo**. In: Ana Cristina Araújo (coord.). O Marquês de Pombal e a Universidade. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar. **Razão de estudos e razão política**: um estudo sobre a Ratio Studiorum. In: Revista Acta Scientiarum, vol. 22, nº1, Maringá, 2000, p. 181-187.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Decadência ou crise do império luso brasileiro**: o novo padrão de colonização do século XVIII. Revista USP, São Paulo, nº46, junho/agosto, 2000, p.66-78.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **O “terremoto” provocado por Sebastião José de Carvalho na América portuguesa**. In: Revista Lusitânia Sacra, 2ª série, Tomo 18. Lisboa, 2006.

BOTO, Carlota. **A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 15, nº44, maio/agosto, 2010.

_____. **O iluminismo e educação em Portugal**: o legado do século XVIII ao XIX. Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v. 22, nº1, janeiro/junho, 1996, p. 169-189.

CABRAL, Maria Luísa. **D. Manuel do Cenáculo um iluminista católico**. Disponível em: <http://dererummundi.blogspot.com/2010/03/d-manuel-do-cenaculo-um-iluminista.html>. Acesso em 11 Abr. 2013.

CAEIRO, Francisco da Gama. **Frei Manuel do Cenáculo**: aspectos de sua atuação filosófica. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1959.

CALAFATE, Pedro. **Ética, política e sociedade**. In: História do pensamento filosófico português. Volume III – As Luzes. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.

_____. **Natureza, homem e Deus**. In: História do pensamento filosófico português. Volume III – As Luzes. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.

_____. **A ideia de natureza no século XVIII em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

CARNEIRO, A. Henriques. **Evolução e controlo do ensino em Portugal**: da fundação da nacionalidade ao 1º ministério da instrução pública. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTRO, ZÍLIA OSÓRIO. **Catolicismo e sociedade na época moderna: o terremoto de 1755.** In: Lusitana Sacra, Revista do Cento de Estudos de História Religiosa. 2ª série, Tomo XVIII. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2006. Disponível em: [books.google.com.br/books?isbn = 9728361246](https://books.google.com.br/books?isbn=9728361246). Acesso em 16 Mar. 2014.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: EDUSP. 1978.

CARVALHO, Rómulo. **História do ensino em Portugal:** desde a fundação da nacionalidade até o fim do Regime Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CONCEIÇÃO, Miguel. **Compreender a palavra “Tradição”.** Revista Sabedoria Perene, nº1, junho, Lisboa: Editora Sabedoria Perene, 2009, p. 71-74.

COSTA, Emilia Viotti. **A invenção do iluminismo.** In: COGGIOLA, Osvaldo. A revolução francesa e seu impacto na América Latina. São Paulo: EDUSP, 1990, p.31-45.

ELIAS, Nobert. **Sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ENGUIA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A época pombalina** (política, economia e monarquia ilustrada). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

FERNANDES, Rogério. **O pensamento pedagógico em Portugal.** Lisboa: Instituto de Cultura e Línguas Portuguesa, 1978.

FORTES, Luiz R. Salinas. **O iluminismo e os reis filósofos.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas:** o Ratio Studiorum. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANCO, José Eduardo. **O Terremoto pombalino e a campanha de desjesuitação.** In: Lusitania Sacra, Revista do Cento de Estudos de História Religiosa. 2ª série, Tomo XVIII. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2006. Disponível em [books.google.com.br/books?isbn = 9728361246](https://books.google.com.br/books?isbn=9728361246). Acesso em 16 Mar. 2014.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. **Reformas Pombalinas e o iluminismo em Portugal.** In: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 4, Ano IV, nº4. Outubro/Novembro/Dezembro. Uberlândia, 2007, p. 1-14.

GADOTTI. Moacir. **História das ideias pedagógicas.** 8ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GANHO, Maria de Lourdes Sirga do. **O Pedagogismo reformista de Frei Manuel do Cenáculo**. Revista Portuguesa de Filosofia. T.40, Fasc.4 (Oct-Dec), Porto, 1984, p. 419 - 440.

HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. **A representação da sociedade e do Poder**. In: História de Portugal: o antigo regime (1620-1807). Quarto volume. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p.113-140.

HUBERT, René. **História da pedagogia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

IRIARTE, Lázaro, O.F.M. Cap. **História Franciscana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 22ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1991.

LEITÃO, Henrique e FRANCO, José Eduardo (org). **Jesuítas, ciências e cultura no Portugal moderno**: obra selecionada de Pe. João Pereira Gomes, S.J. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

MACEDO, José Borges. **O Marquês de Pombal**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

MARAVALL, José Antonio. **Los limites estamentales de la educación em el pensamiento ilustrado**. In: Revista de História das Ideias. Vol. 8, Coimbra, 1986, p.123-144.

MARCADÉ, Jacques. **Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas**: Évêque de Beja, Archevêque D'Evora (1770-1814). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

MATTOSO, José. **História de Portugal**: o antigo regime (1620-1807). Vol. 4. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Rio do Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MONGELLI, Lênia Márcia (org). **Trivium e Quadrivium**: as artes liberais na idade média. Cotia: Íbis, 1999.

MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

OLIVEIRA, Márcia Carolina Ferreira de. **Bibliofilia em Portugal no início da época contemporânea**: o exemplo de D. Frei Manuel do Cenáculo. Vol 1 e 2, 205 p. Tese de doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação. Évora: Universidade de Évora, 2012.

PEREZ, Jose Luis Soto. **Arabismo e ilustracion**: correspondência literária (1791-1803) de Fr. José Antonio Banqueri com Don Fr. Manuel del Cenáculo Vilas Boas o Bispo de Beja y Arzobispo de Évora. Anejos del boces XVIII- 3 Oviedo: Universidade de Oviedo, 1985.

REMA, Henrique Pinto, OFM. **Implantação do franciscanismo em Portugal**. Revista Itinerarium, ano 51 nº 181-183, Janeiro-Dezembro, Lisboa, 2005.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Luis António Verney e o projeto pedagógico modernizador do reino português**: uma análise do Verdadeiro Método de Estudar (1746). 247 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2012.

RUDÉ, Georges. **A Europa no século XVIII**: a aristocracia e o desafio burguês. Lisboa: Gradiva, 1988.

SANTOS, Maria Helena C. (Coord.). **Poder, intelectuais e contra-poder**. In: Pombal Revisitado, comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do Marquês de Pombal. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SÉRGIO, António. **Breve interpretação da história de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

SILVA, André Luís Reis. **A nova ordem europeia no século XIX**: os efeitos da dupla revolução na história contemporânea. Revista Ciências e Letras. Nº 47, jan/jun, 2010. Disponível em <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos> Acesso em 31 Mar. 2014.

SILVA, Leandro Ferreira da. **Regalismo no Brasil colonial: a coroa portuguesa e a província de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro (1750-1808)**. Dissertação de mestrado – USP, São Paulo, 2013. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28112013-100754. Acesso em 15 Mar. 2014.

SOUZA, Roberto Acízelo. **Belas Letras: ascensão e queda**. In. Matraga, estudos lingüísticos e literários. Revista do programa de pós-graduação em letras. Vol. 15, janeiro-dezembro. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. Disponível em www.pglettras.uerj/matraca/matraca15/matraca15a10. Acesso em 14 Abr.2014.

VAZ, Francisco António L. **O antijesuitismo em matéria pedagógica; uma questão de “bom gosto” na segunda metade do século XVIII**. Actas do X Congresso Internacional organizado pela Sociedade Portuguesa do século XVIII. Lisboa, 1997.

_____ **Instrução e economia:** as ideias econômicas no discurso da ilustração portuguesa (1746-1820). Lisboa: Editora Colibri, 2002.

_____ **D. Frei Manuel do Cenáculo:** Instruções pastorais, projectos de bibliotecas e Diário. Porto: Porto Editora, 2009.

_____ **Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo:** repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2009.

_____ **Em Beja com os olhos no mundo: o papel dos meios de informação no episcopado de Frei Manuel do Cenáculo.** In, O Alentejo entre o Antigo Regime e a Regeneração: mudanças e permanências/ Colóquio, Ed. Fonseca, Teresa e Fonseca, Jorge. Lisboa: Edições Colibri – CIDEHUS-EU - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2011.

VENTURI, Franco. **Utopia e reforma no iluminismo.** Bauru: EDUSC, 2003.

APÊNDICE

CRONOLOGIA DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO

1724

No dia 1 de março de 1724, nasceu em Lisboa na freguesia de Santos-o-Velho, Manuel Martins, filho de Joseph Martins e de Antónia Maria. O mais velho de três irmãos, recebeu o sacramento do batismo no dia 15 do mesmo mês.

1736

Oriundo de uma família de origem social humilde, aos 12 anos, foi encaminhado para a carreira eclesiástica. Frequentou e completou o curso do Colégio de São Pedro, dirigido pela Congregação do Oratório;

1737

Iniciou o curso de filosofia e teologia na Universidade de Coimbra;

1739

Aos 15 anos vestiu o hábito de Franciscano da Ordem Terceira da Penitência e professou os votos em 1740, quando passou a se designar Frei Manuel do Cenáculo;

1740

Simultaneamente, frequentou a Faculdade de teologia da Universidade (novo curso de filosofia e teologia, orientado pelos franciscanos);

1746

Aos 22 anos recebeu a nomeação para o cargo professor de artes no Colégio de São Pedro;

1749

Com 25 anos recebeu o grau de doutor na Universidade de Coimbra. Iniciou como professor seu segundo Curso de Filosofia no Colégio de Artes em Coimbra (colégio dos padres franciscanos), onde já era possível identificar sua visão filosófica avançada;

1750

Aos 26 anos fez sua primeira viagem para fora de Portugal, viajou para Roma. Partiu em 9 de fevereiro e retornou perto do fim do ano. Ao regressar a Portugal, prosseguiu como professor no curso de filosofia do Colégio de Coimbra, que terminou em 1752. Iniciou o curso de teologia.

1751 e 1754

Publicou várias obras que demonstram seu perfil iluminista, sob a inspiração dos conhecimentos obtidos fora do país.

1755

Com 31 anos abandonou o ensino no Colégio de São Pedro em Coimbra. Fixou residência no Convento de Jesus de Lisboa. A partir desse ano houve uma transformação da vida de Cenáculo. Ele começou a ocupar cargos políticos.

1768

Pouco se tem notícia de sua atuação e o que o levou para o campo político. Cargos que ocupou: Cronista da província; Examinador da Igreja e benefícios das Ordens Militares; Ministro consultor da santa cruzada; Qualificador do santo ofício; Capelão-Mor das Armas Reais. Caeiro destaca que nesse período ocorreu a aproximação de Cenáculo com o Marquês de Pombal (atestado no diário de Cenáculo). Em 1767, fez sua segunda viagem para fora de Portugal esteve em Valença para assistir o capítulo da ordem. Lá foi nomeado Provincial da Ordem e recebeu autorização expressa do Ministro-Geral Fr. Pedro de Molina, para organizar a reforma dos Estudos de sua Província. Aos 44 anos recebeu a nomeação para seu primeiro cargo de influência política Provincial da Ordem Terceira de Portugal. Ocupou esse cargo até a morte de Dom José I em 1777. Poucos dias depois de sua nomeação para Superior Provincial, recebeu a promoção para o cargo de Deputado Ordinário da Real Mesa Censória.

1769

Articulou a Reforma dos Estudos de sua Província e publicou as **Disposições do Superior Provincial para a observância regular e literária da Congregação da Ordem Terceira de São Francisco destes reinos (1769)**. Na Disposição Segunda

se encontra o Plano dos Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do reino de Portugal.

1770

Com 46 anos foi nomeado Bispo de Beja. Nessa época ajustou sua participação política junto à Corte. Tornou-se um dos principais auxiliares de Sebastião José Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Nesse período, acrescentou-se ao seu nome o sobrenome Villas Boas. Apesar do fato de que Cenáculo não o utilizava habitualmente para assinar documentos oficiais ou particulares. Nesse mesmo ano, no mês de Março, recebeu a nomeação para o cargo de Presidente da Real Mesa Censória, da qual já era deputado.

1770

Nomeado confessor e depois preceptor do Príncipe de Beira, Dom José dos 9 aos 15 anos do príncipe. Ocupou o cargo de preceptor até 1777.

1772

Presidiu a Junta da Providência Literária, órgão governamental, que promoveu a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra. Presidiu também a Junta do Subsídio Literário, comissão constituída para fazer a gestão dos recursos arrecadados por meio do imposto denominado Subsídio Literário, criado para financiar a organização de rede de ensino estatal.

1772-1773 até 1776

Presidiu a Real Mesa Censória e publicou **Memórias Históricas do Ministério do Púlpito**. Entre 1776 e 1777 prestou colaboração nas reformas pombalinas dos Estudos Gerais, como ele próprio documentou no seu Diário.

1777

Após a morte do rei D. José I e do afastamento do primeiro ministro, o Marquês de Pombal, o Bispo com 53 anos deixou a vida na corte no reinado de D. Maria I. Retirou-se para Beja e se dedicou intensamente ao governo de sua diocese.

1778

Iniciou estudos de arqueologia e escreveu várias obras;

1791

Aos 67 anos publicou **Cuidados Literários**. Obra de grande importância para o estudo do pensamento do franciscano. Fundou o primeiro Museu Público português.

1802

Aos 78 anos foi nomeado Arcebispo de Évora.

1808

Os franceses invadiram a cidade de Évora, Cenáculo teve grande habilidade política nesse episódio, ajudando o povo a se proteger do ataque inimigo e negociando com o líder francês. Preso por ordem dos representantes do príncipe regente que estava no Brasil, foi levado algemado e caminhando para Beja. Após três meses de sua prisão o governo de Lisboa mandou libertar e reabilitar o arcebispo. Voltou para Évora com escolta e honras de herói nacional.

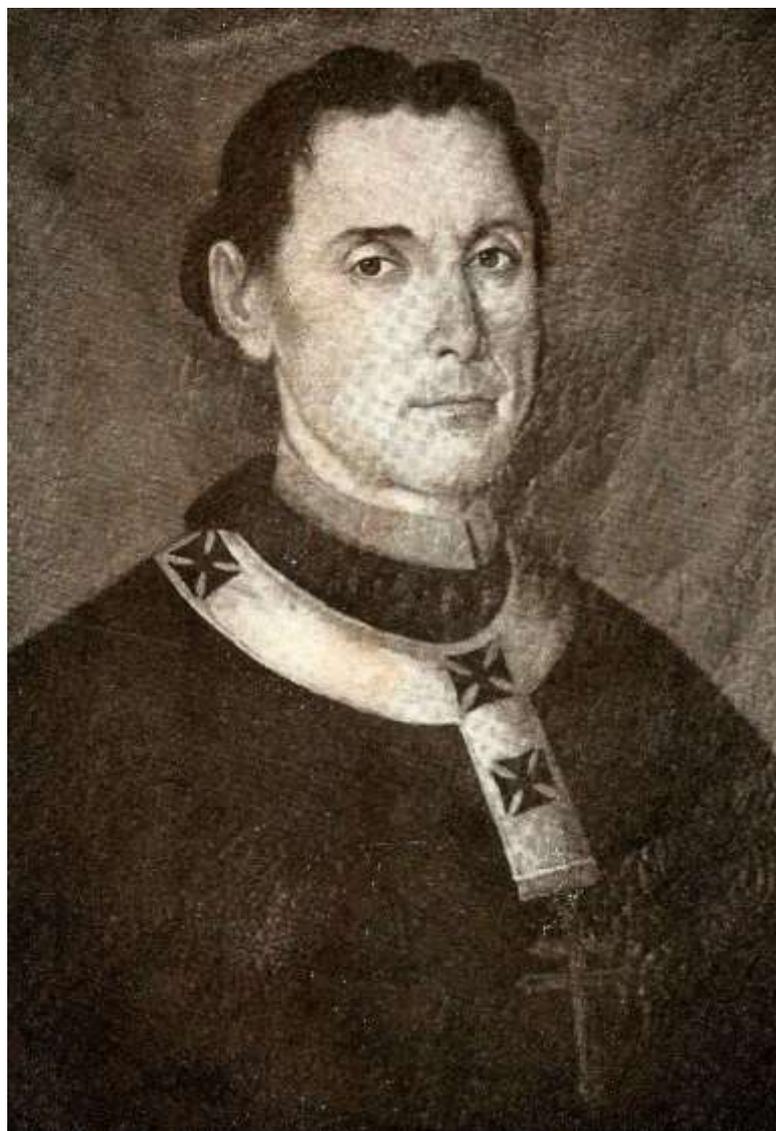
1814

Aos 90 anos faleceu em Évora no dia 26 de janeiro de 1814. Conforme recomendação feita ao amigo e secretário particular, foi sepultado no piso da sacristia da Igreja do Espírito Santo em Évora. Sobre seu túmulo apenas uma lápide de mármore branco com as inscrições que homenageiam sua atuação e religiosidade em vida.

ANEXOS

ANEXO A

Fotografia 1: Foto de um quadro e assinatura de Dom Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)

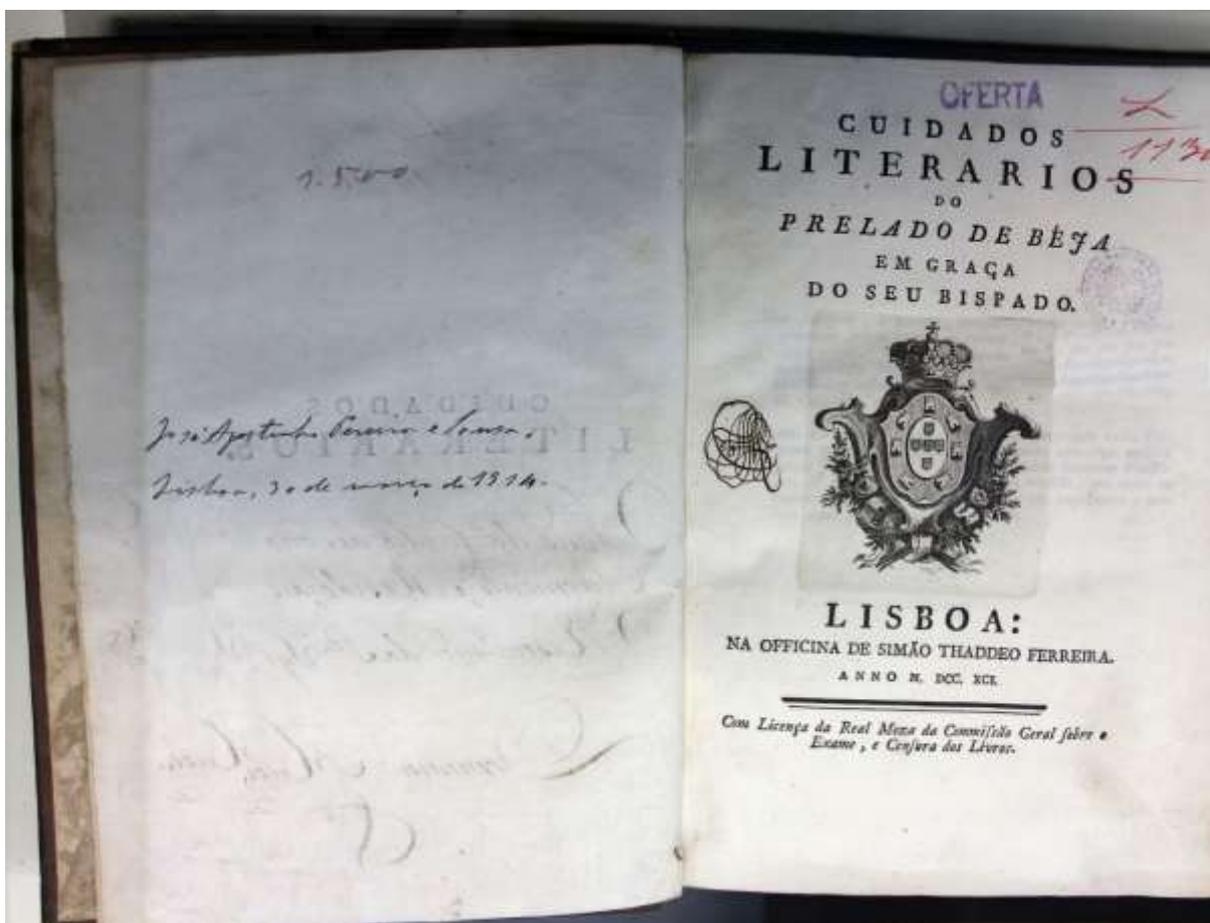


A handwritten signature in black ink on a yellowish paper strip. The signature reads "D. Manuel do Cenáculo." in a cursive script.

Fonte: Museu de Évora ,24/11/2014.

ANEXO B

Fotografia 2: Frontispício da obra Cuidados literários



Fonte: Biblioteca Pública de Évora 24/11/2014.

ANEXO C

Fotografia 3: Prédio da Biblioteca Pública de Évora



Fonte: Évora 24/11/2014.

ANEXO D

Fotografia 4: Prédio que foi a Casa de Dom Frei Manuel do Cenáculo em Beja



Fonte: Beja 27/11/2014.

ANEXO E

Fotografia 5: Sala de leitura da Biblioteca Pública de Évora



Fonte: Biblioteca Pública Évora 27/11/2014.

Fotografia 6: Quadro de Dom Frei Manuel do Cenáculo na sala de leitura



Fonte: Biblioteca Pública de Évora 25/11/2014.

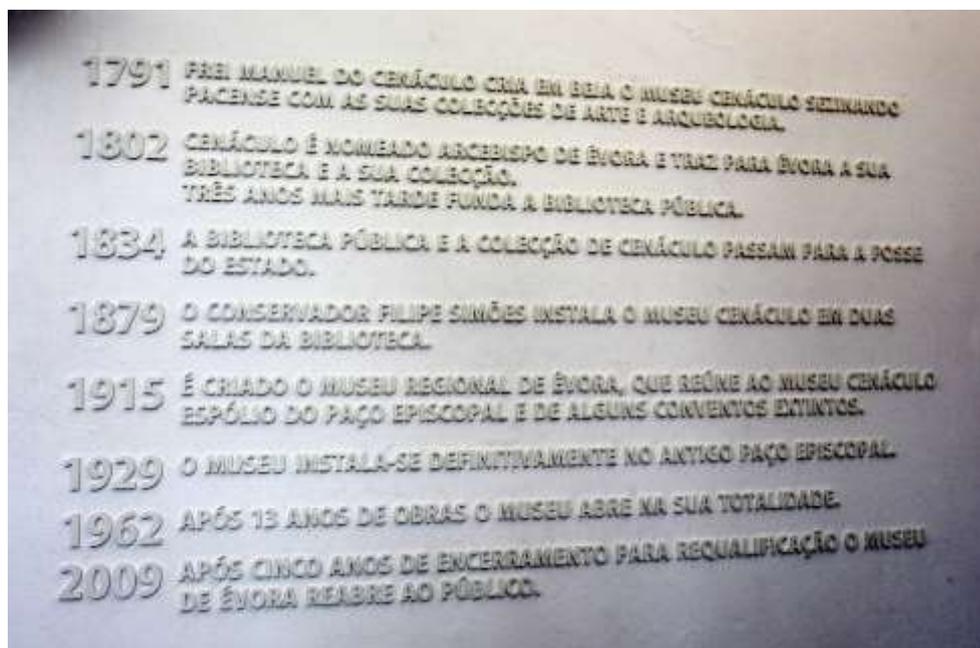
ANEXO F

Fotografia 7: Prédio do Museu de Évora



Fonte: Museu de Évora 25/11/2014.

Fotografia 8: Detalhe da inscrição feita na parede do hall de entrada do Museu de Évora



Fonte: Museu de Évora 25/11/2014.

ANEXO G

Fotografia 9: Objetos pertencentes à coleção de Dom Frei Manuel do Cenáculo em exposição no Museu de Évora



Fonte: Museu de Évora 25/11/2014.

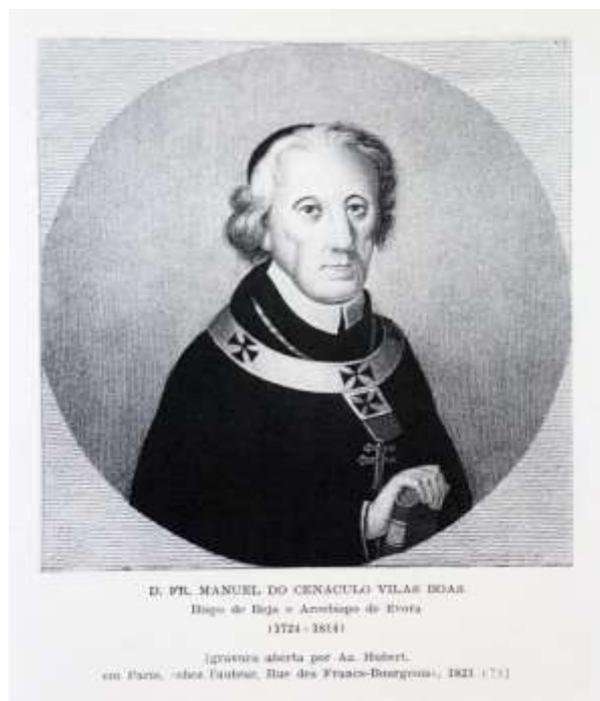
Fotografia 10: Quadro de Dom Frei Manuel do Cenáculo exposto no Museu de Évora



Fonte: Anónimo. 1770-1777? Biblioteca Pública de Évora.

ANEXO H

Fotografia 11: Figura de Dom Frei Manuel do Cenáculo idoso em exposição no Museu de Évora.



Fonte: Biblioteca Pública de Évora. 25/11/2014.

Fotografia 12: À esquerda, Igreja do Espírito Santo em Évora onde se encontra o túmulo de Dom Frei Manuel do Cenáculo e à direita porta de entrada da Universidade de Évora.



Fonte: Cidade de Évora 26/11/2014.

ANEXO I

Fotografias 13 e 14: Lápide do túmulo de Dom Frei Manuel do Cenáculo, localizado no piso da sacristia da Igreja do Espírito Santo em Évora.



Fonte: Cidade de Évora 26/11/2014.



Fonte: Cidade de Évora 26/11/2014.

ANEXO J

Fotografia 15: Índice da Obra Cuidados Literários

I N D I C E.

I ntrodução. - - - - -	Pag. 1.
Estudo da Historia Literaria. - - - - -	14.
Lição de Methodos , e avisos para o progresso das Sciencias. - - - - -	17.
Estudo da Lingoa Grega. - - - - -	34.
das Lingoas Orientaes. - - - - -	53.
das Letras Humanas. - - - - -	71.
Logica. - - - - -	91.
Geometria. - - - - -	109.
Continúa a Materia Syllogistica para combinar com o Methodo Geometrico. - - - - -	114.
Methodo Mathematico. - - - - -	121.
Estudo da Mathematica. - - - - -	133.
Critica. - - - - -	157.
Theologia em geral. - - - - -	179.
Continúa. - - - - -	206.
Bom emprego do Catecismo nas primeiras Conquistas , que fizerão nossos Reis no ultramar. - - - - -	221.
Theologia em particular. - - - - -	254.
Divisões da Theologia. - - - - -	259.
Sagrada Escriptura. - - - - -	269.
Theologia dos Mystérios. - - - - -	273.
Theologia Liturgica. - - - - -	343.
Historia Ecclesiastica. - - - - -	361.
Prudencia Theologica nos Preparos para o conhecimen- to dos Mystérios. - - - - -	401.
Prudencia Theologica sobre o emprego da Metafysica no estudo dos Mystérios. - - - - -	408.
Prudencia Theologica ácerca da Sagrada Escriptura. - - - - -	423.
Theologia Moral. - - - - -	433.
Jurisprudencia Ecclesiastica. - - - - -	473.
Espirito do que se ha escrito. - - - - -	514.
Epilogo. - - - - -	531.

A O

ANEXO K

Fotografia 16: Primeira página e dedicatória da obra Cuidados Literários

Pag. 1.



A O A M A D O C L E R O ,
E
F I E I S D A N O S S A D I E C E S E
S A Ú D A S E U P A S T O R
Fr. MANOEL BISPO DE BÉJA.



AVEMOS considerado sempre as causas da Religião , e dos costumes com tanta dependencia das letras depois da graça Divina , que já mais nos tem parecido sobejas as diligencias em promover seu estudo ; nem agora que mais sobre Nós peza este cuidado , quizemos desaproveitar algumas reflexões a beneficio dos estudos , retirando-as do conhecimento de nossos encarregados , e mais particularmente daquelles sujeitos , em cujas louvaveis fadigas havemos depositado a disciplina dos Ordenandos. ; Que feliz he a planta sendo tomada por Sol benigno ! Se desta reflexão nutre o Magisterio da mocidade , ajudemo-lo com este officio , reforço de doutrinas que noutras occasiões temos persuadido , pois o Magisterio he Sol , que sobre a mocidade vai desfazendo orvalho brando ; e quando affim convem , espalha chuva copiosa , e temperada , ou grande calor , sendo tudo repartido nas estações proprias.

A constituição de hum Ordenando : os fins , para que elle se encaminha : quaes sejam os officios , para que se dispõe , são cousas , que a cada hora devem estar na consideração , tanto dos discipulos , como dos instructores. Nos Ordenandos , que frequentão estudos , tem fitos os olhos suas familias , e os povos : O mundo espera-os ricos sahindo de thesouros : ; Quanto se não deverião agastar os homens , vendo suas esperanças desprezadas ? Não deixará em verdade de ser justo seu enfado , se nem dos legados dos mortos nos excellentes livros , nem das graças dos viventes no ensino dos Professores conhecerem os homens não se haver aproveitado a mocidade.

A

A

ANEXO L

Fotografia 17: Última página da Obra Cuidados Literários

552 CUIDADOS LITERARIOS.
de Sião. Ahi fechem ditoso circulo esperanças e desempenhos.
Resvalará hum dia da sobrelevada victima o pêzo que a
dobrava.
Por Ti Senhor então repousa no centro adoravel da Ca-
ridade.
Béja em 8. de Dezembro de 1788.

F I M.

Fonte: Biblioteca Pública de Évora. 24/11.2014